

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

DIEGO TONELLO

A ELABORAÇÃO DA NOTAÇÃO DE AUTOR NA BIBLIOTECA EDUARDO HAUTE:  
UM ESTUDO DE CASO

PORTO ALEGRE  
2020

DIEGO TONELLO

A ELABORAÇÃO DA NOTAÇÃO DE AUTOR NA BIBLIOTECA EDUARDO HAUTE:  
UM ESTUDO DE CASO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia do curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt.

Porto Alegre  
2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Profa. Dra. Patricia Helena Lucas Pranke

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Profa. Dra. Karla Maria Müller

Vice-Diretora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

Substituto: Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Coordenadora: Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt Coordenador

Substituta: Profa. Dra. Catarina Marta Groposo Pavão

**CIP - Catalogação na Publicação**

Tonello, Diego

A elaboração da notação de autor na Biblioteca  
Eduardo Haute: um estudo de caso / Diego Tonello. --  
2020.

101 f.

Orientadora: Rita do Carmo Ferreira Laipelt.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de  
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Organização de coleções. 2. Número de chamada .  
3. Notação de autor. 4. Tabela Cutter-Sanborn. I.  
Laipelt, Rita do Carmo Ferreira, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação

Rua: Ramiro Barcelos, 2705

CEP: 90035-007

Tel./Fax: (51) 3316-5146 - (51) 3308-5435

E-mail: fabico@ufrgs.br

Diego Tonello

**A ELABORAÇÃO DA NOTAÇÃO DE AUTOR NA BIBLIOTECA EDUARDO  
HAUTE: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia do curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de aprovação: 13 de novembro de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt (Orientadora)

---

Profa. Dra. Caterina Marta Groposo Pavão

---

Profa. Dra. Sônia Elisa Caregnato

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer minha família. Em especial minha mãe Odete e avó Lourdes. Sei que vocês tiveram que trabalhar muito, e sacrificar sonhos, para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço à minha orientadora, Rita do Carmo Ferreira Laipelt, pelos ensinamentos e paciência durante todo este processo.

Ao pessoal da Biblioteca Eduardo Haute AABB – POA. Jéssica, Lucas e Vinícius muito obrigado pelos mais de dois anos de risadas e ensinamentos.

Às pessoas especiais que conheci durante toda a minha caminhada na UFRGS desde os tempos da farmácia. Alessia, Bruna M., Bruna P., Emily e Matheus. Obrigado por todos os momentos juntos.

Por fim à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao corpo docente da graduação em Biblioteconomia. Muito obrigado, por proporcionar um ensino de qualidade.

As the world fell, each of us in our own way was broken. It was hard to know who was more crazy, me, or everyone else.

**Mad Max: fury road de George Miller**

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o uso das regras da tabela Cutter-Sanborn e observar a sua aplicação na Biblioteca Eduardo Haute a qual pertence ao setor cultural da Associação Atlética Banco do Brasil – Porto Alegre. A pesquisa possui natureza básica, abordagem qualitativa e quanto aos seus objetivos caracteriza-se como descritiva. Para o levantamento dos dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica, entrevista e análise documental. A pesquisa bibliográfica demonstrou que existe pouco material sobre este assunto, os quais foram editados principalmente até meados da década de 1970. No Brasil as obras mais recentes que voltam a debater as questões relacionadas a elaboração do número de chamada são os trabalhos publicados pela Rita de Cássia do Vale Caribé, Cristina Dotta Ortega, Camila Mariana Aparecida da Silva e Marcelo Nair dos Santos. Através da análise do material coletado foi possível identificar pontos de divergência e convergência nas formas de interpretação, aplicação e resolução de conflitos das regras da tabela Cutter-Sanborn de acordo com cada autor. A Biblioteca Eduardo Haute procura sempre seguir o máximo possível as regras da tabela Cutter-Sanborn. Entretanto foi possível identificar adaptações na grande maioria das mesmas. As mais significativas são em relação aos autores que compartilham a mesma notação de autor, as obras que possuem entrada pelo título, marca da obra, elaboração da notação de autor e marca da obra para séries, arranjo decimal e notação de autor e marca da obra para biografias e autobiografias. Constatou-se que discutir ordenação de coleções em mobiliários, não é algo que está restrito apenas a disposição de itens, sendo necessário analisar um contexto muito mais amplo que abrange a significação do espaço articulado em conjunto com a política documentária. Sendo capaz de fomentar a apropriação das informações que os usuários necessitam.

Palavras-chave: Organização de coleções. Número de chamada. Notação de autor. Tabela Cutter-Sanborn.

## ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the use of the rules of the Cutter-Sanborn table and observe its application in the Eduardo Haute Library which belongs to the cultural sector of the Banco do Brasil Athletic Association - Porto Alegre. The research has a basic nature, a qualitative approach and as for its objectives it is characterized as descriptive. For data collection, bibliographic research, interviews and document analysis were used. The bibliographic research has shown that there is little material on this subject, which were published mainly until the mid-1970s. In Brazil, the most recent works that return to debate the issues related to the elaboration of the call number are the works published by Rita de Cássia do Vale Caribé, Cristina Dotta Ortega, Camila Mariana Aparecida da Silva and Marcelo Nair dos Santos. Through the analysis of the collected material it was possible to identify points of divergence and convergence in the forms of interpretation, application and conflict resolution of the rules of the Cutter-Sanborn table according to each author. The Eduardo Haute Library always seeks to follow the rules of the Cutter-Sanborn table as much as possible. However, it was possible to identify adaptations in the vast majority of them. The most significant are in relation to authors who share the same author notation, works that are entered by title, work mark, elaboration of author notation and work mark for series, decimal arrangement and author notation and work mark for biographies and autobiographies. It was found that discussing the ordering of collections in furniture is not something that is restricted only to the disposal of items, being necessary to analyze a much broader context that encompasses the meaning of the space articulated in conjunction with documentary politics. Being able to foster the appropriation of information that users need.

Keywords: Shelf location. Call number. Author notation. Cutter-Sanborn table.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Reprodução de uma seção da letra “L” da tabela Cutter-Sanborn.....	43
Figura 2 – Tabela proposta por Lehnus (1978) .....	44
Figura 3 – Reprodução de uma seção da letra “F” da tabela Cutter-Sanborn .....	48
Figura 4 – Autores croatas que compartilham a mesma notação de autor segundo Slavic (2009) .....	49
Figura 5 – Reprodução de uma seção da letra “H” da tabela Cutter-Sanborn.....	50
Figura 6 – Reprodução de uma seção da letra “B” da tabela Cutter-Sanborn.....	51
Figura 7 – Marca da obra em livros de um mesmo autor sob uma mesma classificação segundo Lehnus (1978).....	54
Figura 8 – Marca da obra em séries de livros segundo Lehnus (1978).....	55
Figura 9 – Reprodução da tabela para conversão da marca da obra proposta por Barden (1937) .....	57
Figura 10 – Notação de autor para biografias e autobiografias segundo Barden (1937) .....	61
Figura 11 – Notação de autor para biografias de autores prolíficos segundo Lehnus (1978) ..	62
Figura 12 – Notação de autor para biografias individuais e autobiografias segundo Lehnus (1978).....	63
Figura 13 – Classificação e ordenação dos itens de acordo com a coleção na Biblioteca Eduardo Haute.....	64
Figura 14 – Tabela alfanumérica para diferenciação de autores com a mesma notação de autor .....	68

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Notação de autor segundo as peculiaridades dos sobrenomes.....	45
Tabela 2 – Notação de autor utilizando o título.....	46
Tabela 3 – Notação de autor para série documental.....	47
Tabela 4 – Autores que compartilham a mesma notação de autor segundo Santos, M. (2016) .....	50
Tabela 5 – Autores que compartilham a mesma notação de autor com interpolação de um dígito entre 1-9.....	52
Tabela 6 – Marca da obra em livros de um mesmo autor sob uma mesma classe .....	53
Tabela 7 – Variação da notação de autor para a individualização de títulos de acordo com Barden (1937).....	56
Tabela 8 – Forma de elaboração da marca da obra de acordo com os pressupostos de Barden (1937).....	57
Tabela 9 – Coleções do acervo infantojuvenil e DVDs.....	64
Tabela 10 – Notação de autor de acordo com suas peculiaridades na Biblioteca Eduardo Haute .....	66
Tabela 11 – Diferenciação dos autores com a mesma notação na Biblioteca Eduardo Haute .	69
Tabela 12 – Organização alfabética dos DVDs na Biblioteca Eduardo Hute .....	70
Tabela 13 – Forma de utilização da marca da obra na Biblioteca Eduardo Haute.....	72

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Notação de autor segundo a tabela desenvolvida por Kate E. Sanborn .....	27
Quadro 2 – Definição da estratégia de busca .....	36
Quadro 3 – Readequação da estratégia de busca.....	37
Quadro 4 – Documentos selecionados para compor o portfólio bibliográfico.....	38

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA .....	15
1.2	OBJETIVO GERAL .....	15
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	15
1.4	JUSTIFICATIVA .....	16
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
2.1	A ORGANIZAÇÃO DAS COLEÇÕES AO LONGO DO TEMPO .....	17
2.2	A CATALOGAÇÃO .....	20
2.3	OS SISTEMAS DE NOTAÇÃO DE AUTOR AO LONGO DO TEMPO.....	23
2.4	O SISTEMA PROPOSTO POR CHARLES AMMI CUTTER .....	26
2.5	A NOTAÇÃO DE AUTOR SEGUNDO A TABELA CUTTER-SANBORN.....	27
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>31</b>
3.1	ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL – PORTO ALEGRE .....	31
3.2	BIBLIOTECA EDUARDO HAUTE .....	31
3.3	OBJETIVO E TIPO DE PESQUISA .....	32
3.4	PROCEDIMENTO DE PESQUISA .....	32
3.5	COLETA DE DADOS .....	34
<b>3.5.1</b>	<b>A pesquisa bibliográfica .....</b>	<b>35</b>
3.6	ANÁLISE QUALITATIVA DE DADOS.....	39
<b>4</b>	<b>RESULTADOS .....</b>	<b>42</b>
4.1	AVALIAÇÃO DAS REGRAS DA TABELA CUTTER-SANBORN .....	42
4.2	A NOTAÇÃO DE AUTOR NA BIBLIOTECA EDUARDO HAUTE .....	63
4.3	SUGESTÕES DE APERFEIÇOAMENTO DAS REGRAS .....	76
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>81</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>
	<b>APÊNDICE A – Autorização para realização do trabalho na Biblioteca Eduardo Haute.....</b>	<b>88</b>
	<b>APÊNDICE B – Autorização para uso das informações fornecidas pelo bibliotecário.....</b>	<b>89</b>
	<b>APÊNDICE C – Roteiro de entrevista.....</b>	<b>90</b>
	<b>APÊNDICE D – Entrevista com Lucas Rodrigues Pereira da Silva.....</b>	<b>91</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos as bibliotecas passaram por inúmeras e profundas mudanças, aqui elencamos as três mais importantes de acordo com o trabalho que será desenvolvido. A primeira destas mudanças é referente ao tipo de suporte, onde as informações eram registradas e que compunham as suas coleções. Martins (1996), destaca essas diferenças afirmando que, materialmente, as bibliotecas da antiguidade eram “minerais” compostas por tabuletas de argila, e também “vegetais” e “animais” compostas por rolos de papiro e pergaminho. Esse cenário era totalmente distinto das bibliotecas do final da Idade Média, com a popularização dos livros impressos, e das bibliotecas da atualidade com a crescente digitalização dos seus acervos.

A segunda mudança podemos atribuir a Johannes Gutenberg, nascido em Mogúncia e ourives de profissão. Gutenberg foi responsável pela criação da prensa de tipos móveis, símbolo de uma nova era. Em 1455 era publicada a “Bíblia de Gutenberg”, livro que marcou oficialmente o nascimento da imprensa. Gutenberg e seu invento possibilitaram a ampla circulação do conhecimento, este por sua vez pôs em xeque o poderio da igreja, e o monopólio da produção de livros e do conhecimento. É o que afirma Burke (2002, p. 175.):

diferentes grupos sociais levantaram diferentes críticas ao novo instrumento. Por exemplo, os copistas e os “papeleiros” (que vendiam livros manuscritos) e os cantores contadores de histórias profissionais, todos temiam – como acontecera com os operadores de teares manuais na Revolução Industrial – que a imprensa os privaria de seu meio de vida. Os eclesiásticos, por sua vez, temiam que a imprensa estimulasse leigos comuns a estudar textos religiosos por conta própria em vez de acatar o que lhes dissessem as autoridades. Tinham razão. No século XVI, na Itália por exemplo, sapateiros, tintureiros, pedreiros e donas-de-casa, todos reivindicavam o direito de interpretar as escrituras. (BURKE, 2002, p. 175).

Entretanto não foi apenas a igreja que enfrentou problemas com o aumento expressivo de livros na época. Os bibliotecários também foram pegos de surpresa. No começo do século XVII a biblioteca Ambrosiana de Milão tinha 46 mil títulos (sem contar os manuscritos). Quanto maiores as coleções mais espaço era necessário e grandes edifícios precisaram ser construídos. Além destes problemas iniciais Burke (2002, p. 176), destaca aquilo que pode ser considerado o mais importante “a existência de livros impressos facilitou mais do que nunca a tarefa de encontrar informações – desde que antes se encontrasse o livro certo.”.

Nesta época começaram a surgir os primeiros catálogos e bibliografias, tanto gerais como específicas. E as enciclopédias. Burke (2002, p. 181), também afirma que a invenção da imprensa de tipos móveis trouxe mudanças na forma como a informação era organizada, como a adoção ordem alfabética em substituição à organização pelos assuntos. A ordem alfabética

não era uma novidade para a época, porém segundo Burke (2002, p. 181), “a inovação agora era a abrangência dessa modalidade de organização e a forma como veio a suplantiar classificações mais hierárquicas.”. Por exemplo, as enciclopédias do século XVI passaram a serem organizadas de acordo com o currículo das universidades, e as do século XVIII organizadas em ordem alfabética para facilitar a sua consulta.

A terceira mudança deve-se a implementação do livre acesso ao acervo que, segundo Martins (1996, p. 328), “[...] consiste em dar aos leitores a possibilidade de escolher pessoalmente os livros nas estantes, de examinar e foliar à vontade todos os volumes e de se familiarizar com todos os gêneros de documentação que a biblioteca contém.”. O livre acesso às estantes conceituado por Martins vai ao encontro da afirmação de Slavic (2009, p. 261), segundo ela “a introdução do acesso aberto às prateleiras das bibliotecas na metade do século XIX na América e em menor grau, no Reino Unido, virtualmente lançou a biblioteconomia na era moderna.”.

Devido a essas mudanças, tornou-se necessário o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de organização capazes de ordenar as coleções nas estantes, seja por assuntos, seja pela ordem alfabética de autor e título, de maneira que os usuários pudessem encontrar sozinhos aquilo que procuravam. Muitas pessoas se empenharam em resolver essa questão. No entanto, foi Charles Ammi Cutter que obteve sucesso. Segundo Satija (1987), em 1880 ele publicou a tabela Cutter para individualização dos autores. Pouco tempo após a sua publicação, a tabela já era considerada insuficiente, devido a algumas falhas que foram corrigidas por Kate E. Sanborn, dando origem a atual tabela Cutter-Sanborn.

Entretanto após o surgimento da internet, no século XX, as discussões sobre a forma de ordenação dos materiais nas estantes, assim como a atualização destas técnicas, tornaram-se cada vez mais escassas. Devido a isso a pouca quantidade de literatura disponível sobre este assunto abrange basicamente o final dos anos 1800 e início do ano de 1900. Ou seja, muito pouca coisa foi publicada atualmente.

Durante o período de estágio não obrigatório, na biblioteca Eduardo Haute, da Associação Atlética Banco do Brasil - Porto Alegre, foi possível observar adaptações realizadas nas regras de aplicação da tabela Cutter-Sanborn. para autores e itens que possuem entrada pelo título e que compartilham o mesmo número de Cutter, o uso da marca de trabalho para diferenciação de títulos de um mesmo autor dentro de uma mesma classificação dentre outras. Sendo assim, o presente trabalho busca analisar o uso das regras de aplicação da Tabela Cutter-Sanborn na biblioteca Eduardo Haute. A autorização para a realização deste trabalho na instituição, bem como o uso de sua infraestrutura e trabalho de catalogação realizado pela

biblioteca foi previamente concedida pela Vice-Presidente Cultural, Lilian Heuser, e encontra-se disponível no apêndice (A).

### 1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A localização de cada item no acervo de uma biblioteca é composta basicamente pelo código de classificação relativo ao assunto abordado pelo livro, retirado de um sistema de classificação cujo objetivo é reunir, na estante, todos os documentos que abordam determinado assunto e seus correlatos. O número de classificação é seguido pela notação de autor, que representa a autoria do ponto de acesso principal. Geralmente é composta pela letra inicial do sobrenome do autor seguida por um, dois, ou três algarismos presentes na Tabela Cutter-Sanborn, seguidos da primeira letra do título da obra, excluindo-se os artigos. Também se encontram presentes outros elementos como ano e volume.

Existem regras para a elaboração da notação de autor, de acordo com a tabela Cutter-Sanborn. No entanto, estas regras podem não suprir mais as necessidades das bibliotecas, devido ao fato, de terem sido criadas no século XIX passando por poucas atualizações e revisões desde então. Um exemplo disso são as regras para elaboração da notação de autor para os autores com sobrenomes iguais ou semelhantes, assim como as regras para a elaboração da notação de autor para biografias que sofreram alterações ao longo do tempo. Diante do exposto, o presente trabalho busca responder as seguintes questões: quais os problemas ocasionados pela desatualização das regras de aplicação da Tabela Cutter-Sanborn na organização do acervo da Biblioteca Eduardo Haute? E quais os métodos utilizados pelos bibliotecários da instituição para contornar estes problemas?

### 1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar o uso das regras da tabela Cutter-Sanborn e observar sua aplicação na Biblioteca Eduardo Haute.

### 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- a) avaliar cada uma das regras da tabela Cutter-Sanborn segundo a literatura;

- b) identificar as adaptações realizadas pelo bibliotecário da biblioteca Eduardo Haute, para aplicação da tabela Cutter-Sanborn.
- c) descrever a aplicação das regras da tabela Cutter-Sanborn na Biblioteca Eduardo Haute;
- d) sugerir aperfeiçoamento às regras

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

Através do trabalho realizado durante o período de estágio não obrigatório, na biblioteca Eduardo Haute, foi possível observar certas limitações e a necessidade de adaptações nas regras de aplicação da Tabela Cutter-Sanborn, para autores e itens que possuem entrada pelo título e que compartilham o mesmo número de Cutter, o uso da marca de trabalho para diferenciação de títulos de um mesmo autor dentro de uma mesma classificação dentre outras, durante a elaboração da notação de autor. Também foi possível examinar que grande parte da literatura técnica sobre o assunto pertence a autores estrangeiros e foi elaborada durante o século XIX, sendo pouco discutida e atualizada.

A criação destas regras ocorreu muito tempo antes da onda de automação que, no início do século XXI, mudou a realidade de todas as unidades de informação, provocando profundas mudanças na forma como estas gerenciam e organizam os seus acervos. Devido a isso, este assunto passou a receber pouca atenção dos profissionais e a ser pouco discutido no meio acadêmico.

Slavic (2009) já alertava para este fato no capítulo “*Call numbers, book numbers and collection arrangements in European library traditions*”, o qual escreveu para o livro “*Library and information science in digital age: essays in honour of Professor M. P. Satija*”. Para a autora ainda irá demorar para que todo o documento em formato físico desapareça. Mesmo depois de 20 anos dessa onda de automação, isso não aconteceu. E talvez seja pouco provável que aconteça.

Ainda assim, Slavic (2009) reforça que estas políticas, o *modus operandi* da biblioteconomia, devem ser preservadas e registradas. Para ela a Biblioteconomia não pode ser uma exceção, no que tange ao registro do conhecimento. Mesmo que restem, apenas em formato físico coleções históricas é necessário, tais conhecimentos para transformar um amontoado de livros em uma estrutura organizada.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será apresentado o embasamento teórico que constituirá o desenvolvimento desta pesquisa. Para este propósito, nas subseções a seguir, serão apresentados referenciais sobre a organização das coleções ao longo do tempo, os sistemas de notação do autor ao longo do tempo, a catalogação, o sistema proposto por Charles Ammi Cutter e a notação de autor segundo a tabela Cutter-Sanborn.

### 2.1 A ORGANIZAÇÃO DAS COLEÇÕES AO LONGO DO TEMPO

Para Santos, J. (2012), desde os primórdios da história moderna, o homem tem se preocupado em registrar e guardar todo o conhecimento que produz, o qual serviu de base para o desenvolvimento da sociedade como a conhecemos hoje. Neste processo de registro e guarda do conhecimento, as bibliotecas desempenharam diferentes papéis, sendo o mais importante deles, a organização.

No passado, as informações eram registradas em diferentes suportes como, por exemplo, argila, papiro, couro e ossos, e posteriormente armazenadas, de diferentes formas, pelas civilizações ao longo do tempo. Para Slavic (2009, p. 259, tradução nossa), “as raízes históricas da rotulagem e sistemas de número de chamada podem ser encontrados em artefatos arqueológicos das bibliotecas organizadas e gerenciadas profissionalmente da Mesopotâmia que remontam ao terceiro milênio antes da Era Comum”.

A Mesopotâmia é considerada o berço da civilização moderna e do surgimento da escrita. De acordo com Casson (2018, p. 11), “tabuletas de argila gravadas que datam pouco antes de 3000 a. C. foram descobertas entre os vestígios arqueológicos dos sumérios [...]”. Em 1980, os arqueólogos que escavavam os restos do palácio real de Elba encontraram cerca de 2000 tabuletas de argila, em uma sala que se presume ter sido arquivo do local. O palácio havia sido invadido e incendiado por volta de 2300 ou 2250 a. C. Casson (2018, p. 13), afirma que as tabuletas de argila “aparentemente eram mantidas em prateleiras de madeira ao longo das paredes e, quando as prateleiras queimaram completamente, as tabuletas caíram.”.

Assurbanipal II foi considerado o último grande rei do império assírio. Ele governou a Assíria de 668 a 627 a. C. tendo sido o responsável pela criação da famosa Biblioteca de Nínive. A instituição chegou a contar com 25 mil tabuletas de argila e era altamente organizada, segundo Battles (2003, p. [31]), “as placas componentes de uma mesma obra eram reunidas

num único bloco, no qual se punha o rótulo identificador do conteúdo. Havia também um catálogo registrando o título das obras e o número de placas de que cada uma era composta.”.

A Biblioteca de Nínive não era a única altamente organizada. Por toda a Mesopotâmia, havia arquivos e bibliotecas com os mesmos níveis de organização. Battles (2003, p. 32), afirma que “havia repositórios em que as placas eram guardadas em cestas numeradas, com os títulos gravados nas bordas da argila para facilitar a identificação.”.

No século III a. C. os Ptolomeus fundaram a Biblioteca de Alexandria, a qual chegou a contar com aproximadamente 700 mil volumes. Os códices e rolos de papiro que eram adquiridos, ficavam em armazéns, enquanto eram processados. Segundo Casson (2018, p. 47):

Os rolos geralmente recebiam uma etiqueta anexada numa das extremidades contendo o nome do autor e etnia. A etnia era essencial porque os gregos tinham apenas um nome, e muitos se tornavam comuns: diferentes pessoas, frequentemente tinham o mesmo nome. Uma identificação adicional do armazém era acrescentada às etiquetas para ajudar a distinguir os exemplares de uma mesma obra. Algumas eram marcadas com a proveniência; dessa forma, os livros que tinham sido apreendidos nas docas continham a inscrição *ek ploion*, “dos navios”. Outras eram marcadas com o nome do editor ou do antigo dono. (CASSON, 2018, p. 47-48).

Para Battles (2003), a etiqueta com o nome dos autores e o título das obras nos rolos era necessária pois eles eram dispostos em pilhas, sem muito cuidado ao contrário dos códices que ficavam em pé nas estantes. Para a consulta de um único rolo, os demais, que estivessem na mesma pilha, deveriam ser removidos. Por essa razão, o ordenamento dos manuscritos deveria ser muito genérico.

Zanódoto, foi nomeado diretor da Biblioteca de Alexandria por volta de 284 a. C. Ele foi pioneiro no estabelecimento de um texto preciso para os poemas de Homero. Para Casson (2018, p. 49), “ele também foi, inevitavelmente, um pioneiro na ciência da biblioteconomia, uma vez que deve ter sido ele quem organizou o sistema usado para armazenar as obras na biblioteca.”. A hipótese defendida por Casson (2018), é que ele tenha adaptado o sistema que Aristóteles usava em sua coleção. Ordenando os rolos de acordo com a natureza dos seus conteúdos, logo após ele atribuía salas, ou parte das mesmas, para várias categorias de escritos, organizando então os documentos nas estantes por autor e por ordem alfabética.

A organização da ordem alfabética é considerada uma das grandes contribuições dos bibliotecários de Alexandria. Zenótoto originalmente, empregou este método em um glossário de palavras raras que havia compilado; após perceber a grande utilidade do mesmo, aplicou-o à coleção. Casson (2018, p. 50), afirma que “a alfabetização ia apenas até a primeira letra – essa era a prática de todos os estudiosos antigos para todos os propósitos durante séculos.”.

Entretanto, a forma inicial de organização dos livros e uso da ordem alfabética é muitas vezes atribuída a Calímaco. Para Gomes (2017, p. 36), ele pode ser considerado o pai da classificação de livros e sistemas teóricos. Segundo ele:

Calímaco dividiu a biblioteca em estantes ou mesas (pinakoi) organizadas em oito classes ou assuntos: teatro, oratória, poesia lírica, legislação, medicina, história, filosofia e miscelânea. A Calímaco devemos também um expediente de catalogação que se tornaria lugar comum: o costume de arranjar os volumes em ordem alfabética embora algumas inscrições gregas de cerca do século II a.C também registrem esse tipo de ordenação. (GOMES, 2017, p. 36).

As transformações sociais ao longo do tempo fizeram com que a Biblioteca de Alexandria perdesse seu prestígio e entrasse em declínio. Os últimos Ptolemeus, ao ocuparem o trono, já não concediam a mesma atenção à instituição que seus antecessores. E seus diretores não eram mais estudiosos e eruditos. Casson (2018, p. 60), afirma que “o fim da biblioteca veio mais ou menos em 270 d. C. quando o imperador Aureliano [...] se envolveu em uma amarga luta em Alexandria. Durante o conflito, a região do palácio foi devastada, incluindo, presumivelmente, a biblioteca.”

A Biblioteca de Alexandria rivalizava frequentemente com outras bibliotecas, como a de Pérgamo que, segundo Santos, J. (2012), foi fundada por Átalo I com o objetivo, de tornar o local centro crítico e literário na região da Ásia Menor, contando com cerca de 2000 volumes. Porém, a Biblioteca de Pérgamo, assim como a de Alexandria, desapareceu. Roma também sabia da importância destes locais para a sociedade, por isso várias bibliotecas foram fundadas e incorporadas na administração pública.

Dentre as 28 bibliotecas públicas que Roma possuía, no século IV, podemos citar a de Ulpiana, fundada pelo imperador Trajano, e a Biblioteca Palatina. Inclusive Santos, J. (2012), destaca que a ideia de uma biblioteca pública como conhecemos hoje nasceu com Júlio César, antes dele ser assassinado. Mesmo assim a primeira biblioteca pública de Roma foi fundada em 39 a. C. graças aos esforços de Asínio Pólio e Terêncio Varrão.

De acordo com Santos, J. (2012, p. 180), a Biblioteca Palatina “[...] era formada por dois salões de leitura, sendo um para livros em latim e outro para livros em grego e, em cada um deles, decorados com estátua de poetas e oradores dos dois idiomas.”. Porém, devido ao caos político que se instaurava no Império romano, incêndios, e desastres naturais, todas foram destruídas, restando muito pouco de sua história.

Após o colapso do império romano o mundo adentrou o período da Idade Média, onde as bibliotecas continuavam sendo um prolongamento das famosas e respeitadas bibliotecas da

antiguidade. Santos, J. (2012), define as bibliotecas deste período como sendo apenas guardiãs dos livros e não disseminadoras da informação. Devido a isso a organização destes espaços durante a Idade Média não possuía grande importância. Slavic (2009, p. 260, tradução nossa), afirma que “nas bibliotecas da Idade Média, a ordem dos livros sobre as prateleiras em mosteiros e catedrais era por assunto e ocasionalmente pelos doadores, como foi registrado em catálogos preservados daquele tempo.”.

Porém entre os séculos XIII e XV próximo ao fim da Idade Média, ocorreram mudanças novamente. Neste período ocorreu a criação das primeiras universidades, as quais foram aumentando com o passar dos anos. Santos, J. (2012, p. 185), destaca que “devido ao número crescente de novas universidades, de estudantes e também de textos prescritos para estudo, criou-se uma demanda de livros sem precedentes.”.

No século XIX as coleções atingiram tamanhas proporções, que começaram a surgir problemas no seu gerenciamento e acesso aos materiais. Battles (2003), nos traz os exemplos da Biblioteca de Sorbonne, que passou a utilizar o alfabeto para a organização dos seus livros. Slavic (2009, p. 260, tradução nossa), evidencia que as “Bibliotecas que não tinham a prática de rotular livros começaram a introduzir esse método e os bibliotecários que se recusaram a fazê-lo, atraíram críticas de seus colegas.”. Até então as questões de classificação das coleções e ordenação dos materiais nas estantes não havia atraído muito interesse.

Foi neste período que surgiram as mais significativas contribuições, no que diz respeito a classificação e ordenação dos livros nas estantes. Tais contribuições partiram de grandes bibliotecários como Melvil Dewey, Charles A. Cutter, Henry E. Bliss e James Duff Brown, considerados os fundadores da teoria da biblioteconomia moderna, segundo Slavic (2009).

## 2.2 A CATALOGAÇÃO

O conhecimento é intrínseco à humanidade, é algo que nos move em direção a novos horizontes, é um bem que as bibliotecas, e não somente elas, buscam registrar, organizar, armazenar e disponibilizar, mesmo que, este último às vezes não seja do interesse comum de todos. As bibliotecas são um sistema que para Mey (1987), se retroalimenta do conhecimento que é difundido. Indivíduos se apropriam de conhecimentos anteriores, trabalhando-os sob uma nova perspectiva, gerando novos saberes que passarão pelo mesmo processo, ou seja, a difusão do conhecimento é o mecanismo de sobrevivência de qualquer biblioteca.

O êxito deste processo depende em grande parte da catalogação, a qual consiste na representação específica de um determinado item que de acordo com Mey (1995, p. 05),

“implica o levantamento de características do item e o conhecimento das características do usuário [...]”. Para a autora o processo de caracterização é o que torna único, porém, também permite reuni-lo com outros itens que sejam semelhantes.

Seguindo o objetivo de um catálogo; definido por Cutter, como sendo a possibilidade de recuperar um livro tendo previamente em mãos o nome do autor, título, ou assunto, Garrido Arilla (1996, p. 25, tradução nossa), define a catalogação como “[...] o processo de preparação do catálogo ou seja, o processo de descrição dos elementos informativos que permitem identificar um documento pelos pontos de acesso que permitirão recuperá-lo [...]”.

A catalogação começou a se desenvolver depois do século XVI, até este período não se tinha a pretensão de constituir um código, e as regras que existiam foram criadas por livreiros e bibliógrafos para a compilação dos seus catálogos e bibliografias. A importância de se ter um catálogo bem estruturado nas bibliotecas, já vinha sendo evidenciada neste mesmo século. A história do desenvolvimento dos catálogos e das normas catalográficas é intrínseco como destaca Barbosa (1978, p. 30):

O catálogo é, na maioria das bibliotecas, o principal veículo de comunicação entre seu acervo e os usuários. É o elo que une a informação aos leitores. Assim podemos dizer que a catalogação, isto é, o processo técnico pelo qual resulta o catálogo, é a linguagem de descrição bibliográfica, que só poderá ser um bom instrumento de comunicação à medida que for normalizado. (BARBOSA, 1978, p. 30).

Em 1839 Anthony Panizzi, publicava o que pode ser considerado o primeiro código de catalogação, suas 91 regras para serem aplicadas aos catálogos do Museu Britânico, as quais foram responsáveis por influenciar todos os outros códigos subsequentes. Entre as principais características de suas regras pode-se destacar: o valor dado a página de rosto, introdução do conceito de autoria coletiva, escolha do cabeçalho de entrada para autores de acordo com a grafia na página de rosto, acatando, sempre, a vontade do autor, além de cabeçalhos formais como entradas principais. (BARBOSA, 1978).

Trinta e sete anos depois, em 1876, Charles Ami Cutter publicava sua obra *Rules for a dictionary catalog*, em um momento que a normalização das regras catalográficas era motivo de grande preocupação entre os bibliotecários. Consistia em 369 regras abrangendo entradas de autor, título, parte descritiva, cabeçalhos de assunto, além de alfabetação e arquivamento de fichas. A partir de então vários outros códigos começaram a surgir como: as Instruções Prussianas (1899), Código da ALA (1. ed., 1908; 2. ed., 1949), Código da Vaticana em (1920), até culminar na publicação do *Anglo-American Catalogin Rules* em 1967, o qual foi

amplamente difundido, principalmente após ter seu conteúdo traduzido para outros idiomas. (BARBOSA, 1978).

Dois anos após sua publicação, em 1969, ocorreu a realização da Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (REIC), na qual foram tomadas uma série de decisões além da criação de um padrão internacional de descrição bibliográfica, denominado *International Standard Bibliographic Description* (ISBD). As decisões tomadas na REIC acabaram por serem incorporadas a todos os códigos de catalogação durante os anos 1970, abrangendo a segunda edição do AACR2 publicada em 1978, o qual passou a ser adotado pela Biblioteca Nacional do Brasil na década de 1980 e mantido até então. (BETTENCOURT, 2014).

É a partir da adoção das normas, e destes formatos definidos mundialmente que se obtém a padronização dos dados para a representação da informação em nível descritivo e temático. Sendo assim a catalogação pode ser vista como um processo global onde se deve realizar uma série de operações que abrangem níveis identificativos, analíticos, de ordenação, e localização documental. (BARBOSA, 1978; BETTENCOURT, 2014).

É graças ao processo de catalogação que se pode recuperar determinado item no acervo de uma biblioteca, através dos seus dados de localização, denominados número de chamada, o qual é composto dos indicadores de notação de assunto, notação de autor, e outros elementos distintivos. Para Mey (1995, p. 80), “O número de chamada, ao mesmo tempo que reúne itens de assunto ou gênero semelhante no acervo, também permite que cada um dos itens não seja confundido com nenhum outro, mesmo em se tratando apenas de outro exemplar.”

A notação de autor faz parte deste processo global que é a catalogação. Se constitui de um código que representa a autoria do ponto de acesso principal, seja pelo sobrenome do autor ou pela primeira palavra do título excluindo-se os artigos. no Brasil a Tabela Cutter-Sanborn é amplamente utilizada para a elaboração deste código, embora ela tenha um enfoque maior na língua inglesa, e sendo insuficiente para a língua portuguesa. A Tabela Cutter-Sanborn traduz a autoria do ponto de acesso principal juntando a letra inicial, sendo esta do sobrenome ou do título, com mais um ou três dígitos. (MEY, 1995).

Buscando suprir as insuficiências da Tabela Cutter-Sanborn, com a língua portuguesa, Heloisa de Almeida Prado, lançou em 1964 a Tabela PHA. Sua estruturação é composta basicamente de “[...] duas colunas de letras, alfabeticamente dispostas, tendo no centro uma numeração crescente, de base decimal, que serve para dar símbolo a ambas as colunas.” (PRADO, 1964, p. 6). Seguindo os mesmos preceitos de utilização da tabela de Cutter, a Tabela PHA tem como principal vantagem os desdobramentos para os sobrenomes mais comuns na

língua portuguesa, ampliando as variações da notação de autor. Entretanto, a Tabela Cutter-Sanborn segue sendo a mais utilizada nas bibliotecas brasileiras.

### 2.3 OS SISTEMAS DE NOTAÇÃO DE AUTOR AO LONGO DO TEMPO

Naudé (2016, p. 68), já levantava, em 1627, data de publicação original da sua obra *Advis pour dresser une bibliothèque*, a questão da importância da ordem e do arranjo dos livros em uma biblioteca. Segundo ele:

Não há dúvida alguma de que sem isso todo nosso esforço seria em vão e nosso trabalho infrutífero, pois os livros são colocados e mantidos nesse lugar unicamente para prestar um serviço quando necessário. No entanto, sua utilização será impossível se não estiverem arrumados e dispostos de acordo com seus diversos assuntos, ou de alguma outra forma que nos permita encontrá-los facilmente no lugar indicado. (NAUDÉ, 2016 p. 68).

A melhor ordem de organização, mais natural e mais usada seria aquela que segundo Naudé (2016, p. 70), “[...] adota as disciplinas de teologia, medicina, jurisprudência, história, filosofia, matemática, humanidades e outras.”. As quais deveriam ser subdivididas, respectivamente, de acordo com suas partes distintas, e ser bem conhecidas por quem fosse responsável pela biblioteca. Naudé (2016) segue discutindo a ordenação utilizando a filosofia como exemplo, afirmando que:

em filosofia, começar pela obra de Hermes Trismegisto, que é a mais antiga, seguida pela de Platão, de Aristóteles, de Ramón Llull, Ramus, e terminando com os inovadores, como Telesio, Patrizi, Campanella, Francis Bacon, Gilbert, Giordano Bruno, Gassendi, Basson, Gómez Pereira, Charpentier, van Goorle, que são os principais dentre um milhar de outros.. (NAUDÉ, 2016 p. 70).

De acordo com ele, é assim que se deveria proceder nas demais áreas do conhecimento, sendo sempre cauteloso. E observar as seguintes regras:

- a) Autores universais ou mais antigos devem vir em primeiro lugar;
- b) Interpretes e organizadores devem ser colocados à parte, sendo organizados de acordo com a ordem dos livros que explicam;
- c) Tratados especiais devem acompanhar a ordem e o arranjo do seu conteúdo e os assuntos nas artes e ciências;
- d) Todos os livros que possuem temática e assunto semelhantes devem ser ordenados e colocados exatamente no lugar a eles destinados.

A problemática em relação a ordenação dos livros começou a ser percebida entre os séculos XVI e XVII segundo Caribé (2016), através de fundamentações teóricas em trabalhos como o de John Dury, Andrew Maunsell, Gabriel Naudé, citado anteriormente, dentre outros. Em face desta nova realidade, Caribé (2016, p. 124), afirma que “[...] o tamanho das coleções das bibliotecas passou a ser um problema para a gestão e o acesso. Por outro lado, os antigos métodos medievais de rotulagem de livros de acordo com salas, estantes e prateleiras (número fixo) criaram problemas diante do crescimento das coleções.”.

Já em 1879 e 1885, ocorreu a realização do simpósio *Plans for numbering, with especial reference to fiction*, que contou com a participação de grandes bibliotecários da época, onde foram discutidas as problemáticas referentes ao arranjo dos livros e aos sistemas de números de chamada, de acordo com Caribé (2016). A partir dos questionamentos levantados nesse seminário, começaram a surgir trabalhos de diferentes autores como: Jacob Schwartz, Melvil Dewey, John Edmands entre outros.

Melvil Dewey propôs inicialmente, em 1873, colocar o nome do autor de forma completa ou abreviada abaixo do número de classificação, na Biblioteca de Aprendizes de Amherst. De acordo com Satija (1987), este método parecia muito simples inicialmente, porém, foi logo considerado de difícil utilização. Dewey decidiu então, propor outro método, utilizando o número de classificação seguido da ordem de entrada do livro na biblioteca.

Satija (1987, p. 70, tradução nossa), nos traz o seguinte exemplo: “assim 160.1 seria o primeiro livro sobre o número de classificação de lógica 160.2 o segundo.”. Este exemplo foi retirado da 18ª edição da Classificação Decimal de Dewey. O autor ainda destaca que o ponto decimal foi apenas utilizado para separar o número de chamada do “número do livro”, lembrando que nas duas primeiras edições da CDD, nenhum ponto decimal era usado após os três dígitos do número de classificação.

No final do século XIX, tornou-se comum a utilização do tamanho dos livros para a organização dos mesmos. Satija (1987), afirma que se eles possuíssem um tamanho anormal, este era adicionado entre o número de chamada e o número do livro. Ainda de acordo com Satija (1987), no início este método foi considerado satisfatório. Porém, o próprio Dewey elencou os dois principais problemas deste sistema:

1. Autor, data de publicação, editora, linguagem e formato eram totalmente desconsiderados.
2. Não há como localizar uma obra específica, exceto se você souber seu número específico, o que não acontece no Cutter pois os números são arranjados de acordo com o autor.



Em 1885 Jacob Schwartz apresentava o mundo seu sistema de classificação e sua tabela para conversão dos nomes dos autores, usados como ponto de acesso principal os números, tornando-se o primeiro rival de Dewey. Segundo Caribé (2016, p. 123), “dentro de cada classe os livros eram organizados de acordo com o tamanho, e em seguida pelo nome do autor ou a primeira palavra significativa do título na ausência do autor.”.

Após examinar os planos de organização e numeração que eram usados nas bibliotecas de aprendizes de Amherst que utilizava o sistema proposto por Dewey, e Nova York, organizada por Jacob Schwartz, John Edmands encontrou problemas em ambos os sistemas. Edmands em 1879 publicava um texto no *The Library Journal* onde esboçava um esquema que estaria livre destes problemas.

O esquema de Edmands (1879), era composto de 22 classes designadas por letras maiúsculas. Cada uma destas classes poderia ser subdividida em outras seções, porém, não ultrapassando um total de 22 seções, as quais eram designadas por letras minúsculas. Seu sistema fornecia mais de 400 classes que eram designadas usando apenas dois caracteres.

Para a organização dos livros em cada seção Edmands (1879), utilizou a ordem alfabética dos autores juntamente com números permitindo a combinação e a sucessão alfabética e numérica. Em cada seção seria empregada uma série de números de 9 a 999 onde seriam distribuídos os nomes dos autores de acordo com o que era sugerido pela tabela elaborada por Schwartz. Para Edmands (1879, p. 38, tradução nossa):

Dessa maneira, os livros podem continuar sendo adicionados e inseridos em seus locais alfabéticos até que a biblioteca adquira 4.000.000 de obras separadas; e que sem usar mais de seis caracteres para designar os livros; e colocando à esquerda um caractere adicional (como 0 ou 1), o número pode ser dobrado sem perturbar os números originais. (EDMANDS, 1879, p. 38, tradução nossa).

Porém esse sistema não poderia ser utilizado no departamento de literatura, sem que fossem adicionados novos caracteres. Segundo Edmands (1879), este departamento é bastante amplo e nem sempre é fácil subdividi-lo. Por isso Edmands optou por dispensar a designação da classe e organizou os livros deste departamento na *Mercantile Library* da Filadélfia de acordo com este novo sistema, onde:

Todos os livros estão organizados em ordem alfabética, primeiro pelos nomes dos autores, depois pelos títulos de cada autor. Para marcar e numerar, coloquei em cada livro a letra inicial (maiúscula) do sobrenome do autor e, à direita, um número para o autor; abaixo disso, separado por uma linha, coloco outro número para designar o livro em particular, que chamo de número do título. Essas letras iniciais dividem os livros em vinte e uma seções numeradas de forma independente. As letras i, q, u, x e z são

omitidas devido à responsabilidade de erro no registro; e os livros com essas iniciais são colocados em j, p, v e y. (EDMANDS, 1879, p. 39, tradução nossa)

Charles Ammi Cutter baseou-se no trabalho realizado por Jacob Schwartz para o desenvolvimento da sua própria tabela, mesmo inicialmente, tendo sido contra à proposta da combinação de letras e números. Após realizar melhorias na ideia proposta por Jacob como, por exemplo, o fim da inclusão do tamanho dos livros como um dos princípios de ordenação. Segundo Satija (1987), em 1880 C. A. Cutter publicava a sua tabela para elaboração da notação de autor, a qual será discutida a seguir.

#### 2.4 O SISTEMA PROPOSTO POR CHARLES AMMI CUTTER

Em 1878 Charles Ammi Cutter publicava no *The Library Journal*, um artigo intitulado “*Another plan for numbering books*”. Na época ele trabalhava na Boston Athenzeum, e afirma no início do seu artigo que o local havia sido atingido por dois males, sendo o primeiro deles a localização fixa, e o segundo, o número das prateleiras marcados no interior das capas dos livros.

Após a criação de uma nova coleção e, juntamente com ela, a necessidade de reorganizar 20 ou 30 mil volumes, surgiu a possibilidade de realizar melhorias nestes sistemas, como a colocação de etiquetas nas lombadas dos livros e a adição de uma localização relativa. Cutter, C. (1878, p. 248), afirma que “a primeira melhoria facilitará muito o trabalho da biblioteca; a segunda possibilitará futuros rearranjos sem o processo tedioso e dispendioso de reescrever listas de prateleiras e alterar os números de livros em todos os catálogos.”.

Cutter, C. (1878), defendia que cada autor fosse representado por um número. Portanto, ele combinou os números de classe de Dewey com o sistema de conversão de nomes proposto por Schwartz, criando uma notação de autor análoga ao número de classe e constituída por um sistema decimal, capaz de interpolação indefinida. Desconsiderando o tamanho do livro para sua organização e preservando a ordem alfabética dos autores. Em 1880 ele concluiu sua tabela e passou a vendê-la comercialmente.

Através desta tabela o autor seria identificado pela primeira letra do seu sobrenome, seguido pelos algarismos organizados na ordem alfabético-decimal. Para Caribé (2016, p. 127), “no julgamento de Cutter este seria o arranjo ideal, pois permite a inserção de novos números caso ocorra coincidência nos sobrenomes de autores que publicaram na mesma área temática.”. Portanto, de acordo com Caribé (2016, p. 127):

a tabela era composta por dois (2) algarismos, para todos os nomes que começavam com consoante exceto a letra S, para a qual era utilizada uma letra e dois números. Para os nomes que começavam com vogais ou com a letra S a segunda letra do nome do autor era acrescentada seguida de um número. Para os nomes que começam com Sc três letras eram utilizadas seguidas de um número.

A tabela de dois dígitos criada por Charles A. Cutter era adequada para pequenas coleções. Porém inadequada para grandes acervos onde, por exemplo, poderiam ocorrer mais de vinte obras de um mesmo autor em uma mesma classe. Para resolver esta questão, Cutter resolveu expandir sua tabela. Satija (2009), afirma que este trabalho foi atribuído a sua antiga assistente Kate Emery Sanborn, resultando em um trabalho independente. Na nova tabela desenvolvida por Sanborn, independente da vogal ou S, todos os nomes começavam com uma única letra.

As vogais, com exceção da letra A, e as consoantes J, K, Y e Z são seguidas por dois dígitos, as consoantes Q e X por apenas um dígito. A vogal A, bem como o restante das consoantes e da letra S, são sempre seguidas por três dígitos. Satija (2009), nos apresenta os seguintes exemplos, para entender melhor este novo arranjo.

**Quadro 1** – Notação de autor segundo a tabela desenvolvida por Kate E. Sanborn

Nome	Nota. autor	Nome	Nota. autor	Nome	Nota. autor
Arnold	A757	Lewis	L676	Shaw	S537
Upton	U71	Maugham	M449	Stoddard	S869
Kimball	K49	Mills	M657	Quin	Q7
Yates	Y32			Xavier	X3

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Cutter, porém, não gostou do trabalho desenvolvido por Sanborn, tentando substituí-lo e repudiá-lo. Satija (2009, p. 72), afirma que “ele tentou desacreditar Sra. Sanborn, descrevendo a publicação da nova tabela como um ‘erro’ de sua parte.”. Ele chegou a revisar sua tabela para três dígitos em 1901 e a colocou à venda, no intuito de substituir o trabalho desenvolvido por Kate, mas não obteve sucesso.

## 2.5 A NOTAÇÃO DE AUTOR SEGUNDO A TABELA CUTTER-SANBORN

Embora esta seção procure abordar os aspectos da construção da notação de autor, é importante discorrer, mesmo que brevemente, sobre a composição do número de chamada. Todos os

símbolos que são utilizados, para a construção do número de chamada, afim de indicar a localização das obras no acervo de uma biblioteca, possuem um papel muito importante. Segundo Lehnus (1978, p. 13), “todo aquele que procurar publicações na biblioteca, seja bibliotecário, ou leitor, depende destes símbolos para localizar as publicações desejadas.”. Para Mey (1995), o número de chamada é composto por três elementos básicos:

- a) **Número de classificação ou notação de assunto:** código relativo ao assunto, obtido através de sistemas de classificação como CDD e CDU, buscando reunir na estante todos os itens que abordem um mesmo assunto.
- b) **Notação de autor:** código relativo ao nome do autor, entidade ou título no caso de obras sem autoria. Busca distinguir por autor, os vários itens com o mesmo número de classificação.
- c) **Outros elementos distintivos:** usados para indicação de acervo ou distinção de códigos iguais sob assunto e autoria.

Porém, é importante ressaltar que no exterior o número de chamada é composto por outros elementos. Segundo Slavic (2009), sua composição é a seguinte:

1. **Marca da coleção:** indica a qual coleção ou parte de coleção que o documento pertence em uma biblioteca. Podendo ser indicada pela cor da etiqueta ou por diferentes símbolos. Quando esta marca está ausente, significa que a coleção está implícita, ou seja, pertence a coleção principal.
2. **Marca de classe (número de classificação):** representa o assunto ao qual o documento pertence.
3. **Número do livro:** são os símbolos que identificam a obra em si. Sua autoria e representação física, por exemplo. Podendo ser composto pelos seguintes elementos:
  - **Marca do autor:** indica o autor ou título em caso de obras sem autoria.
  - **Marca de trabalho:** que identifica os títulos do mesmo autor ou identifica os trabalhos anônimos com mesmo título.
  - **Marca da edição:** indica a edição da obra.
  - **Marca do volume:** indica o volume, em caso de obras publicadas em mais de um volume.
  - **Marca da cópia:** identifica cópias individuais de uma obra.

Podemos encontrar na primeira página da terceira edição da Tabela Cutter-Sanborn publicada em 1976, dez regras para a construção da notação de autor. É importante ressaltar que

as regras na tabela se encontram em inglês e foram traduzidas pelo autor. As regras segundo Cutter, R. (1976), são as seguintes:

A primeira regra nos diz para localizar as primeiras letras do sobrenome do autor na tabela. Após encontrá-las apenas a primeira letra em negrito deve ser usada seguida do número que se encontra ao seu lado. Vamos utilizar os seguintes nomes: “Atwood, Margaret” “Brown, Dan” e “Flinn, Gillian”, como exemplo. Seguindo a regra a notação ficaria A887, B877 e F622.

A segunda regra nos informa que ocasionalmente, poderá haver um número que não se ajuste em um nome como, por exemplo “Andrews, Oliver”. Nestes casos, sempre deve ser usado o número anterior não o próximo. Sendo assim, “Andrews, Oliver” estaria sob A568 que é o número de “Andrews, M” e não sob A569 que é o número “Andrews, R”.

Em alguns casos, dois autores compartilham o mesmo número. A terceira regra nos diz que nestes casos devemos adicionar um dígito a notação. Ela recomenda que seja o número 5, pois este garante um bom espaço para ambos os lados para interpolação, quando necessário. Os números 1 e 9 devem ser evitados. Por exemplo, “Bruck, John” encontra-se sob B888, “Brucken, Paul” compartilha o mesmo número, caso fosse adicionado sob o mesmo número de classificação necessitaria de uma diferenciação. Seguindo a regra “Brucken, Paul” ficaria sob o número B8885.

O arranjo decimal sempre deve ser seguido, de acordo com a quarta regra. A quinta regra por sua vez nos diz como diferenciar títulos diferentes do mesmo autor, usando uma “marca de Trabalho”. A qual deve ser feita através de uma letra retirada das “palavras-chave” do título. No caso de autores volumosos e livros pertencentes a séries, deve-se usar duas letras. Por exemplo, a notação de autor dos livros Anjos e demônios e Fortaleza digital de Dan Brown seria respectivamente B877a e B877f, considerando que ambos fossem catalogados em literatura estadunidense.

A sexta regra fala sobre o uso do zero. Pode-se notar que ele não se encontra presente na tabela, pois pode ser facilmente confundido com a letra *O*. Por isso seu uso deve ser evitado. De acordo com a sétima regra nomes que começam com Mc, M’, Mac, são considerados escritos como Mac.

A oitava regra afirma que a Tabela Cutter-Sanborn é muito adequada para a ficção, tornando as obras de autores semelhantes, mais fáceis de serem localizadas, se o número se encontrar na lombada dos livros. No caso de livros que não possuem autoria devemos seguir aquilo que manda a nona regra. Neste caso a notação de autor deve ser feita com a primeira palavra do título.

A décima e última regra é específica para biografias. Para manter todas as biografias de um mesmo autor, juntas na estante, a notação de autor é feita com o nome do biografado. Nestes casos a “marca de trabalho” não é retirada do título da obra, mas sim da primeira letra do sobrenome do biógrafo.

Ao seguir estas regras, teremos uma organização padronizada de acordo com a ordem alfabética de autor em toda a biblioteca. Porém, Moro e Stabel (2014, p. 32), destacam “[...] que há uma infinidade de situações de acordo com as peculiaridades de cada obra ou coleção. [...] recomenda-se que o profissional esteja atento aos dados apresentados pela obra, sem perder o foco na padronização da organização da biblioteca [...]”.

### 3 METODOLOGIA

Nesta seção será apresentado o campo de estudo e a metodologia que será utilizada para o desenvolvimento da pesquisa.

#### 3.1 ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL – PORTO ALEGRE

Fundada em 08 de maio de 1943 devido a necessidade de um local seguro para a prática de lazer pelos funcionários do Banco do Brasil. O clube conta com uma série de opções para momentos de lazer, descontração e integração. Aberta desde 1997, para toda a comunidade porto-alegrense a Associação Atlética do Banco do Brasil – Porto Alegre, oferece opções qualificadas de atividades nas áreas, social, esportiva, cultural e socioambiental. Situa-se no bairro Ipanema, Zona Sul da capital gaúcha, vizinha ao Parque Natural do Morro do Osso e do Lago Guaíba. (ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL, 2019, on-line.).

#### 3.2 BIBLIOTECA EDUARDO HAUTE

A biblioteca Eduardo Haute pertence ao setor cultural da Associação Atlética Banco do Brasil – Porto Alegre sendo esta, uma instituição privada. Foi fundada em 1960, seu nome homenageia um associado que doou um grande acervo de livros. O espaço passou por reformas em 1986 e 1991. Na ocasião da sua última reforma ela foi reinaugurada, ocupando um espaço no quarto andar da sede do clube. (ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL, 2019, online)

Em 2017 a biblioteca iniciou o processo de recatálogo de todo o seu acervo buscando adequar-se as normas internacionais e modernização da sua base de dados. Este trabalho motivou o desenvolvimento da presente pesquisa. A estimativa de sua coleção, segundo Rodrigues (2019), é de 12.912 itens. Atualmente a biblioteca conta o seguinte volume de obras recatologadas:

- 2.301 obras infantis e infantojuvenil.
- 1.666 DVDs
- 4.957 obras divididas entre literatura nacional e estrangeira, história e viagens, saúde, filosofia, religião, ciências sociais, ciências biológicas, biografias dentre outros.

O volume de obras recatologadas corresponde a 8.924 itens, o que representa cerca de 70% do trabalho realizado. Ainda restam cerca de 3.902 itens não processados, representando

cerca de 30% do trabalho a ser concluído. O espaço da biblioteca somente pode ser utilizado pelos associados e funcionários do clube. É vetado o uso do seu espaço, assim como a utilização dos seus serviços, por pessoas que possuam matrícula ativa apenas para a utilização de determinados serviços prestados pelo clube.

Além dos serviços de empréstimo e reserva de materiais, a biblioteca presta os seguintes serviços aos associados do clube: clube da leitura, clube do filme, sala de vídeo, ambiente para estudos climatizado, realização de oficinas infantis, encontro com o autor, dentre outros.

### 3.3 OBJETIVO E TIPO DE PESQUISA

A pesquisa a ser desenvolvida apresenta uma metodologia de natureza básica pois, visa a geração de um novo conhecimento a respeito do tema delimitado anteriormente nos objetivos, contribuindo para o avanço do conhecimento científico. Sua abordagem se dará de forma qualitativa, pois foca no aprofundamento e compreensão do método de aplicação da Tabela Cutter-Sanborn na Biblioteca Eduardo Haute.

Quanto aos objetivos da pesquisa, esta caracteriza-se como descritiva. De acordo com Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” Ele também comenta que “uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.”

Estudos denominados qualitativos para Godoy (1995a, p. 62), “têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural.”. Os pesquisadores que utilizam este método escolhem os participantes de forma proposital, coletando os dados de uma forma muito mais ampla, possibilitando a reconstrução do caso que será estudado. (FLICK, 2013).

### 3.4 PROCEDIMENTO DE PESQUISA

O procedimento utilizado para a realização da pesquisa será o método de estudo de caso juntamente com uma pesquisa bibliográfica, entrevista e pesquisa documental. Godoy (1995b p. 25) afirma que o estudo de caso “visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular.” Tal método é o preferido dos pesquisadores para encontrar respostas às questões de “como” e “por quê”. Porém, é de extrema importância que



os pesquisadores estejam abertos as suas descobertas, pois segundo Godoy (1995b, p. 25), “mesmo que inicie o trabalho a partir de algum esquema teórico, deverá se manter alerta aos novos elementos ou dimensões que poderão surgir no decorrer do trabalho.”.

Por ser um estudo profundo e exaustivo, visando obter um amplo e detalhado conhecimento, Gil (2002, p. 139), afirma que “os estudos de caso podem ser constituídos tanto de um único quanto de múltiplos casos.”. Os projetos de estudo de caso podem ser definidos em quatro tipos básicos, porém, apenas o tipo específico para o desenvolvimento desta pesquisa será abordado.

Para a realização da pesquisa será utilizado o modelo de estudo de caso único holístico, que envolve apenas uma unidade de análise, no caso a Biblioteca Eduardo Haute. É comum haver questionamentos sobre a validade deste tipo de estudo de caso, porém, Duarte, M (2009, p. 227), afirma que “[...] ele é justificável em situações onde o caso representa um teste crucial da teoria existente; o caso é um evento raro ou exclusivo ou o caso serve a um propósito revelador.”

Analisando a entrevista no sentido amplo da comunicação verbal e restringindo-se a coleta de informações sobre um determinado tema científico ela se configura para Deslandes e Gomes (2015), como um dos processos mais utilizados quando se exige trabalho de campo. A pesquisa bibliográfica é ponto de partida para a realização de qualquer trabalho. Stumpf (2009, p. 54), define a pesquisa bibliográfica como “[...]um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados que permitem recuperá-los quando necessário.”.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 183.), a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.”. Não se trata apenas de uma repetição daquilo que já foi escrito e, sim, analisar o material sobre uma nova perspectiva, capaz de chegar a novas conclusões, segundo as autoras.

A pesquisa bibliográfica é fundamental para a realização deste trabalho porque ela permite levantar documentos que contenham informações pertinentes, para a interpretação e avaliação dos dados obtidos com as entrevistas, além de fornecer argumentos, para validação dos objetivos propostos, de acordo com autores renomados da área.

Pode-se dizer que a pesquisa bibliográfica é muito parecida com a pesquisa documental. A primeira trata de materiais que já receberam um tratamento analítico, a segunda de materiais

que ainda não receberam o mesmo tratamento. Isso vai de acordo com o que afirma Gil (2002, p. 45):

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. (GIL, 2002, p. 45).

Optou-se por incluir a pesquisa documental, pois serão utilizados documentos da instituição que aborda os processos de construção da notação de autor, como forma de levantamento de dados, uma vez que estes são documentos primários, e que não receberam nenhum tipo de tratamento analítico.

### 3.5 COLETA DE DADOS

Dentre as muitas abordagens metodológicas disponíveis, para a coleta de dados qualitativos, as que melhor se encaixam nesta pesquisa são: pesquisa bibliográfica, entrevista, e análise documental (Políticas de catalogação). A pesquisa bibliográfica põe o pesquisador em contato com tudo aquilo que já foi publicado sobre o assunto de interesse.

Para o levantamento bibliográfico, segundo Stumpf (2009), primeiramente é necessário definir os termos que serão utilizados, e traduzi-los para o inglês e espanhol. Identificados os termos, inicia-se a seleção das fontes de informação bibliográfica e a definição da estratégia de busca a partir das palavras-chaves definidas na etapa anterior, com isso, começa a fase de localização dos documentos, em posse dos mesmos, procede-se a leitura para definir a prioridade de cada um de acordo com cada etapa do trabalho. Deve-se utilizar o fichamento, por exemplo, para a anotação de dados que possam reforçar, justificar, e ilustrar as ideias e posicionamentos do pesquisador.

Para o desenvolvimento da pesquisa optei pelo método de entrevista semiestruturada ou semiaberta, combinando perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado pode falar sobre o tema sem se prender a indagação que lhe foi formulada. De acordo com Duarte, J. (2009), neste modelo é o pesquisador quem faz a primeira pergunta, e só passa para a próxima questão, depois de ter explorado ao máximo cada resposta dada pelo entrevistador.

As questões são aprofundadas de acordo com as respostas, as perguntas gerais dão origem a novas questões específicas. O roteiro deste tipo de entrevista exige poucas questões,

porém amplas o suficiente para serem discutidas em profundidade sem interferências entre elas ou redundâncias. Quem conduz a grande parte da entrevista é o entrevistado, valorizando seu conhecimento, porém ajustada ao roteiro do entrevistador.

A entrevista foi realizada com o bibliotecário da instituição Lucas Rodrigues Pereira da Silva, seguindo um roteiro previamente elaborado de acordo com o modelo exemplificado anteriormente, e encontra-se disponível no apêndice (D). É importante ressaltar que os auxiliares Jéssica Ribeiro Munhoz e Vinícius Tassis Cruz, também foram convidados a participar da entrevista, pois ambos possuem graduação em biblioteconomia, e também ajudaram no desenvolvimento do trabalho realizado na biblioteca. No entanto no momento da entrevista o Sr. Cruz encontrava-se de férias e a Sra. Munhoz optou por não participar da mesma.

O instrumento de coleta dos dados da entrevista foi a gravação, pois ela permite um registro literal e integral de todas as informações. Para Triviños (1987, p. 148), “a gravação permite contar com todo o material fornecido pelo informante, o que não ocorre seguindo outro meio.” Ainda segundo ele “se a entrevista gravada é acompanhada de anotações gerais sobre atitudes ou comportamentos do entrevistado, pode contribuir melhor ainda aos esclarecimentos que persegue o cientista.”

A pesquisa documental será utilizada para que se possa trabalhar, principalmente, com a Política de Indexação da instituição e com outros documentos que possam ter informações relevantes. (GIL, 2002). A análise desta política pode trazer contribuições importantes para o desenvolvimento do trabalho, dentro dos objetivos posteriormente definidos, buscando identificar os procedimentos relativos à forma de utilização da Tabela Cutter-Sanborn para a construção da notação de autor, na Biblioteca Eduardo Haute.

### **3.5.1 A pesquisa bibliográfica**

O levantamento da bibliografia de interesse foi realizado utilizando-se o modelo proposto por Stumpf (2009) e já descrito anteriormente. Com a temática da pesquisa delimitada, foi realizada a seleção e tradução das palavras-chave, para o inglês e o espanhol. A escolha das mesmas foi dividida em dois eixos, o primeiro e mais geral, é relacionado ao número de chamada, que engloba e afeta a elaboração da notação de autor, definiu-se as seguintes palavras-chaves: número de chamada, call number, shelf location e número de llamada. Para o eixo 2 relacionado exclusivamente ao processo de elaboração da notação de autor definiu-se as seguintes palavras-chaves: notação de autor, controle de autoridades, author notation e notación de autor. A partir desse processo foi possível criar a seguinte estratégia de busca.

**Quadro 2** – Definição da estratégia de busca

((“notação de autor” OR “controle de autoridades” OR “author notation” OR “notación de autor”) AND (“número de chamada” OR “call number” OR “shelf location” OR “número de llamada”))

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Com a definição dos eixos e das palavras-chaves o passo seguinte se concentrou na escolha das bases de dados disponibilizadas no portal da CAPES. A escolha destas bases foi baseada no seu alinhamento com o tema da pesquisa, no caso a ciência da informação. Para a realização deste estudo foram selecionadas as bases: BDTD, Scopus, BRAPCI e LISTA. Após a seleção das bases adequadas deu-se início ao processo de busca, utilizando-se a estratégia criada com a junção de ambos os eixos descrita no quadro 2.

A realização das pesquisas nas bases de dados foi realizada em duas etapas. A primeira ocorreu no dia 17 de maio de 2020. A estratégia de busca definida acima foi aplicada na BDTD utilizando a opção de “Busca avançada” em todos os campos sendo a correspondência da busca por qualquer termo. Sem a delimitação de idioma ou tipo de documento, não possuindo preferência para documentos ilustrados. Porém, limitando a pesquisa entre os anos 1972-2019. Entretanto, nem um documento foi recuperado.

Na BRAPCI ao aplicar a estratégia de busca delimitando-a por título, palavra-chave e resumo, entre 1972-2019 houve uma recuperação de 10.000 itens, indicando que a busca foi realizada de forma aleatória em qualquer parte dos textos. Isso ocorreu devido ao fato de a BRAPCI não aceitar expressões de buscas que utilizam operadores booleanos. As buscas na mesma apenas podem ser feitas utilizando-se termos simples ou compostos. Devido a isso os resultados obtidos nessa primeira busca foram descartados.

A pesquisa na Scopus foi feita selecionando a opção documentos e delimitando a busca das palavras-chaves por título do artigo, resumo e palavras-chaves. A busca não retornou nem um resultado. Na LISTA foi utilizada a opção de busca avançada, delimitando a busca por frase ou operadores booleanos, texto completo, entre janeiro de 1972 e dezembro de 2019, e revisado por pares. A busca realizada na LISTA retornou 4 documentos.

Após a conclusão da primeira busca, realizou-se o teste de aderência das palavras-chaves com os artigos encontrados na base LISTA, buscando identificar a necessidade de se acrescentar novas palavras-chaves, além de reformular a estratégia de busca devido ao baixo

número de artigos recuperados. A nova estratégia de busca elaborada encontra-se descrita no quadro abaixo.

**Quadro 3** – Readequação da estratégia de busca

(“notação de autor” OR “controle de autoridades” OR “author notation” OR “notación de autor” OR “número de chamada” OR “book number” OR “call number” OR “shelf location” OR “número de llamada” )

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

O segundo teste foi realizado em 19 de maio de 2020. Ao aplicar a estratégia de busca na BDTD desta vez optou-se por não utilizar a busca avançada, no entanto, manteve-se a busca das palavras-chaves em “todos os campos”, filtrando-se a busca entre 1972-2019. Obteve-se um total de 66 arquivos recuperados, entretanto, a busca trouxe muitos resultados de outras áreas como a química, matemática e física, os quais não são relevantes para esta pesquisa. Sendo assim a busca foi refeita utilizando a opção de pesquisa somente por “assunto” mantendo o filtro de tempo. Foram recuperados 4 arquivos.

Devido às limitações de busca na BRAPCI, optou-se por utilizar as palavras-chave “notação de autor” e “número de chamada”. Ambas foram pesquisadas de forma individual delimitando a busca por “título, palavra-chave e resumo” entre 1972-2020. O primeiro termo trouxe apenas 1 resultado enquanto segundo trouxe 4.

A pesquisa na base Scopus foi limitada apenas as palavras-chave entre 1983-2019, optando-se apenas por artigos que já estavam finalizados em português e inglês. Excluindo-se, as áreas de Engineering, Agricultural and Biological Sciences, Biochemistry, Genetics and Molecular Biology, Business, Management and Accountinge, Mathematics e Physics and Astronomy. Obteve-se um total de 07 documentos recuperados.

Na LISTA a pesquisa foi realizada utilizando a “busca avançada” utilizando a opção de “AB Abstract or Author-Supplied Abstract” limitando a pesquisa entre 1972-2019, somente material revisado por pares e com texto completo em PDF, nos idiomas inglês e espanhol excluindo-se os demais. É importante salientar que nenhum resultado em português foi recuperado pela base. Também foi feita uma análise dos assuntos aos quais os artigos recuperados estavam ligados, a partir dela resolveu-se manter apenas aqueles que possuíam ligação com o tema de estudo. Foram eles: “shelflisting”, “books”, “classification”, “classification of books”, “collection management libraryes”, “book catalogs” e “book collecting”. A pesquisa também foi realizada escolhendo-se as opções “KW Author-Supplied

Keywords” e “SU Termos do assunto”, porém, a primeira recuperou apenas dois documentos, recuperados na primeira busca realizada, e a segunda nenhum. Ao total 12 arquivos foram encontrados.

Com as buscas realizadas, chegou-se a um total de 31 documentos. Para a reunião e filtragem dos mesmos foi utilizado o software Mendeley como gerenciador bibliográfico. Neste processo de filtragem foram levados consideração, para manutenção dos documentos, os seguintes aspectos: alinhamento dos títulos e resumos com o tema, publicações em português, inglês, espanhol e a disponibilidade de forma gratuita das publicações na íntegra. Após a realização deste processo obteve-se um total de 9 publicações consideradas inicialmente alinhadas com o tema da pesquisa.

Terminadas estas etapas, partiu-se para a leitura integral dos artigos a fim de confirmar o alinhamento dos mesmos com o tema de pesquisa proposto. E estabelecer a prioridade dos mesmos. Destes 9 artigos, apenas 2 foram considerados de fato alinhados. Devido a especificidade da pesquisa e a baixa quantidade de resultados encontrados, e inspirado no método de pesquisa “bola de neve” decidiu-se analisar cada uma das referências de ambos os artigos forma individual.

Foram avaliados os títulos, resumos, e outras informações encontradas de cada uma das referências a fim de identificar o enquadramento das obras citadas com o tema da pesquisa. Seguindo os mesmos critérios de inclusão utilizados anteriormente. Após essa avaliação obteve-se um total de 15 documentos alinhados com o tema e objetivos da pesquisa. Logo após a leitura e estabelecimento da importância de cada uma das obras de acordo com cada etapa do trabalho, seleção, coleta e destaque dos elementos julgados relevantes através do software Acrobat Reader DC resultou-se em mais 8 novos itens totalmente alinhados com o tema da pesquisa, totalizando 10 documentos. Os quais serviram para a composição do referencial teórico e as análises e os resultados. Os documentos encontrados e utilizados encontram-se listados abaixo:

**Quadro 4** – Documentos selecionados para compor o portfólio bibliográfico

<b>Autor</b>	<b>Título</b>
BARDEN, B. R.	Book number: a manual for students with a basic code of rules.
CARIBÉ, R. C. V.	Notação de autor: sua história
CUTTER, C.A.	Another plan for numbering books

EDMANDS, J.	Plans for numbering, with especial reference to fiction: a library symposium
LEHNUS, D. J.	Notação de autor: manual para bibliotecas
Mann, M.	Introduction to cataloging and the classification of books
NAUDÉ, G. P.	Advis pour dresser une bibliothèque
Ortega, C.D.; Silva, M.A.S.; Santos, M.N.	A ordenação de documentos na atividade bibliotecária
SILVA, C. M. A; TOLENTINO, V. S.; Ortega, C. D.	Número de chamada e FRBR: um diálogo norteado por princípios da organização da informação
SLAVIC, A.	Call numbers, book numbers & collection arrangements in European Library Traditions

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 3.6 ANÁLISE QUALITATIVA DE DADOS

A análise dos dados é, segundo Flick (2004, p. 188), “[...] o cerne da pesquisa qualitativa – embora sua importância seja vista sob diferentes aspectos nas diversas abordagens.”. Após a conclusão da pesquisa bibliográfica, da realização das entrevistas e da pesquisa documental, os dados obtidos, por ambos os meios passarão por uma análise de conteúdo que, segundo Moraes (1999, p. 2), “[...] constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise [...] ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além da leitura comum.”.

Bardin (2011, p.15) diz que a análise de conteúdo é atualmente “[...] um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdo e continentes) extremamente diversificados.”. Ainda segundo a autora o método é dividido em três etapas cronológicas: a) a pré-análise; b) a exploração do material; c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise se inicia com a posse de todo o material necessário que foi obtido através da pesquisa bibliográfica, das entrevistas e da pesquisa documental. Nesta etapa será realizada a leitura de todo material obtido com ambas as pesquisas, para, de acordo com Moraes (1999), selecionar aquele que esteja de acordo com a mesma. A transcrição e arquivamento das entrevistas também será feita nesta etapa, a qual é de fundamental importância, para a interpretação do conteúdo gravado, segundo Flick (2004).

Todo o processo realizado nesta etapa é o mesmo que descrito por Bardin (2011). Para a autora, todo este trabalho nada mais é do que a organização, composta por atividades não estruturadas, como a leitura flutuante, onde se estabelece o contato com os documentos analisando e conhecendo o texto, escolha dos documentos e preparação do material. É nesta etapa que ocorre uma preparação formal ou “edição” que consiste, por exemplo, na transcrição de entrevistas gravadas, conservação das gravações, dentre outras atividades não estruturadas.

Durante a etapa de exploração do material foi feita a seleção das unidades de análise, de acordo com o tema, objetivos e questões da pesquisa que precisam ser respondidas. As unidades selecionadas *a priori* para a pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas serão aquelas que falem sobre: as regras sobre a elaboração da notação de autor, aplicabilidade das regras e métodos de resolução de conflitos. Outras unidades de análise poderão ser definidas *a posteriori*. Para Campos (2004, p. 613) “mais frequentemente, as unidades de análise, incluem palavras, sentenças, frases, parágrafos ou um texto completo de entrevistas, diários ou livros.”.

Ainda segundo Campos (2004), existem inúmeras opções para a seleção destes recortes, porém existe um grande interesse pela análise temática, pois o tema, geralmente, é uma escolha do próprio pesquisador, definido com base nos objetivos da sua pesquisa. Realizada a seleção das unidades, estas foram divididas em blocos em um documento Word e classificadas em categorias que possam confirmar ou modificar os objetivos propostos inicialmente.

Este procedimento vai ao encontro do que afirma Moraes (1999) para poder ser classificada, cada unidade de análise precisa estar isolada. O autor recomenda que isso seja feito reescrevendo-as em um cartão, de uma forma que possam ser compreendidas fora do seu contexto original, elas devem possuir significado completo em si mesmas. Ele salienta que durante essa fragmentação dos textos parte da informação do material analisado é perdida.

A etapa final do processo de análise de conteúdo consiste no tratamento dos dados, o qual ocorre em duas etapas, sendo elas, descrição e interpretação. Para Moraes (1999) a descrição em pesquisas qualitativas ocorre através da produção de um texto para cada uma das categorias estabelecidas que expresse os significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma destas categorias. É recomendável que se faça uso intensivo de “citações diretas” dos dados originais. Ainda, segundo Moraes (1999), a interpretação busca a compreensão, sendo que toda a leitura de um texto constitui uma forma de interpretação.

Portanto nesta etapa foi realizada a descrição e interpretação dos resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica e documental além, das entrevistas, as quais passaram pelas etapas de pré-análise e exploração do material. Os resultados brutos obtidos foram tornados significativos e válidos, segundo Godoy (1995b). Isso se deu através da escrita de um texto para cada uma



das categorias estabelecidas, o qual irá expressar os significados das unidades de análise e identificar se os objetivos da pesquisa propostos inicialmente foram atendidos.

## 4 RESULTADOS

Para a apresentação dos resultados buscou-se priorizar obras que tratem exclusivamente da elaboração do número de chamada, que engloba a notação de autor e suas peculiaridades. Obras que trazem exemplos práticos, e novas orientações, para a realização desta atividade bibliotecária, sempre baseadas nas tabelas de Cutter-Sanborn.

Nas seções seguintes será apresentada a avaliação das regras da tabela Cutter-Sanborn segundo a literatura selecionada, apresentando as reflexões e contribuições de cada autor, visando ampliar os conhecimentos acerca da elaboração da notação de autor. Além da descrição da forma de elaboração da mesma e a identificação das alterações realizadas pelo bibliotecário da Associação Atlética Banco do Brasil.

### 4.1 AVALIAÇÃO DAS REGRAS DA TABELA CUTTER-SANBORN

Ao analisar a obra de Barden (1937), Lehnus (1978) e Santos, M. (2016), foi possível constatar a existência de alguns princípios gerais básicos, porém de extrema importância, para a elaboração do número de chamada e seus correlatos. Como já foi destacado anteriormente a notação de autor é parte indissociável do número de chamada portanto, destacar aspectos de sua composição, mesmo que brevemente, é de suma importância para a compreensão da realização desta atividade bibliotecária. Os princípios gerais encontram-se descritos abaixo:

1. A função primordial desempenhada pelo número de chamada consiste na singularização de cada documento com o objetivo de ordená-los em uma coleção.
2. É fundamental a consulta ao catálogo topográfico, a base de dados ou até mesmo as estantes, para análise anterior e posterior ao número de chamada que está sendo elaborado, para que, cada uma das obras mantenha a sua individualidade.
3. O tamanho da coleção influencia a extensão do número de chamada. Principalmente da notação de autor. Uma grande quantidade de obras dentro de uma mesma classificação, pode exigir um número de chamada mais extenso e elaborado.
4. Deve-se usar, sempre que possível, um número mínimo de elementos para realizar a individualização de cada item.

A partir destes princípios podemos entender mais facilmente a aplicação das regras da tabela Cutter-Sanborn, que serão descritas e detalhadas a seguir, além das implicações caso eles não sejam seguidos.

Podemos considerar a primeira regra como sendo a mais simples. Ela consiste segundo Cutter, R. (1976) em encontrar as primeiras letras do sobrenome do autor na tabela. Ao achar a combinação correspondente deve-se usar apenas a letra em negrito da mesma juntamente com o número correspondente ao lado. Vamos utilizar como exemplo os livros “O nobre senhor Kingsblood” de Sinclair Lewis e “Bandidos” de Elmore Leonard.

**Figura 1** – Reprodução de uma seção da letra “L” da tabela Cutter-Sanborn

Lenoir	<b>571</b>	Lewe	<b>671</b>	Lisl	<b>771</b>	Lorg	<b>871</b>	Lusi	<b>971</b>
Lenor	<b>572</b>	Lewin	<b>672</b>	Liss	<b>772</b>	Lori	<b>872</b>	Luss	<b>972</b>
Lens	<b>573</b>	Lewis	<b>673</b>	List	<b>773</b>	Loring	<b>873</b>	Lut	<b>973</b>
Lent	<b>574</b>	Lewis G	<b>674</b>	Lisz	<b>774</b>	Loring M	<b>874</b>	Luto	<b>974</b>
Lenz	<b>575</b>	Lewis M	<b>675</b>	Lit	<b>775</b>	Lorm	<b>875</b>	Lutz	<b>975</b>
Leo	<b>576</b>	Lewis S	<b>676</b>	Litch	<b>776</b>	Lorr	<b>876</b>	Luv	<b>976</b>
Leod	<b>577</b>	Lewis W	<b>677</b>	Litte	<b>777</b>	Lorry	<b>877</b>	Lux	<b>977</b>
Leof	<b>578</b>	Lewk	<b>678</b>	Littl	<b>778</b>	Lort	<b>878</b>	Luy	<b>978</b>
Leon	<b>579</b>	Lex	<b>679</b>	Littleb	<b>779</b>	Los	<b>879</b>	Luz	<b>979</b>
Leonard	<b>581</b>	Ley	<b>681</b>	Littlet	<b>781</b>	Loso	<b>881</b>	Ly	<b>981</b>
Leonc	<b>582</b>	Leybu	<b>682</b>	Littr	<b>782</b>	Lot	<b>882</b>	Lyeu	<b>982</b>
Leone	<b>583</b>	Leyd	<b>683</b>	Liu	<b>783</b>	Loti	<b>883</b>	Lyd	<b>983</b>
Leonh	<b>584</b>	Leyl	<b>684</b>	Liv	<b>784</b>	Lott	<b>884</b>	Lye	<b>984</b>
Leoni	<b>585</b>	Leys	<b>685</b>	Livermore M	<b>785</b>	Lotz	<b>885</b>	Lyl	<b>985</b>
Leont	<b>586</b>	Lez	<b>686</b>	Living	<b>786</b>	Lou	<b>886</b>	Lym	<b>986</b>
Leop	<b>587</b>	Lezo	<b>687</b>	Livingston M	<b>787</b>	Loug	<b>887</b>	Lyn	<b>987</b>
Leot	<b>588</b>	Lh	<b>688</b>	Livingstone	<b>788</b>	Loui	<b>888</b>	Lynd	<b>988</b>
Leow	<b>589</b>	Lheu	<b>689</b>	Liz	<b>789</b>	Loun	<b>889</b>	Lynn	<b>989</b>

**Fonte:** Tabela Cutter-Sanborn (p. 17)

A partir da seção reproduzida acima temos as seguintes notações L676 para Lewis, Sinclair e L581 para Leonard, Elmore, segundo as normas da tabela. Santos, M. (2016), segue o mesmo princípio. Entretanto, Barden (1937), destaca que os números podem ser usados de forma completa ou abreviada. Utilizando-se o exemplo anterior, as notações de forma abreviada, ficariam segundo a autora, como L67 e L58 respectivamente. Barden (1937, p. [13], tradução nossa), ainda pontua que “Não é essencial, entretanto, que a mesma combinação seja usada para o mesmo nome em todas as classes.”

Lehnus (1978), fornece uma tabela própria para conversão da entrada principal de autoria na notação de autor. O modo de conversão, entretanto, permanece semelhante ao proposto por Charles A. Cutter. Toma-se a primeira letra do sobrenome e converte-se em números as três letras que a sucedem. Segue abaixo a reprodução da tabela.

**Figura 2** - Tabela proposta por Lehnus (1978)

A, B, C,	=	<u>1</u>	P, Q*, R	=	<u>6</u>
C, D, E	=	<u>2</u>	S, T	=	<u>7</u>
F, G, H, I	=	<u>3</u>	U, V, W	=	<u>8</u>
J, K, L	=	<u>4</u>	X, Y, Z	=	<u>9</u>
M, N, O	=	<u>5</u>			

Fonte: Notação de autor: manual para bibliotecas p. 19

Pode-se notar que a tabela possui um asterisco na letra *q*, segundo Lehnus (1978, p. 19), “Deve-se ignorar o ‘u’ que sempre segue o ‘q’.”. Entretanto, os números gerados pela tabela de Donald Lehnus, não coincidem com os números presentes na tabela Cutter-Sanborn. De acordo com a sua tabela, as notações de Leonard, Elmore e Lewis, Sinclair, seriam respectivamente L255 e L283.

Algumas observações devem ser feitas ao que diz respeito aos sobrenomes. Principalmente porque a sétima regra da tabela trata de sobrenomes que começam com *Mc* e *M'*. Nestes casos Cutter, R. (1976), preconiza que ambos devem ser tratados como se tivessem sido escritos como *Mac*. Esta posição também é seguida por Barden (1937), e Lehnus (1978), este último também destaca que os sobrenomes que começam com o prefixo *O'* sejam tratados como escritos por extenso, por exemplo, O'Higgins ficaria OHiggins. Santos, M. (2016), traz outras peculiaridades reguladas pelo vigésimo segundo capítulo do AACR2 que, segundo eles devem ser consideradas em todo esse processo.

Alguns sobrenomes possuem um grau de parentesco, hífen ou são compostos. Nestes casos a notação de autor é feita pelo sobrenome que antecede o grau de parentesco, o hífen ou a primeira palavra do sobrenome. Para aqueles iniciados com prefixo a busca na tabela é realizada como se fossem uma só palavra. Alguns sobrenomes pertencem a determinados grupos linguísticos, e por isso, possuem critérios próprios para a sua determinação. Santos, M. (2016) trazem o exemplo dos sobrenomes espanhóis onde a notação é feita pelo sobrenome paterno e, geralmente, é codificada do penúltimo elemento do sobrenome. Em nomes chineses deve-se usar o primeiro elemento do nome, o mesmo deve ser feito para autores húngaros, que nas edições originais possuem seus sobrenomes grafados em primeiro lugar. Vejamos os exemplos, apresentados de acordo com a sua ordem no texto, na tabela abaixo:

**Tabela 1** – Notação de autor segundo as peculiaridades dos sobrenomes

<b>Forma grafada</b>	<b>Forma para busca na tabela</b>	<b>Notação</b>
Philip M'Donald	MacDonald, Philip	M135
Peter O'Hearn	O'Hearn, Peter	O37
Clóvis de Barros Filho	Barros Filho, Clóvis de	B277
Edgard Roquette-Pinto	Roquette-Pinto, Edgard	R786
Teodorico Boa Morte	Boa Morte, Teodorico	B662
Daniele Del Giudice	Del Giudice, Daniele	D331
Carlos Ruiz Zafón	Ruiz Zafón, Carlos	R394
Lin Yutang	Lin, Yutang	L735
Molnár Ferenc	Molnár, Ferenc	M727

**Fonte:** Elaborada pelo autor

Como acabamos de ver a catalogação é um processo fundamental e que exerce influência na elaboração da notação de autor. É importante, sempre termos em mente que a catalogação e todos os elementos que compõem o número de chamada, são partes indissociáveis. Para que este último cumpra com o seu propósito tanto o nome do autor quanto o título do livro, por exemplo, devem estar corretamente registrados no catálogo. Este entendimento é corroborado por Mann (1930, p. 120, tradução nossa):

Nenhum número de livro pode ser atribuído até que a entrada principal tenha sido escolhida, uma vez que a organização dos livros pelo autor nas estantes depende da mesma entrada de autor que a usada no catálogo. Em outras palavras, o número do Cutter deve sempre ser obtido da entrada do catálogo principal, a menos que uma exceção especial seja feita. Isso significa que os números dos livros não serão retirados apenas dos sobrenomes dos autores, mas também dos títulos, no caso de livros anônimos, se o autor não for encontrado, periódicos, departamentos governamentais, sociedades, instituições e qualquer outra forma de entrada principal. (MANN, 1930, p.120, tradução nossa).

Como podemos notar, Mann também destaca, a utilização de outros dados para geração do número de Cutter-Sanborn. Em casos como este Cutter, R. (1976, p. [1], tradução nossa), orienta em sua nona regra da tabela que “o número de Cutter-Sanborn é retirado da primeira palavra do título (excluindo artigos.) [...] (Obviamente, não há **marca da obra.**)”. A tabela 2, apresenta alguns destes casos baseados em Lehnus (1978).

**Tabela 2** – Notação de autor utilizando o título

<b>Classificação</b>	<b>Título da obra</b>	<b>Notação</b>
030	Enciclopédia Mirador Internacional	E56
893.1	O livro dos mortos	L788
841.1	Canção de roland	C215
302.2072	Métodos e técnicas de pesquisa	M593
821.133.1	Contos franceses	C763

**Fonte:** Elaborada pelo autor a partir do exemplo proposto por Lehnus (1978) p. 20

Nestes casos, o título de muitas obras, podem começar com a mesma palavra como, por exemplo, *Contos*, *Antologia*, *Coleção*, entre outros. Slavic (2009), também destaca problemas em publicações cuja autoria são autores corporativos, neste tipo de obra pode ocorrer um grande número de publicações com exatamente o mesmo título, que exigem que uma decisão sobre a abreviação para elementos distintivos como no caso de congressos, seminários, etc. Além de problemas envolvendo publicações com o mesmo nome geográfico. Tais obras precisam de uma atenção maior para a atribuição do número de Cutter, afim de garantir que a ordem alfabética de organização das mesmas, assim como a sua individualização sejam preservadas.

Além dos casos acima descritos por Mann, obras com mais de três autores (até três autores a notação é determinada pelo primeiro autor), como antologias de contos e poemas, livros científicos, obras que possuem um organizador, editor ou similares também tem seu número de Cutter atribuído pelo título como destacam Santos, M. (2016).

Em alguns casos a notação de autor pode atender demandas específicas de ordenação de conjuntos documentais em certos contextos. Para Santos, M. (2016, p. 119), “É o caso de itens que formam uma coleção sobre determinado campo, assunto ou nível de estudo, como ocorrem em coleção ou série documental, especialmente naquelas que têm numeração sequencial bem definida.”. Assim a série toda pode ser agrupada e seus itens organizados de acordo com o número do volume. Os autores ainda destacam que existem coleções que não são sequenciadas numericamente, mas que seu agrupamento e sequenciação podem ser feitos com base na notação de autor e marca da obra.

Para estes casos iremos utilizar a série Millennium do escritor Stieg Larsson que após seu falecimento em 2004 foi continuada pelo escritor David Lagercrantz e atualmente conta com os seguintes volumes: “Os homens que não amavam as mulheres”, “A menina que brincava com fogo”, “A rainha do castelo de ar”, “A garota na teia de aranha”, “O homem que buscava a sua sombra”. Além da série “Economistas” citada por Santos, M. (2016), em sua obra, que é

composta pelas obras mestras dos principais pensadores da economia. A primeira série será organizada pelo seu respectivo volume e a segunda de acordo com o economista estudado.

**Tabela 3** – Notação de autor para série documental

<b>Classificação</b>	<b>Notação</b>	<b>Volume</b>
821.113.6	M646	v.1
821.113.6	M646	v.2
821.113.6	M646	v.3
821.113.6	M646	v.4
821.113.6	M646	v.5
330.92	E19fi	Fisher, Irvin
330.92	E19fr	Friedman, Milton
330.92	E19g	Galbraith, John Kenneth
330.92	E19h	Hicks, John Richard

**Fonte:** Elaborada pelo autor a partir dos exemplos propostos por Santos, M. (2016) p. 119

Há casos em que o sobrenome do autor não irá se ajustar exatamente a um número, ficando entre duas opções. Barden (1937, p. [13], tradução nossa), afirma que “Se estiver entre dois números, o primeiro é preferido. A decisão final é feita após consulta à lista de prateleira. Cada autor em qualquer classe deve ter um número individual”. Indo de encontro com o que diz Lhenus (1978, p. 22):

Quando o nome cai entre dois números da tabela, deve-se preferir o primeiro. Mas o fator determinante e decisivo será sempre a consulta ao catálogo topográfico, para assegurar-se de que não há outro livro, por outro autor, com a mesma notação de autor, sob o mesmo número de classificação. (LHENUS, 1978, p. 22).

É o que também nos mostra Santos, M. (2016) com o seguinte exemplo apresentado. Francis, Alberto e Francisco, Alberto. Autores diferentes, porém, com publicações agrupadas em uma mesma classe. Na seção da tabela Cutter-Sanborn reproduzida abaixo podemos encontrar a correspondência para os nomes.

**Figura 3** - Reprodução de uma seção da letra “F” da tabela Cutter-Sanborn

Fles	611	Ford M	711	Frag	811	Friedl	911
Flet	612	Fordh	712	Frai	812	Fries	912
Fletcher J	613	Fordy	713	Fram	813	Fril	913
Fletcher P	614	Fore	714	Fran	814	Frin	914
Fletcher S	615	Forem	715	France	815	Frip	915
Fleu	616	Fores	716	Franch	816	Frir	916
Fleuri	617	Forester	717	Franci	817	Fris	917
Fleury	618	Foresti	718	Francis	818	Frisw	918
Flex	619	Forf	719	Francis M	819	Frit	919
Fli	621	Forg	721	Franciu	821	Friz	921
Flin	622	Forl	722	Franck	822	Fro	922
Flint	623	Form	723	Francke	823	Frobi	923
Flint J	624	Forman	724	Franckl	824	Froc	924
Flint S	625	Forme	725	Franco	825	Froe	925
Flip	626	Formo	726	Francon	826	Froel	926
Flit	627	Forn	727	Frang	827	Frog	927
Flo	628	Forr	728	Frank	828	Froh	928
Flog	629	Forrest M	729	Franke	829	Froi	929

Fonte: Tabela Cutter-sanborn p. 11

A correspondência exata para Francis seria F818. Entretanto, o mesmo não ocorre para Francisco. Sendo assim precisamos analisar a posição do nome Francisco em relação aos outros nomes que constam na tabela. Ele ficará entre os sobrenomes Francis, M e Franciu. Dessa forma será usada a notação correspondente a Francis, M que seria F819.

Neste caso, ambos os autores, concordam com o que é preconizado pela segunda regra da tabela, que segundo Cutter, R. (1976, p. [1], tradução nossa), diz claramente que “Ocasionalmente, não haverá um número que se ajuste exatamente a um nome. Nesse caso, use o número anterior.”.

A regra número três pode ser considerada a mais complexa de todas. Ela segue princípios parecidos com a regra anterior. Trazendo orientações para casos em que, de acordo com Cutter, R. (1976, p. [1], tradução nossa), “[...] dois autores compartilham o mesmo número [...]” nesses casos um novo dígito deve ser adicionado há notação, “[...] Um bom número para selecionar é 5, pois há espaço em ambos os lados para interpolação adicional, conforme necessário.”. Sendo que se deve “[...] evitar o uso de 1 e 9, se possível, pois o uso de qualquer um significaria ir para a quinta figura quando outro autor tiver que ser inserido.”

Para análise desta regra será utilizado o exemplo dado por Slavic (2009), onde ela utiliza o sobrenome “Horvat”, muito comum na Croácia. É importante ressaltar que, muito provavelmente, neste exemplo Aida se baseia no arranjo alfabético dos livros através do sistema



nominal de P. Baarder, para a elaboração da notação de autor utilizando-se a tabela Cutter-Sanborn. Slavic considerou apenas as três primeiras letras do sobrenome dos autores. Observe a figura abaixo:

**Figura 4** – Autores croatas que compartilham a mesma notação de autor segundo Slavic (2009)

<i>Accession Order</i>		<i>Shelf Order</i>	<i>Cutter - Sanborn Three-figure Author Table</i>	
			Hopt	799
4.	Horvat, Ana	H7994	Hor	811
2.	Horvat, Darinka	H7995	Horl	812
1.	Horvat, Ivan	H811	Horn	813
3.	Horvat, Mladen	H8114	Hornb	814
5.	Horvat, Vladimir	H8115	Horne	815

**Fonte:** Call numbers, book numbers and collection arrangements in European library traditions p. 268

Na primeira coluna temos a ordem de aquisição dos livros. Horvat, Ian foi uma das primeiras obras adquiridas. Ao verificar a tabela Cutter-Sanborn de acordo com Slavic (2009, p. 268, tradução nossa), “[...] descobrimos que os sobrenomes começando com Hor deve-se atribuir o número H811 [...]”. Seguindo em partes o pressuposto pela terceira regra, Slavic (2009, p. 268, tradução nossa), destaca que “O próximo autor com o mesmo sobrenome usará o mesmo número base com um dígito adicional de 0-9 para diferenciar os autores.”, como podemos conferir na figura 3. Ivan, Mladen, e Vladimir, compartilham a mesma notação de autor e com a interpolação de um novo dígito a ordem alfabética é mantida.

No caso de um sobrenome cair antes do autor que ocupa a notação H811 Slavic (2009, p. 268, tradução nossa), sugere que a tabela de autores seja verificada novamente “[...] para encontrar o número anterior mais próximo (neste caso, é H799 reservado para sobrenomes que começam com Hopt). Nós usamos este número adicionando a ele um dígito 5 para ter certeza de que podemos interpolar novos autores antes e depois.”. Como podemos observar acima.

Mesmo que a primeira regra afirme que devemos encontrar as primeiras letras do sobrenome na tabela Cutter-Sanborn, em nenhum momento é especificado na mesma que somente as três primeiras letras devem ser consideradas, e na literatura consultada a única exceção encontrada foi na obra de Donald Lehnus o qual fornece sua própria tabela de conversão, como demonstrado anteriormente. Tal afirmação também não teria sentido frente ao

que foi proposto Charles A. Cutter afinal, fica claro de acordo com a segunda regra, que devemos procurar a correspondência exata ou mais próxima o possível do sobrenome do autor. Analisemos a figura abaixo:

**Figura 5** - Reprodução de uma seção da letra “H” da tabela Cutter-Sanborn

Hewit	611	Hoffman M	711	Hor	811	Huit	911	Ia	11
Hewl	612	Hofl	712	Horl	812	Hul	912	Ib	12
Hews	613	Hofm	713	Horn	813	Hull	913	Ibn	13
Hex	614	Hog	714	Hornb	814	Hulli	914	Ibr	14
Hey	615	Hogar	715	Horne	815	Hulm	915	Ic	15
Heyf	616	Hogg	716	Horner	816	Hulo	916	Ich	16
Heyl	617	Hoh	717	Hors	817	Huls	917	Ick	17
Heym	618	Hohenl	718	Horsl	818	Hum	918	Id	18
Heyn	619	Hohenz	719	Horst	819	Humb	919	Ide	19
Heys	621	Hok	721	Hort	821	Hume	921	Ido	21
Heyw	622	Hol	722	Horten	822	Hume M	922	Ie	22
Hi	623	Holb	723	Horto	823	Humf	923	If	23
Hib	624	Holbr	724	Horw	824	Humi	924	Ig	24
Hibo	625	Hole	725	Hos	825	Humm	925	Ih	25
Hic	626	Hold	726	Hosk	826	Hump	926	Ik	26
Hick	627	Holder	727	Hosm	827	Humphreys	927	Il	27
Hicke	628	Holds	728	Hosp	828	Humphri	928	Ili	28
Hicko	629	Hole	729	Hoss	829	Humps	929	Ill	29

Fonte: Tabela Cutter-sanborn p. 15

Ao procurarmos o sobrenome Horvat, encontramos a correspondência apropriada das suas três primeiras letras H811, a mesma notação utilizada por Slavic. Entretanto, esta não é a notação correta segundo as próprias regras da tabela. Ao descermos um pouco mais ao longo da terceira coluna notamos que nem uma das opções corresponde exatamente ao sobrenome. Portanto, Horvat é um dos casos em que não se ajustam exatamente a um número, sendo necessária a utilização da sua correspondência mais próxima, no caso “Horto”, cuja notação é H823. Este exemplo também nos mostra, que a utilização do número mais próximo somente acontece em casos que a variação ocorre apenas no sobrenome e não no prenome. Como podemos ver no exemplo de Santos, M. (2016), inspirado em Aida Slavic.

Na tabela abaixo temos cinco autores com sobrenomes comuns dentro de um mesmo agrupamento documental e que foram adquiridos em diferentes momentos.

**Tabela 4** – Autores que compartilham a mesma notação de autor segundo Santos, M. (2016)

Ordem aquisição	Classificação	Sobrenome comum
1	821.134.3	Barbosa, Ismael
2	821.134.3	Barbosa, Daniel
3	821.134.3	Barbosa, Daniela

4	821.134.3	Barbosa, Abel
5	821.134.3	Barbosa, Vitória

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do exemplo proposto por Santos, M. (2016) p. 96

Ao analisarmos a seção da tabela Cutter-sanborn abaixo podemos identificar a notação correta para o sobrenome Barbosa.

**Figura 6** - Reprodução de uma seção da letra “B” da tabela Cutter-Sanborn

Bacr	131	Barbat	231	Bath	331	Beli	431	Berns	531
Bad	132	Barbau	232	Bathu	332	Belk	432	Bero	532
Bade	133	Barbe	233	Bati	333	Bell	433	Berr	533
Baden	134	Barber	234	Bato	334	Bell L	434	Berry	534
Badg	135	Barbet	235	Batt	335	Bell R	435	Bers	535
Badi	136	Barbi	236	Batti	336	Bellan	436	Bert	536
Bado	137	Barbil	237	Bau	337	Bellav	437	Berte	537
Badr	138	Barbo	238	Baud	338	Belle	438	Berth	538
Bae	139	Barbou	239	Baudio	339	Belleg	439	Berthe	539
Baer	141	Barbu	241	Baudo	341	Bellen	441	Berthi	541
Baert	142	Barc	242	Baudr	342	Beller	442	Bertho	542
Baf	143	Barch	243	Baudu	343	Belli	443	Berti	543
Bag	144	Barcl	244	Baue	344	Bellin	444	Bertin	544
Bagi	145	Bard	245	Bauf	345	Bellm	445	Berto	545
Bagl	146	Bardi	246	Baug	346	Bello	446	Bertol	546
Bagn	147	Bardo	247	Baum	347	Bellon	447	Berton	547
Bago	148	Bare	248	Baumg	348	Bellow	448	Bertr	548
Bags	149	Barf	249	Baun	349	Bellu	449	Bertrand F	549

Fonte: Tabela Cutter-sanborn p. 4

Podemos notar que Barbosa é um caso de sobrenome que não possui uma correspondência exata, sendo necessário a utilização da notação mais próxima. Neste caso “Barbo” que corresponde ao número 238. Sendo assim a notação para todos os barbosas independente da ordem de aquisição seria B238. Como dois autores dentro de um mesmo grupamento não podem ter notações iguais, Santos, M. (2016, p. 96) seguem o preconizado pela regra, também destacando que:

A prática mais usual é o acréscimo de um ou mais dígitos decimais, aleatórios, com função desambiguadora, os quais são acrescentados à notação originária. [...] Para cada nova publicação de autores com sobrenomes comuns adquirida em um mesmo agrupamento, acrescentam-se, arbitrariamente, dígitos de 1 a 9 à notação original, de modo a manter a ordem alfabética de nomes de autores e a exclusividade da notação de autor em uma mesma notação de classificação. Dentre os dígitos a acrescentar, Aida Slavic sugere que se escolha primeiramente o número 5 [...]. (Santos, M., 2016, p. 96).

Dessa forma, e seguindo a ordem de aquisição os autores ficariam com as seguintes notações:

**Tabela 5** – Autores que compartilham a mesma notação de autor com interpolação de um dígito entre 1-9

<b>Ordem aquisição</b>	<b>Classificação</b>	<b>Sobrenome comum</b>	<b>Notação de autor</b>
1	821.134.3(81)	Barbosa, Ismael	B238
2	821.134.3(81)	Barbosa, Daniel	B2385
3	821.134.3(81)	Barbosa, Daniela	B2386
4	821.134.3(81)	Barbosa, Abel	B2382
5	821.134.3(81)	Barbosa, Vitória	B2388

**Fonte:** Elaborada pelo autor a partir do exemplo proposto por Santos, M. (2016) p. 96

Nota-se que mesmo assim Barbosa, Ismael ainda se encontra fora da ordem alfabética e segundo Santos, M. (2016, p. 96), “Para evitar essa desordem, o mais adequado é rever a notação desse autor, que ganharia um quarto dígito para manter a integridade do arranjo alfabético em uma dada classe.”. E caso a sequência proposta do quarto dígito venha a ser esgotada, deve-se adicionar um quinto dígito aleatório para garantir a ordenação de forma análoga ao que foi exemplificado para o quarto dígito.

Man (1930), afirma que a disposição alfabética pode não ser exata, nos casos em que os livros não tenham sido comprados pela biblioteca ao mesmo tempo. Lehnus (1978), também segue o que é preconizado pela terceira regra em casos como estes onde a adição de um quarto dígito se torna necessária. Donald também defende a adição do número cinco inicialmente. Assim segundo Lehnus (1978, p. 22), “[...] ficam 4 números sem uso, de ambos os lados do novo número. [...] São raros os casos em que uma biblioteca precisa usar quatro algarismos para a notação de autor, mas em coleções muito especializadas isso pode ocorrer de vez em quando.”.

Após a escolha correta da notação de autor seguindo os pressupostos acima, Cutter, R. (1976, p. [1], tradução nossa), em sua quarta regra esclarece que “Para fins de estantes, os números de Cutter-Sanborn em qualquer classe devem ser considerados como um arranjo decimal.”. Ao tratar as notações como decimais tem-se segundo Lehnus (1978), uma forma de expansão infinita. Isso possibilita que um novo nome seja inserido entre duas combinações existentes garantindo como afirma Barden (1937, p. 7, tradução nossa), uma “flexibilidade de adaptação do sistema a grandes e pequenas coleções de livros, uma vez que os números podem ser encurtados nas classes menores.”.

Como já vimos anteriormente, cada item existente em uma coleção deve possuir elementos únicos que garantam sua individualização. Sabemos que muitos autores, especialmente os de ficção, podem ser muito prolíficos e, com o passar do tempo é natural que várias de suas obras sejam classificadas sobre o mesmo assunto. Para garantir a individualização de cada um dos itens desses autores, é adicionada uma “marca de trabalho” ou “marca da obra”. Para Cutter, R. (1976, p. [1], tradução nossa), ela consiste em “[...] uma letra retirada da primeira palavra-chave no título.”, sendo que em alguns casos “[...] é recomendável o uso de duas letras para a **marca de trabalho**.”.

Ainda de acordo com Cutter, R. (1976), “No caso de livros em série, do mesmo autor, todos na mesma classificação e começando com a mesma palavra [...] é aconselhável usar palavras chaves para a marca de trabalho.”, evitando-se assim uma marca da obra excessivamente longa. A exclusão dos artigos, destacada na regra nove, também é aplicada aqui para a elaboração da marca da obra, na qual nunca se deve utilizar letras maiúsculas em sua composição. Tais afirmações são reforçadas por Mann (1930, p. 121, tradução nossa), para ela:

*“Dois livros escritos pelo mesmo autor e caindo na mesma classe são diferenciados pela adição da primeira letra da primeira palavra do título, não um artigo, ao número do livro de Cutter. [...] Dois títulos do mesmo autor na mesma classe começando com a mesma letra são distinguidos pela adição da segunda letra do título [...] Os títulos que começam com as mesmas duas letras, são distinguidos pela seleção de duas letras de cada título de modo a assegurar a ordem alfabética [...]”.* (MANN 1930, p. 121, tradução nossa).

Como podemos observar na tabela 6 abaixo:

**Tabela 6** – Marca da obra em livros de um mesmo autor sob uma mesma classe

<b>Autor</b>	<b>Classificação</b>	<b>Título da obra</b>	<b>Marca da obra</b>
Paulo Coelho	821.134.3(81)	Adultério	C672ad
Paulo Coelho	821.134.3(81)	O Aleph	C672al
Paulo Coelho	821.134.3(81)	Brida	C672b
Paulo Coelho	821.134.3(81)	O diário de um mago	C672d
Georges Simenon	821.133.1(493)	Maigret e o Ladrão Preguiçoso (Série)	W425ml
Georges Simenon	821.133.1(493)	Maigret e o Matador (Série)	W425mm

**Fonte:** Elaborada pelo autor

Na sua obra Lehnus (1978, p. 23), concorda que se faça a diferenciação de acordo com ele “Ao segundo e aos seguintes, se houver, acrescentam-se, ao final da notação de autor, a letra inicial da primeira palavra do título que não seja artigo.”, ele ainda destaca que uma mesma obra pode possuir diferentes títulos, nestes casos “[...] usa-se o título estabelecido como ‘título uniforme’, segundo as regras do Código de Catalogação Anglo-Americano [...]”.

Para os casos em que os títulos se iniciem com a mesma letra Lehnus (1978), também recomenda que sejam utilizadas duas letras para compor a marca da obra. A escolha desta segunda letra pode ser feita de acordo com a seguinte ou qualquer outra da primeira palavra, a letra inicial da segunda palavra do título ou a letra de outra palavra-chave do título. Observemos abaixo, os exemplos trazidos por Lehnus de acordo com a ordem de aquisição e catalogação pela biblioteca.

**Figura 7** – Marca da obra em livros de um mesmo autor sob mesma classificação segundo Lehnus (1978)

863.5 P438c	Pérez Galdós, Benito Cánovas
863.5 P438ci	Pérez Galdós, Benito Los cien mil hijos de San Luís
863.5 P438cs	Pérez Galdós, Benito Casandra : novela
863.5 P438co	Pérez Galdós, Benito La corte de Carlos IV
863.5 P438cb	Pérez Galdós, Benito El caballero encantado

**Fonte:** Notação de autor: manual para bibliotecas p. 26

Para os autores que escrevam séries de livros, segundo Lehnus (1978, p. 26) “cujos títulos começam com as mesmas palavras, deve-se usar uma palavra-chave ou a primeira diferente para formar o código que se acrescenta à notação de autor.”, como podemos observar no exemplo presente na figura 8, trazido pelo autor.

**Figura 8** – Marca da obra em séries de livros segundo Lehnus (1978)

843 L224j	Lamblin, Pierre Jacques Rogy até debaixo d'água
843 L224c	Lamblin, Pierre Jacques Rogy solta os cachorros
843 L224o	Lamblin, Pierre Jacques Rogy encontra um osso
843 L224a	Lamblin, Pierre Jacques Rogy e as aranhas negras

**Fonte:** Notação de autor: manual para bibliotecas p. 26

Tanto a individualização das obras na estante, quanto sua correta organização alfabética por assunto, autor e título, devem ser seguidas. No contexto dos exemplos apresentados pelo autor nota-se que a individualização das obras prevaleceu em relação a sua correta organização alfabética, pois, nenhum dos itens encontra-se na sua correta posição alfabética. Inclusive no primeiro exemplo o autor ressalta que as obras foram organizadas de acordo com a sua aquisição e catalogação.

Ainda de acordo com Lehnus (1978, p. 27), “*N. B:* não é necessário acrescentar uma letra à notação de autor para a maioria dos livros porque são poucos os livros de um mesmo autor classificados sob um mesmo número de classificação.”. Tal afirmação é equivocada, pois, é muito comum que diversos livros de um mesmo autor sejam classificados sob um mesmo número de classificação. Principalmente autores de ficção como, Isaac Asimov o qual possui em torno de 500 obras sob sua autoria, Agatha Christie que possui 66 romances policiais publicados entre outras obras, Charles Hamilton cujas estimativas passam de 1000 obras, entre outros. De acordo com o site Wikipédia (2020), somente a coleção “Jacques Rogy”, citada por Lehnus em seu exemplo, do escritor francês Pierre Lamblin (1902-?) publicada entre 1960 e 1976, é composta por 27 obras.

Sabemos que um dos princípios gerais para a elaboração do número de chamada é a utilização de um número mínimo de itens para a individualização de uma obra. O denominado princípio da economia por Santos, M. (2016), também é utilizado na marca da obra, em algumas



bibliotecas que somente adotam esta prática, quando uma segunda publicação de um mesmo autor sob uma mesma classificação é adquirida. Entretanto Santos, M. (2016, p. 100) destaca que “Isso só é válido, se não houver outra publicação do mesmo autor num mesmo agrupamento.”.

Barden (1937, p. 14, tradução nossa), destaca a utilização deste método, entretanto afirma que seu uso “[...] às vezes resulta em colocar o primeiro livro fora da sua posição alfabética estrita.”. Porém, ela também oferece duas alternativas para resolver essa questão, a primeira seria adicionar a marca da obra ao documento já existente na coleção, caso este trabalho de alteração dos registros não seja proibitivo pela instituição. A segunda seria a variação da notação de autor para colocar a obra em sua posição alfabética adequada como podemos notar na tabela 7 abaixo:

**Tabela 7** – Variação da notação de autor para a individualização de títulos de acordo com Barden (1937)

<b>PRIMEIRA AQUISIÇÃO</b>			
<b>Classificação</b>	<b>Autor</b>	<b>Título da obra</b>	<b>Notação de autor</b>
330.97	Chase, Stuart	A new deal	C48
<b>SEGUNDA AQUISIÇÃO</b>			
<b>Classificação</b>	<b>Autor</b>	<b>Título da obra</b>	<b>Notação de autor</b>
330.97	Chase, Stuart	The economy of abundance	C477
<b>TERCEIRA AQUISIÇÃO</b>			
<b>Classificação</b>	<b>Autor</b>	<b>Título da obra</b>	<b>Notação de autor</b>
330.97	Chase, Stuart	Government in business	C478

**Fonte:** Elaborada pelo autor a partir do exemplo apresentado por Barden (1937) p. 16

Como podemos notar na tabela acima a primeira obra adquirida de Stuart Chase, está sob a notação C487, a mais próxima correspondente ao sobrenome, porém, em sua forma abreviada. Suas duas obras seguintes estão sob as notações C477, correspondente ao sobrenome “Charles, S” e C478 a “Charlet”. Ao seguirmos essa lógica apresentada pela autora, caso sejam adquiridas mais dez obras do mesmo autor, teríamos mais dez novas notações para a mesma pessoa. Seria muita presunção assumir que tal método seja adequado para a resolução deste problema. Por exemplo, Santos, M. (2016, p. 95), destacam que “No caso dos sobrenomes mais frequentes na língua inglesa é incluída a inicial do prenome do autor, como elemento de desambiguação.”, na tabela Cutter-Sanborn.



A notação C478 utilizada por Barden como forma de variação para “Chase”, pertence, justamente a um nome comum da língua inglesa o que com toda certeza irá causar grandes conflitos futuramente com a adesão de novos autores nesta classe. Ocasionalmente a perda da ordem alfabética por autor e por título, princípios básicos da utilização deste sistema. Além do grande retrabalho para reorganização e etiquetagem dos materiais. Entretanto, através deste sistema Barden (1937, p. 16, tradução nossa), destaca que “Esses números de chamada, quando organizados numericamente, colocarão os títulos em ordem alfabética.”.

Paras às obras de um mesmo autor, na mesma classe, cujos títulos começam com a mesma letra ou palavra, Barden (1937) também nos apresenta duas opções. A primeira segue o pressuposto pela tabela, sugerindo a adoção de uma nova letra. Entretanto, a segunda é um pouco mais complexa e envolve à adoção da letra inicial do título, que não seja o artigo, e a codificação da segunda letra em um número, de acordo com uma tabela própria de conversão.

**Figura 9** - Reprodução da tabela para conversão da marca da obra proposta por Barden (1937)

<b>A – B:</b>	<b>1</b>	<b>I – L:</b>	<b>4</b>	<b>S – T:</b>	<b>7</b>
<b>C – E:</b>	<b>2</b>	<b>M – O:</b>	<b>5</b>	<b>U – W:</b>	<b>8</b>
<b>F – H:</b>	<b>3</b>	<b>P – R:</b>	<b>6</b>	<b>X – Z:</b>	<b>9</b>

**Fonte:** Book numbers: a manual for students with a basic code of rules p. 16

De acordo com as orientações propostas no parágrafo anterior, teríamos a seguinte marca da obra, para os exemplos abaixo:

**Tabela 8** – Forma de elaboração da marca da obra de acordo com os pressupostos de Barden (1937)

<b>Autor</b>	<b>Classificação</b>	<b>Título da obra</b>	<b>Marca da obra</b>
Osho	159.922	Faça seu coração vibrar	O82fa ou O82f1
Osho	159.922	Filhos do universo : reflexões sobre Desiderata	O82fi ou O82f4
Osho	159.922	Acredite no amor : reflexões inspiradoras sobre O profeta, de Khalil Gibran	O82ac ou O82a2
Osho	159.922	Aprendendo a silenciar a mente	O82ap ou O82a6

**Fonte:** Elaborada pelo autor baseada em um exemplo proposto por Barden (1937) p. 17

É importante ressaltar que, Barden (1937), destaca no início do seu livro que ao contrário da prática usual as letras minúsculas foram evitadas sempre que possível. Para a autora, o costume do uso das mesmas, surgiu juntamente com os primeiros esquemas de números de livros. A partir do momento em que somente a letra inicial do autor e os números não eram mais suficientes para a individualização das obras em uma mesma classe. Porém, sua única vantagem parece estar relacionada com a facilidade na sua forma de escrita.

As letras maiúsculas são muito melhores do ponto de vista da clareza e evitam a confusão de letras semelhantes, como c e e, a e o, u e v, e particularmente de I e a figura 1. Esta última representa uma séria dificuldade porque o mesmo caractere na máquina de escrever é usado para ambos, afetando assim os números de chamada nos cartões do catálogo e outros registros digitados. No caso de maiúsculas, a possível confusão com de O com algarismo 0 é menos séria porque o último é raramente usado em um número decimal de livro. O uso de maiúsculas em vez de letras minúsculas é a prática da Biblioteca do Congresso. (BARDEN, 1937, p. 12, tradução nossa).

Para a composição da marca da obra, a autora sempre utiliza a primeira letra na sua forma maiúscula, caso seja necessária uma segunda letra esta é adicionada em sua forma minúscula. Entretanto, nos exemplos contidos ao longo do texto, e baseados em seus pressupostos, optou-se por seguir a prática comum e o aquilo que é preconizado pela quinta regra da tabela.

Slavic (2009), em sua obra, menciona brevemente a forma de criação da marca da obra destacando a necessidade do uso de regras adicionais, para a distinção dos diferentes trabalhos de um mesmo autor, como as que são descritas nesta quinta regra da tabela, porém sem entrar em muitos detalhes. Santos, M. (2016), no entanto, sugere que sejam realizadas algumas intervenções para que seja mais fácil de se manter a ordem alfabética dos títulos dentro de cada classificação. A primeira delas diz devemos ter mais atenção com a letra *a*.

Esta letra deve sempre estar acompanhada de, no mínimo, outras duas letras. Além disso deve-se evitar a utilização da letra *a* como segundo elemento designador das marcas de obras dos títulos de um mesmo autor que são iniciados com essa letra. A não adesão desta intervenção pode dificultar as interpolações alfabéticas. Ainda de acordo com Santos, M. (2016, p. 102)

Outra letra a merecer atenção é o *l* minúsculo, que pode ser confundido com o número 1, a depender da fonte de tipo usada na impressão da etiqueta, principalmente com fontes sem serifa. [...] Nem todos os títulos têm valor alfabético, de modo que pode haver títulos iniciados com numeral ou outros símbolos. Para os casos de títulos sem valor alfabético, a marca da obra é constituída pela conversão do valor do símbolo em palavras [...] Desse modo, a marca da obra representativa do título sempre terá valor alfabético, salvo nas situações em que o símbolo não tiver valor de ordenação. (Santos, M., 2016, p. 102).

Ao folhearmos a tabela até o final, notamos a ausência do zero, sua falta foi causada propositalmente. Como destaca Cutter, R. (1976, p. [1], tradução nossa), em sua sexta regra, “O uso de zero deve ser evitado, porque é facilmente confundido com a letra O. É por isso que não há zeros na tabela.”. Como já fora citado anteriormente Barden (1937), destaca seu uso de forma rara na notação decimal de autor, prática que talvez tenha sido, ou ainda seja adotada nos Estados Unidos. Santos, M. (2016) também destaca a não utilização do número zero em sua obra, já Mann (1930) e Lehnus (1978) não mencionam nada a respeito.

Segundo Cutter, R. (1976), A tabela de Cutter-Sanborn é adequada para ficção, afirmando que os livros que possuem autores com sobrenomes semelhantes têm sua localização facilitada na prateleira com a adição de um número na lombada. Entretanto Barden (1937, p. 10, tradução nossa) ao contrário do que a oitava regra salienta, afirma que “Para ficção em bibliotecas populares, é uma prática comum omitir o número da classe e do livro. Se números de livros forem usados nesta classe é difícil evitar símbolos complicados por causa de muitos títulos do mesmo autor.”, desta forma segundo ela “A omissão de um número de chamada elimina um processo na catalogação e, portanto, aumenta a velocidade na preparação de ficção para uso dos leitores.”.

Mann (1930), apresenta ambos os lados desse método e também reconhece a prática das bibliotecas populares exposta por Barden. Afirma que a ordem exata para obras de ficção não é tão importante e que menos dificuldades são encontradas em estantes de ficção que não usam nenhum símbolo, ela pondera dizendo que imediatamente encontramos certas dificuldades, deste modelo. Por exemplo, se o autor possui pseudônimos suas obras devem ser organizadas de acordo com cada um deles? E assim ficarem separadas? No caso de mais de um nome ser mencionado na obra, qual deve ser utilizado? E os livros que não possuem autoria?

A forma de organização fica sob responsabilidade da pessoa que guarda os materiais, em casos como esse Mann (1930), afirma que o nome do livro pode ser acrescentado na forma escrita ou impressa, a autoria que deve ser utilizada, pode ser sublinhada, por exemplo. Há ausência de um número de chamada nas fichas do catálogo de ficção, também podem causar uma certa confusão, por parte do leitor, já que os demais cartões possuem um símbolo através do qual o livro é solicitado. Para contornar essa dificuldade sugere-se adicionar a palavra *ficção* ou *copiar autor e título* onde geralmente se localizava o número de chamada.

Para aqueles que optarem por adicionar o número da classe e do livro, isso pode segundo Mann (1930, p. 117, tradução nossa) “[...] exigir mais trabalho no departamento de catalogação, mas sem dúvida economizará tempo e esforço em algum outro ponto ao longo da linha em que

o livro percorre. O tempo pode ser economizado para preparar os livros para as estantes pelo primeiro método, mas perdido para encontrá-los.”.

Neste caso é necessário que seja realizada uma contextualização das informações apresentadas pelas autoras. As discussões a respeito dos sistemas de ordenação de autores começaram a ser levantadas no final do século XIX e sua consolidação começou a ocorrer apenas no início do século XX. Como já fora demonstrado anteriormente. No momento de publicação das obras de Margaret e Berta ainda podemos ver uma divisão entre as bibliotecas perante os métodos descritos. Tal como afirma Mann (1930, p. 117, tradução nossa):

Ambos os métodos têm fortes defensores. Algumas bibliotecas acham que os números dos livros são supérfluos; que, embora a ordem exata nem sempre seja mantida nas prateleiras, especialmente onde os leitores têm acesso direto aos livros, esse inconveniente é leve em comparação com o trabalho envolvido em atribuí-los. Também é dito que o tempo é economizado quando o número do livro não é escrito em guias de cobrança, cartões de catálogo e outros registros. Aqueles que defendem o uso de números de livros estão convencidos de que o tempo economizado pelo departamento de catalogação em não os atribuir é mais do que compensado pelas horas perdidas na busca de livros perdidos nas prateleiras e pelo inconveniente de não ter símbolo de cobrança e para outros registros. O leitor apressado que não tem tempo para copiar autores e títulos e especificar edições, geralmente aprecia números de chamada. Ele tem uma chance muito melhor de conseguir o que pede. (MANN, 1930, p. 117, tradução nossa).

Mann (1930) ainda destaca que na época muitas das maiores bibliotecas nos Estados Unidos não utilizavam o número de livro para a ficção, porém ele era usado para todas as outras obras de não-ficção. Inclusive segundo a autora algumas bibliotecas, haviam deixado de usá-lo também para estas obras, porém, ficaram insatisfeitas com os resultados e optaram novamente pela sua utilização. Atualmente o emprego deste método já é uma prática consolidada e bem aceita, inclusive para as obras de ficção.

As biografias e autobiografias possuem uma regra própria para a elaboração da sua notação de autor. Isso é necessário, para que seja possível, manter todas estas obras juntas nas estantes, cujos seus assuntos, são a vida de diferentes pessoas. Em muitos casos várias obras sobre a mesma pessoa são escritas, por diferentes autores. Devido a isso, Cutter, R. (1976, p. [1], tradução nossa), afirma que “o número de Cutter-Sanborn é retirado do nome do biografado, não do autor. [...] A marca de trabalho, neste caso, não é do título, mas é a primeira letra do sobrenome do autor”. Estas informações vão ao encontro do que pensa Santos, M. (2016, p. 114), “Biografia é uma publicação que trata de fatos e acontecimentos da vida de alguém, [...] Para isso, a notação de autor é feita a partir do sobrenome do biografado, atribuindo a letra inicial do sobrenome do biógrafo como marca da obra.”.

Santos, M. (2016) destaca que em se tratando do número do livro, um agrupamento biográfico, além das biografias, também é composto por autobiografias, biografias não autorizadas, correspondências, memórias e diários pessoais. Todos estes são tratados como um tipo de autobiografia. O arranjo desse agrupamento deve seguir a seguinte ordem: primeiramente as autobiografias, seguidas das biografias.

Além de afirmar que o número do livro deve ser atribuído a partir do nome da pessoa que é o assunto e este organizado em ordem alfabética utilizando-se a inicial do sobrenome do autor Barden (1937, p. 18, tradução nossa), acrescenta que se “Omita esta inicial para autobiografia, tornando-a assim antes das biografias da mesma pessoa [...]”, e para os casos em que dois autores comecem com a mesma letra “pode ser adicionada uma segunda letra, ou preferencialmente, o primeiro algarismo do número de Cutter para o nome do autor, [...]”, por exemplo

**Figura 10** – Notação de autor para biografias e autobiografias segundo Barden (1937)

92	<i>or</i>	B	Washington, George. Diaries.
W318		W318	
92	<i>or</i>	B	Ford, P. L. George Washington.
W318F		W318F	
92	<i>or</i>	B	Wilson, Woodrow. George Washington.
W318W		W318W	
92		92	Wister, Owen. Seven ages of Washington.
W318Wi	<i>or</i>	W318W8	

**Fonte:** Book numbers: a manual for students with a basic code of rules p. 18

Caso existam várias autobiografias, cartas, diários, etc., Barden (1937), acrescenta que estes itens podem ser mantidos juntos substituindo-se a inicial do autor pela letra A e acrescentando-se um número conforme se torne necessário. Para as biografias de autores cujos nomes começam com A podem ser alocadas após as autobiografias, organizando-as nas combinações A6 e A9. Entretanto a adoção deste método pode, com o passar do tempo, tornar-se problemático pois segundo as afirmações de Santos, M. (2016, p. 114), “A ausência da marca da obra pode não prejudicar a ordenação de pequenos agrupamentos autobiográficos, mas é insuficiente em agrupamentos com muitas autobiografias, na medida em que dificulta a ordenação sequencial [...]”.

Para evitar problemas Santos, M. (2016), sugere então, que as biografias cujos biógrafos possuam sobrenomes que comecem com a letra *a* sejam marcados com duas ou mais letras. A letra *a* (minúscula) e seguida por um número marcaria as autobiografias, mantendo assim as biografias posicionadas após estas. Quando se existe a necessidade da separação das biografias individuais das coletivas Mann (1930. p. 122, tradução nossa), destaca a existência de uma tabela elaborada para este propósito, “chamada Tabela de números de Olin, é impressa e explicada na Classificação decimal, Ed. 12, 1927, pág. 1240–1241.”.

Lehnus (1978), traz para estes casos um proposta que se difere nos seguintes pontos em relação aos autores anteriores. Quando a biografia se tratar de um *autor* prolífico deve-se acrescentar o código “zy” a notação do mesmo. Abaixo desta acrescenta-se outra notação que irá representar no nome do biógrafo, por exemplo:

**Figura 11** – Notação de autor para biografias de autores prolíficos segundo Lehnus (1978)

863.3	Carabias, Josefina
C419zy	Miguel de Cervantes : el autor
C257	más famoso de los libros
863.3	Montero Diaz, Santiago
C419zy	Cervantes : compañero eterno
M778	

**Fonte:** Notação de autor: manual para bibliotecas p. 54

Para as biografias individuais e autobiografias o autor segue o pressuposto da elaboração da notação de autor, através do sobrenome do biografado. A esta notação, ele também destaca a adição da letra inicial do sobrenome do autor, entidade coletiva ou outra entrada principal. No entanto para as autobiografias segundo Lehnus (1978, p. 59)

Elimina-se o código do biógrafo para as autobiografias, correspondência e diários de indivíduos, e logo na terceira linha podem-se usar as notações de autor A111-A119 para indicar trabalhos autobiográficos que, assim, ficam juntos nas estantes, antes das biografias. Coleções de biografias de diversas pessoas são tratadas como qualquer outro livro, mas as genealogias e as biografias de uma família ou de pessoas da mesma família são tratadas como se fossem biografias individuais, por exemplo: os irmãos Wrigth, Pierre e Marie Curie, etc. (LEHNUS, 1978, p. 59).

O método exposto acima pode ser melhor entendido com a observação da figura 6 abaixo: Para bibliotecas menores que não classificam suas biografias o autor sugere agrupá-las sob a letra *B* e usar as notações de autor como já descritas. Outro método que pode ser utilizado, neste caso, é substituir a notação de autor pela escrita do sobrenome do biografado.

**Figura 12** – Notação de autor para biografias individuais e autobiografias segundo Lehnus (1978)

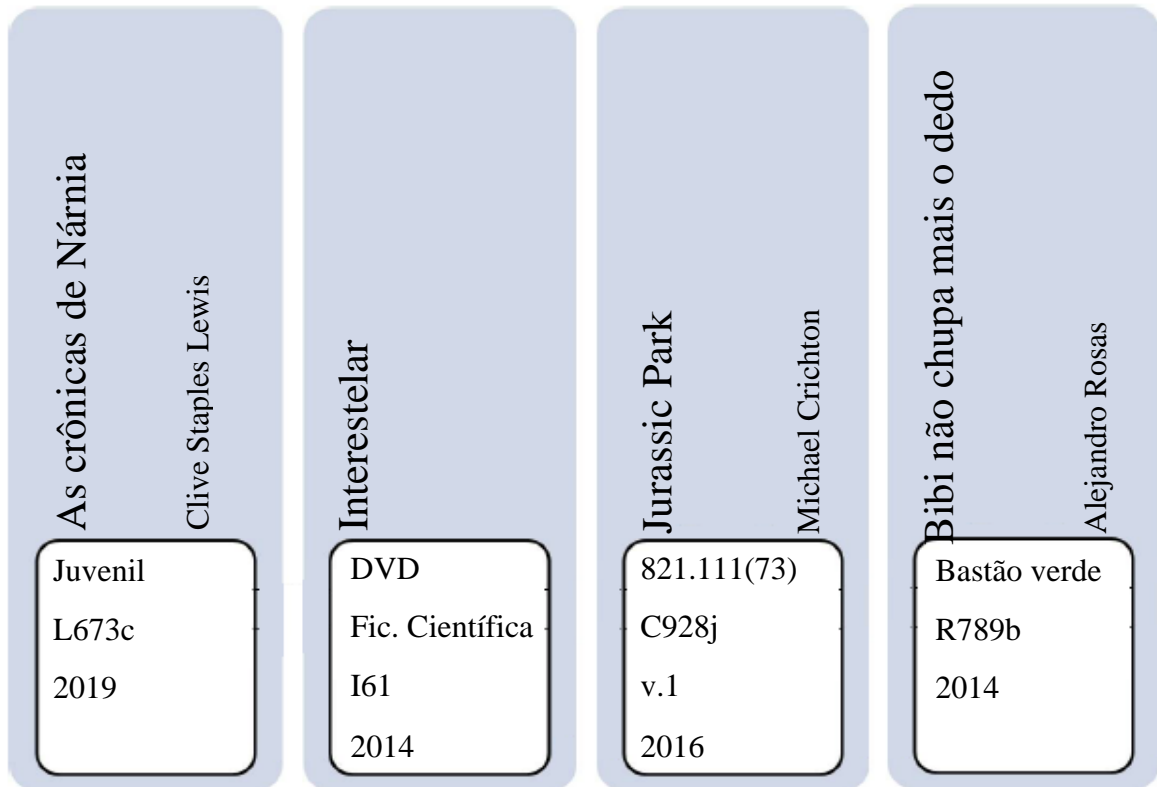
923.272 H632re	Remos y Rubio, Juan Hidalgo : el fundador
923.272 H632ro	Romero Flores, Jesús Don Miguel Hidalgo y Costilla : padre de la independencia mexi- cana
927.2 W948 A111	Wright, Frank Lloyd An autobiography

**Fonte:** Notação de autor: manual para bibliotecas p. 60

Em alguns casos específicos o número de chamada, a notação de autor, ou marca da obra podem conter elementos que indiquem uma relação entre determinadas obras. Como no caso de obras completas ou selecionadas de um autor, críticas ou comentários, traduções, trabalhos relacionados com a obra do autor, dentre outros. Tais casos não serão abordados na presente pesquisa pois, sua análise foge aos objetivos propostos.

#### 4.2 A NOTAÇÃO DE AUTOR NA BIBLIOTECA EDUARDO HAUTE

Como já foi mencionado no início desta pesquisa, em 2017 a biblioteca Eduardo Haute iniciou sua adequação perante as normas internacionais de processamento de itens em MARC 21 e reformulação da sua base de dados. Todo o processo de catalogação descritiva baseia-se no Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição. A classificação e ordenação dos itens irá depender da coleção a qual ele está atrelado, como é explicado na política de indexação elaborada por Silva (2019), por exemplo:

**Figura 13** – Classificação e ordenação dos itens de acordo com a coleção na biblioteca Eduardo Hute

**Fonte:** Elaborada pelo autor

Como podemos notar acima, a biblioteca utiliza diferentes formas para classificar e organizar os itens. As obras do acervo infantojuvenil e DVDs possuem uma classificação própria. Segundo Silva (2019, p. [22]) a partir de 2017 houve uma reestruturação deste acervo para atender melhor os usuários do clube. Criou-se coleções e estabeleceu-se cores para este acervo. Através destas é possível organizar os itens de acordo com seu tipo e objetivos visando o aprendizado infanto-juvenil. O acervo infantojuvenil é composto por 11 coleções algumas delas divididas nas cores: verde, amarelo e vermelho. Já o acervo de DVDs é composto por 14 coleções, como descritas na tabela abaixo.

**Tabela 9** – Coleções do acervo infantojuvenil de DVDs

<b>Coleções Acervo infantojuvenil</b>	<b>Coleções Acervo DVDs</b>
Bastão (dividida por cores)	Ação
Bebê (dividida por cores)	Aventura
Contos de fada (dividida por cores)	Comédia
Estrangeiro (dividida por cores)	Documentário
Gibi	Drama



Juvenil	Fantasia
Literatura (dividida por cores)	Ficção Científica
Mangá	Infantil
Poesia (dividida por cores)	Romance
Projetável (dividida por cores)	Série
Referência (dividida por cores)	Show
	Suspense
	Terror
	Western

**Fonte:** Elaborada pelo autor a partir de dados apresentados por Silva (2019) p. [20-21]

Salvo estas exceções, a classificação e agrupamento das obras na biblioteca é feita através da Classificação Decimal Universal. Para fins de organização das estantes, além da CDU, são utilizados os número da tabela Cutter-Sanborn, segundo Silva (2019), como instrumentos de localização e agrupamento de obras, além de outros elementos que compõem o número de chamada.

No que tange aos números de Cutter como critério de guarda nas estantes, o bibliotecário da instituição, Lucas Rodrigues (informação verbal)<sup>1</sup>, destaca uma certa defasagem, porque infelizmente a tabela não contempla a grande diversidade de nomes dos autores e obras que a biblioteca possui. Sendo assim às vezes o número que é gerado deixa a desejar.

Além da tabela de Cutter-Sanborn impressa existem os geradores automáticos de números de Cutter. Grande parte deles está disponível online e alguns através da instalação de softwares. Lucas Rodrigues (informação verbal)<sup>1</sup> afirma que eles foram testados diversas vezes, para verificar se eram realmente confiáveis e condiziam com a tabela, o que foi comprovado. O uso do gerador automático é capaz de facilitar o trabalho às vezes. Contudo, o bibliotecário recomenda que se consulte diretamente a tabela, porque alguns casos necessitam de uma maior atenção.

A biblioteca Eduardo Haute utiliza o gerador automático Cutter-Sanborn.UNFORBI, pertencente ao Grupo de Unificación de Formatos Bibliográficos (UnForBi) da Universidad Nacional de Córdoba. Além de fornecer o numero de forma automática, esse gerador online, ainda conta com a possibilidade de consulta há uma versão online da Tabela de três figuras de

<sup>1</sup> Entrevista I. Entrevistado: Lucas Rodrigues Pereira da Silva. Entrevistador: Diego Tonello. Porto Alegre: [S. n.], 17 mar. 2020. 1 arquivo. mp3 (31 min. 56 segs.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice D desta monografia.

Cutter-Sanborn, com revisão de Swanson-Swift. (GRUPO DE UNIFICACIÓN DE FORMATOS BIBLIOGRÁFICOS, 2020, online.).

Sobre as regras da tabela, Lucas Rodrigues (informação verbal)<sup>1</sup>, sustenta que a “[...] primeira regra ela é mais explicativa de como funciona o estabelecimento do número [...]”, posicionamento mantido também para a segunda regra. Entretanto, ele salienta, como mencionado anteriormente, que existem exceções as quais futuramente poderão causar problemas. Na política de indexação da instituição Silva (2019, p. [15]), afirma que “Se as primeiras letras do nome/sobrenome não ocorrerem na tabela, toma-se a anterior na ordem alfabética.”, seguindo assim o que é preconizado pela tabela.

A instituição não realiza a abreviação da notação de autor como sugere Barden (1937), entretanto, a consulta ao catálogo, neste caso realizada de forma online, através da relação de itens gerada pelo sistema adotado pela instituição, é sempre determinante, para garantir que livros diferentes não recebam a mesma notação de autor sob um mesmo número de classificação como destaca Lhenus (1978) e Barden (1937).

A questão da peculiaridade dos nomes abordada brevemente na sétima regra da tabela com os exemplos *Mac* e *M'* também é respeitada. Para Lucas Rodrigues (informação verbal)<sup>1</sup> “[...] ela é fundamental para mantermos a ordem alfabética, sobretudo, de itens ingleses, estadunidenses e australianos.”. Para os sobrenomes com prefixo, Silva (2019, p. [19]) afirma que “Quando a entrada principal for composta por nomes ou sobrenomes que começam por prefixos: considerar na elaboração do Cutter somente o prefixo.”.

As demais peculiaridades trazidas por Santos, M. (2016), embora não estejam especificadas na política de indexação, são seguidas pelas biblioteca como evidenciado por uma pesquisa no catálogo online da instituição e demonstradas na tabela 10 abaixo.

**Tabela 10** – Notação de autor de acordo com suas peculiaridades na Biblioteca Eduardo Hute

<b>Autor</b>	<b>Ponto de acesso princ.</b>	<b>N. de autor</b>
Clóvis de Barros Filho	Barros Filho, Clóvis de	B277
Sérgio Xavier Filho	Xavier filho, Sérgio	X3
André Comte-Sponville	Comte-Sponville, André	C741
Sarah Blakley-Cartwright	Blakley-Cartwright, Sarah	B637

<sup>1</sup> Entrevista I. Entrevistado: Lucas Rodrigues Pereira da Silva. Entrevistador: Diego Tonello. Porto Alegre: [S. n.], 17 mar. 2020. 1 arquivo. mp3 (31 min. 56 segs.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice D desta monografia.

Francisco do Espírito Santo Neto	Espírito Santo Neto, Francisco de	E77
Camilo Castelo Branco	Castelo Branco, Camilo	C349
Mario Vargas Llosa	Vargas Llosa, Mario	V297
Gabriel García Marquez	García Marquez, Gabriel	G216
Lin Yutang	Lin, Yutang	L735
Mo Yan	Mo, Yan	M687

**Fonte:** Elaborada pelo autor a partir de exemplos retirados do catálogo online da instituição em 12/10/20

Com relação aos autores que compartilham a mesma notação e sua diferenciação de acordo com a terceira regra, Lucas (informação verbal)<sup>1</sup> enfatiza que esta é “uma das mais problemáticas” e acredita que “é o cerne do que não se deve fazer quando se tem que utilizar o Cutter.”, para ele “nós não temos um padrão quando nós atribuímos um dígito 5, esperando que apareça um autor para cima ou para baixo daquele número [...]”, sendo assim foi criado um “sistema alfanumérico que no caso ‘A’ representa 01 ‘B’ 02 e ‘C’ 03, e assim por diante.” A figura 14 é uma reprodução da relação alfanumérica para a diferenciação nesses casos, presente na política de indexação da instituição.

<sup>1</sup> Entrevista I. Entrevistado: Lucas Rodrigues Pereira da Silva. Entrevistador: Diego Tonello. Porto Alegre: [S. n.], 17 mar. 2020. 1 arquivo. mp3 (31 min. 56 segs.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice D desta monografia.

**Figura 14** – Tabela alfanumérica para diferenciação de autores com a mesma notação de autor

TABELA ALFA NUMÉRICA	
A	01
B	02
C	03
D	04
E	05
F	06
G	07
H	08
I	09
J	10
K	11
L	12
M	13
N	14
O	15
P	16
Q	17
R	18
S	19
T	20
U	21
V	22
X	23
W	24
Y	25
Z	26

**Fonte:** Política de indexação: um manual para entrada de dados bibliográficos em formato MARC 21 p. [16]

Segundo as orientações presentes na política elaborada por Silva (2019, p.[16]), “Quando o conjunto de obras agrupadas em uma entrada principal (autoria, título ou série) for maior que 5 (cinco) itens, deve-se obrigatoriamente utilizar essa regra e acrescentar o número da tabela alfanumérica, mesmo que não haja conflitos aparentes.”. Nos casos de autores com sobrenomes iguais a diferenciação dos mesmos é feita pela inicial do seu prenome.

Para aqueles autores que compartilham a mesma notação de autor, porém, possuem sobrenomes diferentes ou sobrenomes iguais e prenomes que começam pela mesma letra Silva (2019), afirma que a diferenciação deve ser feita, seguindo-se a ordem alfabética da entrada principal, utilizando-se a tabela alfanumérica e acrescentando-se um dígito sequencial. Como podemos visualizar nos exemplos presentes na tabela 11.

**Tabela 11** – Diferenciação dos autores com mesma notação na Biblioteca Eduardo Haute

<b>Autor</b>	<b>N. de Cutter-Sanborn</b>	<b>Intervenção da instituição</b>
Keyes, Daniel	K44	K44.04
Keyes, Frances Parkinson	K44	K44.06
Rodrigues, Félix	R696	R696.19-1
Rodriguez, Giselda	R696	R696.07-2
Egan, Jennifer	E28	E28.10-1
Egan, Judith	E28	E28.10-2

**Fonte:** Elaborada pelo autor a partir de exemplos retirados do catálogo online da instituição em 29/09/20

Nota-se que, apenas a utilização do método de ordenação alfanumérico, nos garante a possibilidade de interpolação de 26 itens adicionais. Com a utilização do dígito sequencial temos, dentro de cada um desses itens, a possibilidade de interpolação infinita. É comum pensarmos que casos como os descritos acima ocorrem raramente. No entanto, Lucas Rodrigues (informação verbal)<sup>1</sup>, destaca que isso “Acontece com muita frequência, sobretudo em nomes de língua portuguesa e na literatura brasileira.”.

Caso a biblioteca adquira outra obra de um autor cuja a entrada principal seja Egan, Jonas, por exemplo, e esta venha a ser classificada no mesmo agrupamento onde encontram-se Egan, Jennifer e Egan, Judith, Lucas (informação verbal)<sup>1</sup> orienta que talvez seja “[...] necessário rever todo esse sistema de dígitos e talvez reetiquetar meus itens, mas é um retrabalho que é necessário dependendo da demanda que surgir, porque a ordem alfabética e o padrão devem ser respeitados na estante.”.

O único princípio básico, neste caso, seguido pela biblioteca e exposto tanto na própria regra da tabela quanto na literatura consultada, é a diferenciação dos autores que possuem o mesmo número de Cutter. O método de interpolação de autores partindo da adição do “5” foi considerado insuficiente pela biblioteca como demonstrado. Porém, o bibliotecário concorda com o exposto por Santos, M. (2016), em alguns casos, para que se possa manter a integridade da ordem alfabética dos autores em uma mesma classe é necessário rever as notações dos autores e fazer as mudanças que se julguem necessárias.

Em relação as normas para a entrada de determinadas obras, pelo título, quando necessário, elas são seguidas, uma vez que o trabalho de catalogação da instituição é norteado

<sup>1</sup> Entrevista I. Entrevistado: Lucas Rodrigues Pereira da Silva. Entrevistador: Diego Tonello. Porto Alegre: [S. n.], 17 mar. 2020. 1 arquivo. mp3 (31 min. 56 segs.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice D desta monografia.

pelas diretrizes do AACR2, 2ª edição. Lucas Rodrigues (informação verbal)<sup>1</sup> comenta que “Ela é basicamente utilizada em livros que tem organizadores ou que existam muitos autores e também obras que são mais genéricas, como os filmes.”. Todos os DVDs da biblioteca, assim como outras obras que se enquadram nesse quesito, possuem sua notação de autor elaborada a partir do título.

Devido ao acervo de DVDs possuir uma grande quantidade de itens é comum diferentes obras possuírem a mesma notação. De acordo com Silva (2019), nestes casos a diferenciação é realizada seguindo a ordem alfabética de cada título, seguindo o mesmo sistema alfanumérico utilizado para a diferenciação dos autores. A não colocação da marca da obra no caso dos DVDs, é respeitada na grande maioria dos itens. Quando possível utiliza-se o ano como critério de ordenação, para se manter a ordem alfabética, evitando assim a adição da marca da obra. Entretanto, existem casos que a utilização do sistema alfanumérico, para se manter a ordem alfabética dos itens na estante não é suficiente, e a adição da marca da obra torna-se necessária, como demonstrado nos exemplos da tabela 12.

**Tabela 12** – Organização alfabética dos DVDs na biblioteca Eduardo Haute

<b>Gênero</b>	<b>Título</b>	<b>Notação de autor</b>
Comédia	Minha mãe é uma peça	M664.00mp
Comédia	Minha mãe é uma viagem	M664.00mv
Comédia	A minha versão do amor	M664.00v
Comédia	Minhas adoráveis ex-namoradas	M664.19 - 2009
Comédia	Minhas mães e meus pais	M664.19 - 2010
Drama	O casamento	C334.00
Drama	Um casamento à indiana	C334.01
Drama	O casamento de Rachel	C334.04
Drama	Meu irmão é filho único	M597.09
Drama	Meu nome é Rádio	M597.14e
Drama	Meu nome não é Johnny	M597.14n
Drama	Meu pai, meu filho	M597.16
Romance	Amor além da vida	A524.01

<sup>1</sup> Entrevista I. Entrevistado: Lucas Rodrigues Pereira da Silva. Entrevistador: Diego Tonello. Porto Alegre: [S. n.], 17 mar. 2020. 1 arquivo. mp3 (31 min. 56 segs.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice D desta monografia.

Romance	Amor & amizade	A524.05
Romance	Um amor para recordar	A524.16
Romance	Amor sem escalas	A524.19e
Romance	Amor sem fronteiras	A524.19f

**Fonte:** Elaborada pelo autor a partir de exemplos retirados da política de indexação e do catálogo online em 30/09/2020

Como podemos notar no gênero de comédia, para ser possível resolver o conflito entre as palavras *minha* e *minhas*, acrescentou-se “.00”, segundo Silva (2019, p.[17]), isso é necessário “(pois não há letra após o radical da palavra)” e acrescentou-se o “[...] ‘19’ em ‘Minhas’ (que corresponde a letra ‘S’) possibilitando assim a organização alfabética.”. Já no gênero de drama adiciona-se o “.00” pois como o título é apenas *casamento*, seguindo a ordem alfabética esse deve vir antes dos demais.

Este processo adotado pela biblioteca segue em partes o que afirmam Slavic (2009), Mann (1930) e Lehnus (1978). No caso de obras com mais de três autores, sem autoria, antologias, obras que possuem organizador, editor, entre outros, o número de Cutter é atribuído através da primeira palavra do título excluindo-se os artigos. A diferença encontra-se na diferenciação das obras cujo os títulos comecem com as mesmas palavras como demonstrado nos exemplos da tabela 11.

A instituição também faz uso da quinta regra, a qual versa sobre o uso da marca da obra, para distinção de diferentes títulos de um mesmo autor em um mesmo agrupamento, porém, atende em partes a necessidade da biblioteca como salienta Lucas Rodrigues (informação verbal)<sup>1</sup>. Devido ao processo de recatologação, o bibliotecário explica que foi feita “uma listagem de todas as obras que o autor produziu e nós estipulamos as letras que vão ser dos títulos antes mesmo de iniciar a catalogação daquele autor, nós sabemos tudo o que ele produziu e trabalhamos com isso.”.

Nos casos em que o autor ainda está vivo e posteriormente as novas obras que tenham sido publicadas, sejam adquiridas pela instituição, e estas gerem conflitos na ordem alfabética estabelecida, a mesma é revista e as etiquetas dos itens conflitantes são refeitas. De acordo com Lucas (informação verbal)<sup>1</sup>, a forma de elaboração da marca da obra para as séries, adotada pela biblioteca, é o que se diferencia da regra. “Quando nós entramos em um item e o Cutter

<sup>1</sup> Entrevista I. Entrevistado: Lucas Rodrigues Pereira da Silva. Entrevistador: Diego Tonello. Porto Alegre: [S. n.], 17 mar. 2020. 1 arquivo. mp3 (31 min. 56 segs.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice D desta monografia.

vai acompanhado da letra da série, obrigatoriamente, para fazer diferença nós utilizamos o volume, e isso faz com que nós não tenhamos que colocar a letra da série subsequente, como eles sinalizam aqui.”. Vejamos os exemplos na tabela 12:

**Tabela 13** – Forma de utilização da marca da obra na Biblioteca Eduardo Haute

<b>Autor / Classificação</b>	<b>Título</b>	<b>M. obra / Vol.</b>
Asimov, Isaac - 612	O cérebro humano	A832ce
Asimov, Isaac - 612	O código genético	A832co
Cassandra Rios – 821.134.3(81)	Canção das ninfas	R586can
Cassandra Rios – 821.134.3(81)	Carla Naja	R586carl
Lyania Vanzant – 159.922	Enquanto o amor não vem	V285en
Lyania Vanzant – 159.922	Esperando o amor chegar	V285es
Lyania Vanzant – 159.922	Sei que vou sair dessa	V285s
Laurentino Gomes – 94(81).02/.03	1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso...	G633m
821.111(73)	O poderoso chefão (série)	P742 – v.1
821.111(73)	O siciliano (série)	P742 – v.2
821.111(73)	A volta do poderoso chefão (série)	P742 – v.3
821.111(73)	A vingança do poderoso chefão (série)	P742 – v.4
821.111(73)	O último chefão (série)	P742 – v.5
821.111(73)	Ometà	P742 – v.6
Ziraldó – Literatura amarelo	O G é um gênio (Coleção ABZ)	Z81a - 7
Ziraldó – Literatura amarelo	As viagens de L (Coleção ABZ)	Z81a - 12
Ficção Científica - DVD	Matrix (série)	M433 – v.1
Ficção Científica - DVD	Matrix: reloaded (série)	M433 – v.2
Ficção Científica - DVD	Matrix: revolutions (série)	M433 – v.3

**Fonte:** Elaborada pelo autor a partir de exemplos retirados da política de indexação e do catálogo online em 01/10/2020



Em sua política de indexação Silva (2019, p. [15]), enfatiza que se deve “evitar mais do que 5 (cinco) letras nessa diferenciação.”. É importante destacar, que quando se trata da elaboração da marca da obra para séries e coleções a regra não é muito clara, tampouco abrangente. Tanto os exemplos apresentados na literatura quanto na própria tabela Cutter-Sanborn, são confusos. Apesar de mencionar que determinados livros pertencem a uma série, sem especificar a mesma, a elaboração da marca da obra, é tratada de forma individual para cada um dos livros. Isso fica evidente com as obras de Pierre Lamblin no exemplo de Lehnus (1978), trazido anteriormente.

A única obra consultada que fala um pouco mais especificamente a respeito de séries é a de Santos, M. (2016), com vimos anteriormente. Segundo o site Wikipédia a série “Primeiros passos”, utilizada pelos autores como exemplo, lançada pela editora Brasiliense ao final da década de 1970, cujos títulos começam de forma padrão “O que é...”, e sempre abordando as mais diversas áreas do conhecimento, foi escrita por diversos autores. Muito semelhante a coleção “Economistas, da editora Abril que reúne as obras mestras dos principais pensadores da economia.

Mesmo que tenham diferenças nos conteúdos abordados, nem uma delas é escrita pelo mesmo autor. As obras que compõem ambas as coleções possuem vários autores, por isso a sua notação de autor é feita pelo nome da série, não levando a marca da obra e sendo individualizada de acordo com o seu respectivo volume. A biblioteca Eduardo Haute utiliza este modelo, para as obras, cujos itens possuam relação entre si, porém possuam autoria distinta o caso da série “Millenium” já citada anteriormente e a série “O poderoso chefão” assim como a série de filmes “Matrix”, presente nos exemplos da tabela 12.

Para as demais obras da literatura que compõem determinada série e a mesma tenha sido escrita por um único autor, a notação é feita de acordo com o sobrenome do autor. A marca da obra, porém, é composta pelo nome da série e é aplicada a todas as obras da mesma, as quais são diferenciadas pelo seu volume, como também podemos ver no exemplo, da coleção “ABZ” de autoria do Ziraldo, presente na tabela 12.

Diferentemente do proposto por Lehnus (1978) e Barden (1937), todos os itens recebem a marca da obra, na instituição, independentemente da quantidade de livros de um mesmo autor sob um mesmo número de classificação. Enquanto Barden (1937), Lehnus (1978) e Mann (1930), defendem a utilização de no máximo duas letras para a elaboração da marca da obra, a biblioteca julgou isso insuficiente e expandiu para no máximo cinco letras.

Barden (1937), sugere também a utilização de letras maiúsculas para a primeira letra da marca da obra e a utilização de minúsculas para a segunda. A instituição utiliza apenas letras

minúsculas para a elaboração da marca da obra, seguindo o que é pressuposto pela regra. Nos casos em que os títulos não possuem valor alfabético a marca da obra é obtida da conversão do valor do símbolo em palavras como sugere Santos, M. (2016), e demonstrado no exemplo presente na tabela 12.

No tocante a regra número oito e sua afirmação sobre a tabela Cutter-Sanborn ser particularmente adequada para a ficção Lucas Rodrigues (informação verbal)<sup>1</sup> aponta que ela é um pouco antiquada, pois, para ele a regra “[...] fala em livros de ficção como se os livros de ficção não fossem tão numerosos [...]”, como são hoje, frisando que não são “[...] suficientes os números de CDU, e às vezes nem de Cutter para separá-los [...]”. O bibliotecário ainda termina dizendo que para ele ela parece um pouco vazia e não possui utilidade nem orientação.

Como já foi demonstrado através dos pontos de vista de Barden (1937) e Mann (1930), no século passado era comum a omissão do número da classe e do livro para as obras de ficção. Os defensores deste método afirmavam que isso acelerava o trabalho do bibliotecário, pois menos tempo era necessário para a catalogação. Entretanto, Mann (1930), já apontava que na prática isso não acontecia, além disso, tal método ainda poderia trazer um série de outros problemas. A criação desta regra, muito provavelmente, tenha se dado em decorrência desta divisão existente.

Como uma forma de demonstrar a eficiência e as vantagens de se adicionar os números da classe e do livro nas obras de ficção. Popularizando a adoção deste método. A Biblioteca Eduardo Haute faz divisão das obras de ficção de acordo com as classes de literatura presentes na CDU no acervo geral. As obras infantojuvenil são separadas de acordo com a classificação própria da instituição. No entanto, em ambos os casos é adicionada a notação de autor e outros elementos do número de chamada, pois, como afirma Mann (1930, p. 117), “O leitor apressado que não tem tempo para copiar autores e títulos e especificar edições, geralmente aprecia números de chamada. Ele tem uma chance muito melhor de conseguir o que pede.”.

O arranjo decimal dos itens na Biblioteca Eduardo Haute, não é exatamente o mesmo como citado nos exemplos da quarta regra. Isso ocorre devido ao método criado para a diferenciação de autores que compartilham a mesma notação de autor, com a adição do ponto e logo após o número alfanumérico ou dígito sequencial. Entretanto como destaca Lucas (informação verbal)<sup>1</sup> “[...] ele acaba sendo decimal, mas de uma forma diferente, que ainda

---

<sup>1</sup> Entrevista I. Entrevistado: Lucas Rodrigues Pereira da Silva. Entrevistador: Diego Tonello. Porto Alegre: [S. n.], 17 mar. 2020. 1 arquivo. mp3 (31 min. 56 segs.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice D desta monografia.

assim mantém a ordem alfabética do acervo sem grandes problemas para futuros itens que possam entrar na biblioteca.”.

Lucas Rodrigues (informação verbal)<sup>1</sup>, também concorda com a sexta regra e suas disposições sobre o não uso do zero. Para ele é compreensível que a letra *O* seja confundida com *0*, é uma regra clara e funcional, posicionamento que também é adotado por Santos, M. (2016), como demonstrado anteriormente. Já para a organização das biografias o método, utilizado pela instituição é, em partes, parecido com o que dispõem a terceira regra. A biblioteca utiliza o nome do biografado para elaboração do nome do autor como preconiza a regra. Entretanto, com relação a marca da obra Lucas (informação verbal)<sup>1</sup> optou por “[...] colocar a letra do título da obra.”, sendo assim, “[...] dentro do biografado as biografias se organizam por título e não por autor.”.

Para Santos, M. (2016), Barden (1937) e Lhenus (1978), a organização deste agrupamento nas estantes deve ser feita na seguinte ordem: as autobiografias antecedem as biografias. Cada autor apresenta sua forma de organização. Como exemplificado acima, tal ordem sugerida pelos autores, não é seguida pelo modelo adotado pela biblioteca. Os autores também enfatizam que tal agrupamento também é composto por biografias não autorizadas, correspondências e diários pessoais.

Uma rápida pesquisa ao catálogo online da instituição demonstrou que biografias não autorizadas e diários pessoais são alocados neste agrupamento, a única exceção é em relação as correspondências que se encontram classificadas sob 940 (história geral na CDU). A biblioteca também não trabalha com a adição do código “zy” sugerido por Lhenus (1978), para os autores prolíficos.

O bibliotecário ainda enfatiza que nenhuma das adaptações utilizadas foi baseada em literatura específica da área ou qualquer outro caso. Tais adaptações para a organização e manutenção da ordem alfabética foram realizadas pela necessidade, já que as regras não eram mais capazes de suprir determinadas demandas. A tabela PHA não foi utilizada para a organização do acervo da instituição devido ao grande volume de literatura estrangeira e ainda, segundo Lucas (informação verbal)<sup>1</sup>, o foco dela é a língua portuguesa “[...] acho que mais basicamente o Brasil, eu não teria tanto problema talvez [...] com os nomes em português, contudo eu teria problemas com nomes em inglês. Eu traçaria um problema por outro [...]”.

---

<sup>1</sup> Entrevista I. Entrevistado: Lucas Rodrigues Pereira da Silva. Entrevistador: Diego Tonello. Porto Alegre: [S. n.], 17 mar. 2020. 1 arquivo. mp3 (31 min. 56 segs.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice D desta monografia.

Todas as adaptações realizadas na forma de aplicação das regras da tabela Cutter-Sanborn na biblioteca, são utilizadas em todas as coleções da instituição, sempre que necessário, para manter a correta ordem alfabética por autor e título dentro de um mesmo número de classificação ou coleção. Como o trabalho de recatálogo do acervo não está terminado, é muito provável que novas intervenções venham a ser necessárias no futuro.

#### 4.3 SUGESTÕES DE APERFEIÇOAMENTO DAS REGRAS

Diante do exposto, será apresentado nesta sessão, uma sistematização contendo sugestões de aperfeiçoamento às regras existentes. Todas as sugestões são baseadas na literatura consultada e nas informações obtidas durante a análise do trabalho desenvolvido pela Biblioteca Eduardo Haute. Segue abaixo o novo modelo de regras proposto:

1. Os números de Cutter-Sanborn somente devem ser atribuídos após a escolha da entrada principal. (MANN, 1930).
2. Encontre a correspondência exata, ou mais próxima possível, de acordo com a alfabetação da tabela Cutter-Sanborn, para a entrada principal definida no registro. Para as obras com entrada pelo título usa-se a primeira palavra do mesmo, excluindo-se os artigos. Sempre deve ser usada apenas a letra em negrito com o número correspondente ao lado. (CUTTER, R., 1976). Em hipótese alguma este número deve ser abreviado. Observe os exemplos abaixo:

No ventre da besta – Abbott, Jack A132	Contos policiais cubanos : antologia – Martí. Agenor (org) A763
Os robôs – Asimov, Isaac A832*	ABBA : number ones - ABBA A122

\*Não existe uma correspondência exata na tabela para o nome de Asimov. O mesmo fica entre *Asi* – 832 e *Asio* – 833. Nestes casos sempre deve-se escolher o número anterior no caso A832. A correspondência mais próxima ao nome *Assimov*. (CUTTER, R., 1976).

3. Quando os sobrenomes iniciarem com os prefixos *Mc* e *M'*, como por exemplo, *M'Donald* e *McPherson*, os mesmos devem ser tratados como se escritos por extenso: *MacDonald* e *MacPherson*. Assim como aqueles com o prefixo *O'*, por exemplo, *O'Hara* e *O'Grady*, que

ficariam da seguinte forma: *OHarara* e *OGrady*. Sempre se deve utilizar a forma extensa para elaboração da notação. (CUTTER, R., 1976; LEHNUS, 1978).

4. No caso de sobrenomes compostos, com grau de parentesco ou hífen, a busca dos mesmos na tabela deve ser feita sempre pela primeira palavra que antecede o nome composto, grau de parentesco ou hífen. Nos sobrenomes espanhóis a notação é codificada a partir do penúltimo elemento do sobrenome. Para os nomes chineses é necessário usar o primeiro elemento do nome. Os nomes húngaros, nas edições originais, seguem o mesmo princípio dos chineses pois, os sobrenomes são grafados em primeiro lugar. (SANTOS, M. 2016). Por exemplo:

**Boa Morte**, Teodorico

B622

**Barros Filho**, Clóvis de

B277

**Roquette-Pinto**, Edgard

R786

**Ruiz Zafón**, Carlos

R394

**Lin**, Yutang

L735

**Molnár**, Ferenc

M727

5. Para diferentes autores, sob um mesmo agrupamento, que compartilham a mesma notação de autor, a diferenciação de ambos deve ser feita seguindo-se a ordem alfabética da entrada principal, juntamente com a adição de um dígito alfanumérico retirado da tabela presente na figura 11. Quando este dígito alfanumérico se mostrar insuficiente, adiciona-se um dígito sequencial. (CUTTER, R., 1976; SILVA, 2019). Considere, por exemplo, os seguintes autores sob um mesmo agrupamento:

Quick, Barbara – Q6.02

Quick, Mathew – Q6.13

Egan, Jennifer - E28.10-1

Egan, Judith - E28.10-2

Guimaraens, Ana – G963.14-1

Guimaraens, Carlos Rafel – G963.14-2

Guimarães, Torrieri – G963.19

Caso a instituição adquira uma nova obra, cujo autor seja *Quick*, *Moris* por exemplo, as notações de autor devem ser revistas e alteradas. Conseqüentemente as etiquetas dos itens também devem ser trocadas. Sempre que o conjunto de obras, agrupadas sob uma mesma

autoria, título ou série, for maior que 5 itens deve-se adicionar o dígito alfanumérico. Mesmo que não existam conflitos aparentes. (SILVA, 2019).

**6.** Ao definir um número para um determinado autor, este deve ser mantido o mesmo para todas as suas obras, independentemente do número de classificação que elas recebam.

**7.** O mesmo sistema alfanumérico também pode ser utilizado para se distinguir obras que possuam entrada pelo título, e manter a organização alfabética, quando necessário. A diferenciação é realizada de acordo com a ordem alfabética dos mesmos. Observe a organização dos seguintes filmes abaixo:

O casamento – C334.00

Um casamento à indiana – C334.01

O casamento de Rachel – C334.04

Meu nome é Rádio – M597.14-1

Meu nome não é Johnny – M597.14 -2

**8.** Diferentes títulos de um mesmo autor, dentro de um mesmo agrupamento, são diferenciados com a adição de uma marca da obra, de acordo com a ordem alfabética dos mesmos. Deve-se utilizar no máximo 5 letras para a sua composição. Para autores prolíficos ou já falecidos, recomenda-se fazer uma lista com todas as suas obras publicadas, definindo-se o seu número de Cutter e a marca da obra, de suas publicações previamente. Evitando-se um possível retrabalho caso a instituição venha adquirir outras obras destes autores futuramente. Caso uma obra possua diferentes títulos deve-se utilizar aquele estabelecido como “título uniforme”, de acordo com as regras do AACR2 2ª edição. (Lehnus, 1978; SILVA, 2019). Observe como ficaria a ordem alfabética, das obras de Sandra Brown, de acordo com o título:

Calafrio – B879ca

Cortina de fumaça – B879co

Tempo quente – B879te

Tiro indireto – B879ti

A troca – B879tr

**9.** Com a exceção dos itens que possuem entrada principal pelo título, todos os demais devem receber a marca da obra, independentemente do número dos mesmos sob uma mesma autoria e número de classificação.

**10.** Itens que possuem entrada principal pelo título não recebem a marca da obra. (CUTTER, R., 1976).

**11.** No caso de itens que compõem uma série ou coleção, ou seja, possuam uma relação direta, dando continuidade a uma história ou assunto possuindo apenas um autor, a marca da obra é retirada do nome da série e não do título de cada uma das obras. Nestes casos a individualização é feita a partir do volume. (SILVA, 2019). Observe o exemplo abaixo:

Série Harry Potter – J. K. Rowling

Harry Potter e a pedra filosofal – R884h v.1

Harry Potter e a câmara secreta – R884h v.2

Harry Potter e o prisioneiro de Azkaban – R884h v.3

Harry Potter e o cálice de fogo – R884h v.4

Harry Potter e a ordem da – R884h v.5

Harry Potter e o enigma do príncipe – R884h v.6

Harry Potter e as relíquias da morte – R884h v.7

**12.** Em alguns casos, por mais que uma série ou coleção aborde um mesmo assunto ou de continuidade a uma história, os itens que a compõem possuem diferentes autores. Nestes casos a notação de autor é feita pelo nome da série e não dos autores. (SILVA, 2019). Observe o exemplo abaixo:

Série O poderoso chefão – Mario Puzo, Mark Winegardner e Edward Falco

O poderoso chefão – P742 v.1

O siciliano – P742 v.2

A volta do poderoso chefão – P742 v.3

A vingança do poderoso chefão – P742 v.4

O último chefão – P742 v.5

Ometá – P742 v.6

**13.** Para a composição da marca da obra deve-se utilizar somente letras minúsculas.

**14.** A classe de biografias e autobiografias deve ser organizada alfabeticamente pelo sobrenome do biografado e não do biógrafo. Dentro do agrupamento do biografado as obras se organizam

alfabeticamente pelo título e não pelo biógrafo. Biografias não autorizadas, correspondências e diários pessoais também fazem parte desta classe. (BARDEN, 1937; CUTTER, R., 1976; LHENUS, 1978; SILVA, 2019). Observe os exemplos abaixo:

O diário de Anne Frank por Anne Frank – F828d

Getúlio : dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930) por Lira Neto – V297g

Carmen : uma biografia por Ruy Castro – M672c

Na minha pele por Lázaro Ramos – R175n

**15.** Deve-se evitar a utilização do zero pois, o mesmo é facilmente confundido com a letra *O*. Por este motivo não há zeros na tabela Cutter-Sanborn. (CUTTER, R., 1976).

**16.** Independentemente da classe os números de Cutter-Sanborn são considerados como um arranjo decimal. Por exemplo: C685, C686, C687.01, C687.02, etc. (CUTTER, R., 1976).

**17.** É fundamental que a base de dados ou mesmo as estantes, sejam consultadas, anteriormente e posteriormente ao número de chamada que está sendo elaborado, para que, cada uma das obras mantenha a sua individualidade. (BARDEN, 1937; LHENUS, 1978; SILVA, 2019).



## 5 CONCLUSÃO

Através da análise do uso e descrição da aplicação das regras da tabela Cutter-Sanborn, na Biblioteca Eduardo Haute, além da avaliação das mesmas perante a literatura técnica foi possível constatar, durante o levantamento bibliográfico, que a literatura existente a respeito do tema é pouca. Uma significativa parte desta foi editada até meados da década de 1970. E grande parte das obras presentes no país, até então, é proveniente das traduções das obras editadas até esta data. No Brasil as obras mais recentes que voltam a debater as questões da elaboração da notação de autor e número de chamada são os trabalhos publicados pela Rita de Cássia do Vale Caribé, Cristina Dotta Ortega, Camila Mariana Aparecida da Silva e Marcelo Nair dos Santos.

Nota-se que muitas das soluções apresentadas foram elaboradas no decorrer do século XX. Algumas inclusive, ainda quando os métodos de ordenação de autores não eram uma prática consolidada como podemos ver na obra de Barden (1937), onde as bibliotecas ainda se dividiam na adoção ou não deste método. No início do século XX a internet ainda não havia sido criada. Os catálogos em ficha e a utilização da máquina de escrever dominavam o contexto no qual tais soluções foram apresentadas. Por mais que muitas delas tenham seu foco baseado nesse universo, de certa forma já extinto, elas ainda podem ser utilizadas. Porém, a sua forma de aplicação necessita ser revista para se adequar ao cenário, atualmente, dominado por computadores.

O método de ordenação de autores deve seguir um padrão de organização. Esse padrão se dá através da organização alfabética por autor e por título das obras, dentro de um mesmo agrupamento de classificação. Porém, como a análise das regras demonstrou, muitas destas soluções não conseguem manter esse padrão. Ao utilizar um método que nos fornece um número específico para cada autor, este deveria, ser mantido independente da classificação que sua obra receba. Não faz sentido, um autor ter diferentes notações em diferentes classes do conhecimento ou que a mesma seja abreviada ou ainda possua variações dentro de uma mesma classe. Isso pode confundir os usuários, assim como a pessoa responsável pela guarda do material.

Além disso, como já mencionado anteriormente, tal método irá tornar-se um sério problema em longo prazo. Fazendo com que conflitos nas notações de autor se tornem cada vez mais frequentes. É comum encontrarmos exemplos na literatura nos quais somente o segundo item recebe a marca da obra ou possui sua notação revista em casos de conflito. O primeiro item sempre permanece da forma como foi catalogado originalmente. Na literatura consultada somente os trabalhos de Santos, M. (2016) e Barden (1937) tocam no assunto de revisão das

obras anteriores para respeitar a ordenação alfabética. Esta última inclusive orienta que isso seja feito, caso tal retrabalho não seja proibitivo pela instituição.

Ainda em relação a marca da obra também se evidenciou que as orientações para a elaboração da mesma, não são muito claras, quando se trata de obras que compõem uma série. As poucas informações a respeito podem induzir apenas a individualização dos itens sem respeitar a sua correta organização alfabética nas estantes como podemos ver nos exemplos de Lehnus (1978), presentes nas figuras 7 e 8. Muitas vezes os bibliotecários querem facilitar ou acelerar o seu trabalho e acabam desenvolvendo métodos como o “princípio da economia”, mencionado anteriormente e adotado por algumas bibliotecas em diferentes partes da elaboração do número de chamada.

Há de se ter cuidado com este tipo de abordagem. Por que, às vezes, ao invés de economia elas podem gerar muito mais trabalho. A não adição da marca da obra já no primeiro item adquirido pela instituição é claro exemplo disso. Em alguns casos um bom planejamento facilita e acelera muito mais o trabalho. Isso pode ser percebido através do método adotado pela Biblioteca Eduardo Haute. Onde se é elaborada uma tabela com o nome de cada autor contendo todas as suas obras e a respectiva marca da obra que irá ajudar a individualizar cada item e manter a sua correta ordem alfabética na estante.

Isso evita que a cada nova aquisição, seja necessária uma revisão, salvo em casos que o autor ainda esteja vivo ou de equívocos. Dessa forma acelera-se o trabalho do bibliotecário, diminuindo a necessidade de reetiquetagem das obras, e conseqüentemente poupando recursos da instituição. Além disso, a pesquisa também demonstrou que casos julgados raros são mais corriqueiros do que se acredita. Quase todas as regras aplicadas pela instituição possuem alterações. As mudanças mais significativas estão presentes na forma como a instituição diferencia autores que compartilham a mesma notação de autor, organização das biografias, elaboração da marca da obra para as séries e a elaboração da notação de autor para o caso de obras que possuem a entrada pelo título, como no caso dos DVDs.

Não existem dúvidas que cada biblioteca possui as suas particularidades. E os problemas com a elaboração do número de chamada podem ser diferentes em outras instituições. Porém, em todas elas a falta de organização e de padrões a serem seguidos podem acabar afetando o usuário. Caso não seja realizada uma separação corretas dos sobrenomes “Rodrigues” e “Rodriguez”, por exemplo, ambos irão ficar misturados sob um mesmo número de

classificação. Nestes casos nem a marca da obra vai separar os livros como afirma Lucas Rodrigues (informação verbal)<sup>1</sup>.

Ainda de acordo com Lucas (informação verbal)<sup>1</sup> o trabalho do bibliotecário também é educar o usuário, para que este possa ser capaz de encontrar de forma correta as informações que necessita. Dessa forma “A partir do momento que não se pensa no Cutter, que parece ser uma coisa boba, nós não estamos educando nosso usuário, nós estamos dificultando informação e nosso trabalho é facilitar a informação.”. Para Silva, Tolentino, Ortega (2019), a discussão da ordenação de coleções em mobiliários, não se restringe apenas a disposição de itens, está inserida em um contexto mais amplo que abrange a significação do espaço articulado juntamente com a política documentária. Os autores ainda acrescentam que:

O número de chamada, enquanto produto documentário, exerce papel relevante na elaboração de sistemas de informação bibliográfica, visto que conforma uma proposta de leitura de coleção, estabelece o elo entre o registro do documento na base de dados e o local que o documento ocupa na coleção para fins de livre acesso, e ainda contribui para a gestão no tocante aos usos do espaço. Esse modelo resulta em modos de acesso pretendidos que podem potencializar certos usos pressupostos das coleções, fomentando a apropriação da informação, especialmente nos contextos em que a especificidade e a exaustividade das coleções são características marcantes. (SILVA, TOLENTINO, ORTEGA, 2019, p. 02)

A partir disso fica claro que não devemos tratar o número de chamada como algo superficial e sem muita importância. Com o desenvolvimento do Resource Description and Accesses (RDA), talvez este seja o melhor momento para se voltar a discutir tal assunto.

Por fim, as últimas sugestões seriam de que os bibliotecários das mais diferentes áreas de atuação compartilhassem os seus métodos de disposição tanto de itens em mobiliários tanto quanto de forma online. Ampliando o debate sobre essas questões, trazendo novos pontos de vista, contribuindo para a elaboração de novas regras e orientações, capazes de guiar a realização desta atividade em qualquer ambiente informacional que ela venha a ser necessária. Poderiam ser criados grupos de pesquisas no ENANCIB ou CBBD, por exemplo, onde tais informações poderiam ser discutidas e posteriormente apresentadas aos profissionais em forma de um futuro manual para a ordenação de documentos. Tornando assim a informação mais atualizada e abrangente.

---

<sup>1</sup> Entrevista I. Entrevistado: Lucas Rodrigues Pereira da Silva. Entrevistador: Diego Tonello. Porto Alegre: [S. n.], 17 mar. 2020. 1 arquivo. mp3 (31 min. 56 segs.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice D desta monografia.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL PORTO ALEGRE. **Institucional:** o clube. Porto Alegre, c2019. Disponível em: <http://www.aabbportoalegre.com.br/clube.php>. Acesso em: 24 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL PORTO ALEGRE. **Sociocultural:** Biblioteca Eduardo Haute. Porto Alegre, c2019. Disponível em: <http://www.aabbportoalegre.com.br/biblioteca.php>. Acesso em: 24 out. 2019.

BARBOSA, Alice Príncipe. Panorama mundial. *In:* BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978. p. 23-53.

BARDEN, Bertha Rickenbrode. **Book numbers:** a manual for students with a basic cod of rules. Chicago: American Library Association, 1937. p. 31. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015033787162&view=2up&seq=1&size=125>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. p. 238.

BETTENCOURT, Angela Monteiro. Organização do conhecimento: da classificação do saber à representação da informação. *In:* BETTENCOURT, Angela Monteiro. **A representação da informação na Biblioteca Nacional:** do documento tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. E-book. p. 23-71. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg1431511/drg1431511.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1431511/drg1431511.pdf). Acesso em: 25 mar. 2020.

BURKER, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**. [São Paulo], v. 16, n. 44, p. 173-185, abr. 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9854/11426>. Acesso em: 23 nov. 2019.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. bras. enferm**, Brasília (DF), v. 57, n. 5, p. 611-614, set./out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Notação de autor: sua história. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 26, n. 2, p. 121-135, maio./ago. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92860>. Acesso em: 01 out. 2019.

CASSON, Lionel. **Bibliotecas no mundo antigo**. São Paulo: Vestígio, 2018. p. 203.

COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS. *In:* WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2020]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cole%C3%A7%C3%A3o\\_Primeiros\\_Passos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cole%C3%A7%C3%A3o_Primeiros_Passos). Acesso em: 02 out. 2020.

CUTTER, Charles Ammi. Another plan for numbering books. **Library Journal**, New York, v. 3, n. 7, p. 248-251, sep. 1878.

CUTTER, Richard A. **Cutter-sanborn three figure author table**. 3rd. ed. rev. Englewood, Col.: Libraries Unlimited, 1976. p. 34.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE, Jorge (org); BARROS, Antonio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 62-82.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. *In*: DUARTE, Jorge (org); BARROS, Antonio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 215-234.

EDMANDS, John. Plans for numbering, with especial reference to fiction: a library symposium. **Library Journal**, New York, v. 4, n. 2, p. 38-40, feb. 1879.

FLICK, Uwe. Por que pesquisa social. *In*: FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 15-29. Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitat%20e%20qualitat%20-%20IFES/Bauman,%20Bourdieu,%20Elias/Livros%20de%20Metodologia/Flick%20-%20Introducao%20%20C3%A0%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. p. 312.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. La catalogación. *In*: GARRIDO ARILLA, María Rosa. **Teoria e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Sitiesis, 1996. p. 25-39.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas? *In*: Gil, Antonio. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-56. Disponível em: [http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20%20como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 12 out. 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como delinear um estudo de caso? *In*: GIL, Antonio. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 137-142. Disponível em: [http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20%20como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 12 out. 2019.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: FGV, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abri. 1995a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

GODOY, Arlida Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: FGV, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio./jun. 1995b. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38200/36944>. Acesso em: 12 out. 2019.

GOMES, Hagar Espanha. Marcos históricos e teóricos da organização do conhecimento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 33-66, maio./ago., 2017. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/31442/21990>. Acesso em: 19 nov. 2019.

GRUPO DE UNIFICACIÓN DE FORMATOS BIBLIOGRÁFICOS. **Introdução**. [Córdoba], c2020. Disponível em: <http://www.unforbi.com.ar/planestrategico/index.html>. Acesso em: 24 set. 2020.

JACQUES ROGY. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2020]. Disponível em: [https://fr.wikipedia.org/wiki/Jacques\\_Rogy#cite\\_note-1](https://fr.wikipedia.org/wiki/Jacques_Rogy#cite_note-1). Acesso em: 02 out. 2020.

LEHNUS, Donald J. **Notação de autor**: manual para bibliotecas. Rio de Janeiro: BNG/BRASILART, 1978. p. 83.

MANN, Margaret. Book numbers and the shelf-list. In: MANN, Margaret. **Introduction to cataloging and the classification of books**. Chicago: American Library Association, 1930. p. 114-135. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015033895239&view=2up&seq=1&size=125>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <http://93.174.95.29/main/1437000/7d8b7b332fcae9d4cc62b3d4de82ef64/Marina%20de%20Andrade%20Marconi%20Eva%20Maria%20Lakatos%20Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%20ADfica-Atlas%20%282003%29.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

MARTINS, Wilson. As bibliotecas modernas. In: MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. Com um capítulo referente à propriedade literária. 2. ed. ill., rev. e atual. São Paulo: Ática, 1996. p. 323-355.

MARTINS, Wilson. As bibliotecas na Antiguidade e na Idade Média. In: MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. Com um capítulo referente à propriedade literária. 2. ed. ill., rev. e atual. São Paulo: Ática, 1996. p. 71-93.

MEY, Eliane Serrão Alves. Introdução. In: MEY, Eliane Serrão Alves. **Catálogo e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987. p. 1-10.

MEY, Eliane Serrão Alves. Dados de localização. In: MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília (DF): Briquet de Lemos, 1995. p. 79-87.

MEY, Eliane Serrão Alves. Sobre catalogação e catálogo. In: MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília (DF): Briquet de Lemos, 1995. p. 1-8.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 71-89.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod\\_resource/content/1/Roque-Moraes\\_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf). Acesso em: 30 out. 2019.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Tratamento do livro: seleção, aquisição e organização do acervo da biblioteca. *In*: MORO, Eliane Lourdes da Silva (org); Estabel, Lizandra Brasil (org). **Biblioteca: conhecimentos e práticas**. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 14-41.

NAUDÉ, Gabriel. Conselhos para formar uma biblioteca. Brasília: Briquet de Lemos, 2016. E-book (91 p.).

PRADO, Heloisa de Almeida. **Tabela “PHA”**: para individualizar os autores dentro das diversas classes de assunto, isto é, dentro dos mesmos números de classificação. São Paulo: Sociologia e Política, 1964. p. 6.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/237/235>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SANTOS, Marcelo Nair dos. A ordenação de documentos pelo número de chamada. *In*: ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **Ordenação de documentos na atividade bibliotecária**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016. p.84-123. *E-book*. Disponível em: <http://biblio.eci.ufmg.br/ebooks/2019080001.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SATIJA, Mohinder Partap. History of book numbers. **International Classificationn**, Frankfurt, v. 14, n. 2, p. 70-76. 1987. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-1987-2-70/history-of-book-numbers-jahrgang-14-1987-heft-2?page=1>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; TOLENTINO, Vinicius de Souza; ORTEGA, Cristina Dotta. Número de chamada e FRBR: um diálogo norteado por princípios da organização da informação. **TransInformação**, Campinas, v. 31, p. 11, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v31/0103-3786-tinf-31-e180052.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, Lucas Rodrigues Pereira da. **Levantamento anual**. Porto Alegre, 2019. n. p.

SLAVIC, Aida. Call numbers, book numbers and collection arrangements in European library traditions. *In*: SINGH, Jagtar. (ed.); MALHAN, Indervir (ed.); KAUR, Trishanjit (ed.). **Library and information science in digital age: essays in honour of Professor M. P. Satija**. v.1. New Delhi: Ess Ess Pub, 2009. p. 257-285. Disponível em: [https://repository.arizona.edu/bitstream/handle/10150/111798/call\\_numbers\\_history\\_aslavic2009.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repository.arizona.edu/bitstream/handle/10150/111798/call_numbers_history_aslavic2009.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 17 nov. 2019.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. *In*: DUARTE, Jorge (org); BARROS, Antonio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 51-61.

**APÊNDICE A – Autorização para realização do trabalho na Biblioteca Eduardo Haute.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

**AUTORIZAÇÃO**

Eu, Lilian Heuser, Vice-Presidente Cultural, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada "Aplicação do Cutter no dia a dia do Bibliotecário" que contempla o Trabalho de Conclusão de Curso sob orientação da Prof.(a) Dr.(a) Rita do Carmo Ferreira Laipelt e de responsabilidade do pesquisador Diego Tonello, estudante do curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Biblioteca Eduardo Haute da Associação Atlética Banco do Brasil. Para isto, será disponibilizado ao pesquisador acesso e uso do espaço físico da biblioteca da instituição e todo o trabalho de catalogação por ela realizado.

Porto Alegre, 10 de outubro de 2019.

Lilian Heuser  
Vice-Presidente Cultural



**APÊNDICE B – Autorização para uso das informações fornecidas pelo bibliotecário**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

**AUTORIZAÇÃO**

Eu, Lucas Rodrigues Pereira da Silva, abaixo assinado(a), autorizo Diego Tonello, estudante de Biblioteconomia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título A elaboração da notação de autor na Biblioteca Eduardo Haute: um estudo de caso e está sendo orientado pela Prof.(a.) Dr.(a.) Rita do Carmo Ferreira Laipelt.

Porto Alegre, 10 de março de 2020.

---

Assinatura do entrevistado

Lucas Rodrigues Pereira da Silva  
Bibliotecário  
CRB-10/2207

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação**  
**Departamento de Ciência da Informação**

**ROTEIRO:**

- 01) Lucas Rodrigues Pereira da Silva Jessica Ribeiro Munhoz vocês concordam que essa entrevista seja gravada?
- 02) As regras da Tabela Cutter-Sanborn atendem as necessidades de representação de autor da coleção da biblioteca? Explique.
- 03) Elas são claras quanto a sua forma de aplicação?
- 04) Existe a necessidade da criação de novas regras?
- 05) Como são resolvidos possíveis conflitos?

**APÊNDICE D – Entrevista com o bibliotecário da instituição Lucas Rodrigues  
Pereira da Silva**

**FICHA TÉCNICA**

**Projeto:** Trabalho de conclusão de curso em Biblioteconomia

**Entrevistado:** Lucas Rodrigues Pereira da Silva

**Local da entrevista:** Biblioteca Eduardo Haute – Associação Atlética Banco do Brasil – Porto Alegre (AABB-POA)

**Entrevistador:** Diego Tonello

**Data da entrevista:** 17/03/2020

**Transcrição:** Diego Tonello

**Total de gravação:** 39 minutos

**Páginas digitadas:** 12.

Porto Alegre, 17 de março de 2020. Entrevista com Lucas Rodrigues Pereira da Silva, a cargo do entrevistador Diego Tonello para o trabalho de conclusão de curso em biblioteconomia intitulado “A aplicação da notação de autor na Biblioteca Eduardo Haute: um estudo de caso”.

D. T. — Lucas Rodrigues Pereira da Silva Jessica Ribeiro Munhoz vocês concordam que essa entrevista seja gravada?

J.R.M. — Sim, concordo.

L.R.P.S — Sim, eu concordo.

D.T — Ok! Obrigado. Bom, vamos lá. A primeira questão que eu tenho para ti Lucas e Jéssica é a seguinte: a respeito das regras eu quero saber se as regras da tabela elas atendem as necessidades de representação de autor da coleção da biblioteca?

L.R.P.S — Bom, na nossa biblioteca nós utilizamos não somente o Cutter mas a CDU para classificação e por vezes na hora que nós vamos utilizar como critério de guarda na estante, nós temos uma defasagem, no que diz respeito ao Cutter, porque ele não é... não contempla todas as diversidades de nome de autores e obras que nós temos na nossa biblioteca.

D.T. — Ok. Eu tô com as regras aqui então eu vou analisar cada uma delas contigo. Quero que tu me expliques o porquê essas regras não se encaixam em determinados casos como tu disse. A primeira regra ela fala a respeito da escolha da notação de autor e ela diz o seguinte: encontre as primeiras letras do sobrenome do autor na tabela Cutter sanborn, e use apenas, a letra em negrito mostrada a combinação e o número ao lado e ela cita exemplos. Eu queria saber se ela atende a necessidade da biblioteca?

L.R.P.S – Realmente essa primeira regra ela é mais explicativa de como funciona o estabelecimento do número o fato de ela só indicar como se estabelece o número ela sim, contempla, mas o número em si por vezes deixa a desejar.

D.T. — E a forma como a tabela é disposta a tabela impressa, tu diria que ela é fácil de localizar?

L.R.P.S — Eu consideraria fácil sim. Nós também temos além da tabela, nós temos aqueles geradores automáticos que nós testamos várias vezes e o número realmente bate com a tabela então, às vezes, é mais prático utilizar o gerador automático contudo eu sempre recomendo que se olhe diretamente na tabela porque a vezes que o caso tem que ser melhor pensado que o número automático gera.

D.T — A gente sabe que é frequente o uso do gerador automático pra notação de autor mas muita gente inicialmente quando vai pesquisar na tabela pela primeira vez, eu quando tive contato com a tabela pela primeira vez eu tive que ter um pouquinho de atenção porque pela maneira que a tabela é impressa as vezes tu pode se confundir na localização de uma notação específica. Tu tiveste esse problema também? Quando entrou em contato com a tabela?

L.R.P.S — A tabela que eu disse que eu havia tido contato é uma tabela online. A tabela impressa realmente a que eu tive contato ela tem um problema de diagramação e que pode sim, gerar algum conflito na hora de pegar o número, porque realmente aconteceu não só comigo mas com pessoas que eu orientei em estágios em que elas acabavam pegando número errado em função da diagramação da tabela.

D.T — Beleza, vamos passar então pra segunda regra. A segunda regra ela fala basicamente que quando não houver um número que se ajuste exatamente ao nome, neste caso deve-se usar o número anterior e ela cita exemplos. Esta regra ela supre as necessidades da biblioteca?

L.R.P.S — Essa regra é outra regra bem explicativa e ela também atende em parte porque basicamente nossa questão é também ligada a um problema da regra dois porque muitas vezes um sobrenome ele não vai ser contemplado dentro da tabela Cutter e isso que vai lá adiante gerar conflitos. Mas, em via de regra a segunda regra funciona, só que existem exceções que mais a frente vão dar problemas que são problemas de outras regras.

D.T. — Agora a gente vai passar para a terceira regra que ela fala basicamente o seguinte: sobre os autores que compartilham o mesmo número e ela recomenda que se adicione um dígito e ela fala que um bom número para selecionar é o número 5, pois há espaço em ambos os lados para interpolação adicional conforme o necessário, e ela cita exemplos. Exemplos, que eu imagino que tenham ocorrido na biblioteca. Eu queria saber se isso é ok para vocês?

L.R.P.S — Essa regra ao meu ver é uma das mais problemáticas e acredito que é o cerne do que não se deve fazer quando se tem que utilizar o Cutter. Baseado no sistema que nós inventamos a regra 3 fica totalmente sem sentido porque nós não temos nenhum padrão quando nós atribuímos um dígito 5, esperando que apareça um autor para cima ou para baixo daquele número, então o que nós fizemos? Quando nós criamos um sistema alfanumérico que no caso “A” representa 01 “B” 02 e “C” 03, e assim por diante. Nós colocamos um padrão pra utilização de uma letra que será utilizada após o sobrenome do autor, por exemplo, se nós utilizarmos Silva, João da vai ir o número S589 se não me engano 586 depois ponto no caso João começa com jota então o número seria 10. Então ele ficaria S586.10 é assim que nós utilizamos nós não colocamos pura e simplesmente um número 5 aguardando que o próximo vir até porque o próximo que vier tiver um sobrenome um nome que não seja João ele vai entrar na ordem alfanumérica, ou seja, existe um padrão que é o que nós trabalhamos sempre com padrões.

D.T. — Então nesse caso pra ti essa adição do número 5 não manteria a ordem alfabética preconizada?

L.R.P.S — É, acho que ela tenta manter mas dependendo da quantidade de volumes que vão incidir sobre um mesmo sobrenome vai chegar um momento que tu não vai conseguir manter a ordem alfabética e é o cerne pelo qual nós colocamos o Cutter manter a ordem alfabética de autor e dentro do autor as obras por título em ordem alfabética também.

D.T. — Obrigado! Vamos para a regra número quatro. A regra número quatro fala basicamente para fins de estantes o número de Cutter-Sanborn em qualquer classe deve ser considerado como um arranjo decimal. Isso atende as necessidades da biblioteca? É seguido esse modelo?

L.R.P.S — Exatamente como o exemplo cita não. Mas nós seguimos sim, um sistema decimal, mas não o arranjo apresentado pela regra número quatro. Nós utilizamos um arranjo baseado como eu disse no exemplo decimal além da tabela de Cutter uma tabela que a gente coloca um ponto depois o número que é o alfanumérico. Se o nome do autor começa com “J” vai ser o número 10, se o nome do autor começa com “A” começa com 01 então ele acaba ainda sendo decimal, mas de uma forma diferente, que ainda assim mantém a ordem alfabética do acervo sem grandes problemas pra futuros itens que possam entrar na biblioteca.

D.T. — Ok! A regra número cinco ela fala a respeito da marca de trabalho, que na realidade seria aquela letra que a gente utiliza para a individualização dos títulos de um mesmo autor, a letra inicial do título. Que ela fala que em caso de autores volumosos é recomendável o uso de duas letras para uma marca de trabalho e ela vai citando exemplos. Ela fala também no caso de livros de séries de um mesmo autor todos na mesma classificação e que comecem pela mesma palavra é aconselhável usar palavras chave para a marca de trabalho. Ela cita um exemplo que é: How to Draw Cartoons seria Z21hc How to Draw People seria Z21hp e que ela fala que esse método evita marcas de trabalho excessivamente longas. Isso atende a necessidade da biblioteca?

L.R.P.S — É outra regra que nós utilizamos e atende em parte aquilo que nós necessitamos. Na parte de marca de trabalho quando se refere a títulos é muito parecido com o que nós fazemos, só que antes nesse processo de recatologação nós fazemos uma listagem de todas as obras que o autor produziu e nós estipulamos as letras que vão ser dos títulos antes mesmo de iniciar a catalogação daquele autor, nós sabemos tudo o que ele produziu e trabalhamos com isso. Se por ventura o autor ainda é vivo e continua escrevendo e há casos de conflito, nós alteramos a etiqueta do item. Então nós seguimos essa primeira parte da regra a parte que nós nos diferenciamos da regra número 5 é sobre as séries, quando nós entramos um item e o Cutter vai acompanhado da letra da série obrigatoriamente, para fazer diferença nós utilizamos o volume, e isso faz com que nós não tenhamos que colocar a letra da série subsequente, como eles sinalizam aqui. Por exemplo, teremos o Harry Potter, vai ter o “H”, mas teremos o volume 1 junto a etiqueta, e assim a notação vai ficar sem grandes problemas, todas vão ser “H” no final depois da sinalização de Rolling. Se houver mais séries, se no caso existissem outras séries de Harry Potter aí ele acompanharia mais outra letra aí ficaria parecido, mas é muito raro acontecer na nossa biblioteca. Quando entra por série nós fazemos a diferenciação por volume.

D.T. — Bom, vamos para a questão seis, regra seis na realidade. Que ela fala a respeito do uso do zero que deve ser evitado porque é facilmente confundido com a letra *O* e por isso que não há zero na tabela. O que tu tem a dizer sobre essa regra? Vocês têm uso de fato?

L.R.P.S — Essa regra nós seguimos porque realmente faz sentido isso. Ela é bastante clara e pra mim é funcional.

D.T. — Regra sete. Os nomes que começam com Mc, M'e Mac são todos tratados como se tivessem sido escritos com Mac. Assim, McClellan seria M126 e M'Clintock seria M127. Você segue essa regra?

L.R.P.S — Sim, nós seguimos e ela é fundamental para mantermos a ordem alfabética, sobretudo de itens ingleses, estadunidenses e australianos.

D.T. — Agora vamos para a regra oito de fato. A regra oito ela fala que a tabela Cutter-Sanborn é particularmente adequada para ficção. Livros de autores com sobrenomes semelhantes são mais facilmente localizáveis na prateleira se houver um número na lombada. Que tu diria a respeito dessa regra?

L.R.P.S — Ela me parece um pouco antiquada, porque fala em livros de ficção como se os livros de ficção não fossem tão numerosos e hoje, talvez no tempo em que foi feito a tabela não são, mas hoje são muito numerosos os livros de ficção e não são suficientes os números de CDU, e às vezes nem de Cutter para separá-los então eu não sei, a regra não me diz muito. Ela me parece um pouco vazia.

D.T. — É uma regra que para a biblioteca não teria utilidade nenhuma?

L.R.P.S — Eu aparentemente não vejo utilidade nem orientação nessa regra número oito.

D.T. — Obrigado! A regra número nove ela fala que muitas vezes a entrada principal estão sob o título, por exemplo, periódicos, obras anônimas, publicações governamentais, almanaques, etc. Nesse caso, o número de Cutter-Sanborn é retirado da primeira palavra do título. E ela cita exemplos, eu queria tu falasse um pouquinho dessa regra se vocês usam ela? Se ela é aplicada aqui na biblioteca?

L.R.P.S — Essa regra sim, nós utilizamos como ela é prescrita e respeitamos não colocar a marca de trabalho que é o que se espera. Ela é basicamente utilizada em livros que tem organizadores ou que existem muitos autores e também obras que são mais genéricas, como os filmes. Os nossos DVDs são todos pela entrada por título e respeitam essa regra.



D.T. — A regra dez ela trata das biografias no geral, ela fala que na ordem em que todas as biografias da mesma pessoa estão juntas na prateleira, o número de Cutter-Sanborn é retirado do nome do biografado, não do autor. Todas as biografias de Lincoln estariam sob L736. A marca de trabalho, neste caso, não é do título, mas é a primeira letra do sobrenome do autor. Assim: a biografia de Lincoln de Charnwood seria L736c. Quando existem muitos livros sobre uma pessoa, às vezes é necessário o uso da segunda letra. Por exemplo: a biografia atual de Lincoln seria L736cu. Essa regra é aplicada aqui?

L.R.P.S — Essa regra é aplicada sim, mas em parte. Porque existe uma adaptação do que foi criado aqui porque o bibliotecário ele tem a liberdade de poder organizar a biblioteca como ele acha melhor, então no que diz respeito aqui a marca de trabalho que é a letra que vai após o número nós optamos por colocar a letra do título da obra. Porque não o autor? Porque para nós é mais claro que ele esteja na ordem alfabética por biografado do que por autor. Então dentro do biografado as biografias se organizam por título e não por autor.

D.T. — E tu tirou essa forma de organização que tu usa aqui, tu se baseou em alguma outra regra recente que tu tenha consultado na literatura?

L.R.P.S — Nenhuma das adaptações que fizemos nos baseamos em literatura específica da área ou qualquer outro caso. Nós organizamos pelo princípio que nós precisávamos colocar em ordem alfabética de uma forma que o Cutter não nos disponibilizava. E a ordem alfabética e o padrão dessas obras que é o fundamento pelo qual nós organizamos a informação na estante que norteiam essas novas práticas com relação ao Cutter.

D.T. — Bom, agora vamos passar para a questão dois. Analisando todas as regras como a gente fez agora aqui rapidamente, tu diria que elas são claras quanto a sua forma de aplicação?

L.R.P.S — Eu diria que parte delas são claras como a gente viu, uma ou outra me parecem um pouco vazias, algumas são explicativas que possuem exemplos e tudo mais. Mas acredito que elas não são muito práticas no que diz respeito a organização da informação hoje, porque, elas deixam lacunas e que por sua vez não mantém a organização alfabética da estante o que pra nós é fundamental.

D.T. — Justamente por elas serem tão poucas regras, e algumas delas são vazias como tu mesmo disse. Tu diria que existe a necessidade da criação de novas regras? Que essa seria a minha terceira questão pra ti.

L.R.P.S — Eu acho que seria interessante que as regras fossem revisadas e que, justamente houvessem novas regras o que pelo menos novas formas de interpretar os autores e os nomes uma vez que nós temos um grande fluxo, não só de autores mais de obras. E isso deveria estar previsto, as pessoas deveriam ter uma forma mais institucionalizada de se criar um número de Cutter para se poder manter a ordem nas estantes ou até mesmo a ordem de leitura da estante.

D.T. — E tu acha que essas novas regras que deveriam ser criadas, elas devem ser algo um pouco mais rígido ou elas têm que dar uma certa liberdade para o bibliotecário fazer como ele acha melhor? Porque a gente sabe que na nossa literatura, na nossa área, na nossa parte técnica tem muita exceção a regra. Tu concordaria com isso? Que tivesse exceções a regra? Ou teria que ser uma coisa mais rígida?

L.R.P.S — Eu acredito que... Uma vez uma professora minha disse que “as regras foram feitas para serem quebradas, um bom bibliotecário sabe quando quebrá-las”. Eu acredito que isso se aplique aqui. Eu acho que as regras elas tem que ser/ter uma certa rigidez, mas elas também tem que ter espaço para manobra, porque nós não vamos nunca poder prever todas as situações que podem ocorrer. E esse é o grande negócio da nossa profissão, nós vamos prever aquilo que pode ser previsto e dar um espaço de manobra pra quando for necessário utilizar esse espaço de manobra.

D.T. — Mas esse espaço de manobra seria dentro de uma questão mais trabalhada? No caso algo que passasse antes por uma comissão técnica, vamos assim dizer?

L.R.P.S — Sim uma comissão técnica, mas quando eu falo de espaço de manobra é que as pessoas entendam a regra que é aplicada e que tenham espaço para ter ideias que são criativas para que possam resolver problemas que estão na regra. Hoje em dia do jeito que o Cutter está ele nos engessa de uma forma que a gente não tem muita saída para resolver os problemas. O sistema que nós utilizamos hoje na biblioteca me dá muito mais variedade de solução de problema do que o Cutter como ele está. E é isso que eu me refiro, existe a regra, mas existe outro sistema, no caso da nossa biblioteca que nós podemos utilizar e se necessário utilizar ele

também de outras formas sem quebrar o padrão. Especialmente sobre aquilo que a gente não espera, que vá acontecer nas obras.

D.T. — Bom a gente sabe que a tabela Cutter ela foi elaborada para nomes mais estrangeiros, principalmente os ingleses, da língua inglesa. E a gente aqui no Brasil a gente tem a tabela PHA. E eu queria que tu comentasse um pouco a respeito dela e porque a biblioteca não decidiu usar a tabela PHA para trabalhar?

L.R.P.S — Bom, eu não usaria a tabela PHA, porque primeiro que majoritariamente nossa literatura é estrangeira e querendo ou não a tabela Cutter contempla muito mais a língua estrangeira, sobretudo a língua inglesa né? como tu comentaste que é a maior parte do nosso acervo que é a literatura estadunidense e inglesa. Se eu usasse a tabela PHA, que é... o foco dela é a língua portuguesa, acho que mais basicamente o Brasil, eu não teria tanto problema talvez com a língua... com os nomes em português, contudo eu teria problemas com nomes em inglês. Eu trocaria um problema por outro e o fato de eu utilizar PHA ainda assim, provavelmente, eu teria que lidar com conflitos que eu já lido na tabela Cutter. Então eu trocaria seis por meia dúzia e querendo ou não a tabela Cutter é mais abrangente para o assunto que eu tenho. Então nós adaptamos a tabela Cutter até porque ela é mais difundida e existem geradores automáticos dela, ela é muito mais fácil de ser encontrada na internet, então foi optado por utilizar Cutter em detrimento da tabela PHA.

D.T. — Mesmo essa utilização essa escolha da tabela Cutter com esses problemas que ela apresenta e vocês tendo que fazer determinadas modificações, outras bibliotecas também tem que fazer o mesmo. Só que outras bibliotecas talvez escolham uma maneira diferente de vocês, usual que vocês usam aqui. Eu queria saber tua visão a respeito disso? Que problemas isso pode acarretar pra um usuário que tá tentando encontrar uma informação, um livro específico?

L.R.P.S — Eu acho que um bibliotecário ele tem que ter a liberdade de poder organizar a sua biblioteca da forma que ele considera mais adequada. O que nos faltam são padrões dessa organização, sobretudo dessas regras que não estão no Cutter, são adaptações que cada bibliotecário faz em sua biblioteca para que sua biblioteca não fique desorganizada. Algumas bibliotecas não fazendo essas adaptações, o que eu acho que acaba afetando o usuário. Porque, por exemplo, se tu não fizeres uma divisão correta todos os autores com final Rodrigues, ficarão misturados. Se não houver uma adaptação o João Rodrigues, o Lucas Rodrigues, o Celso Rodrigues, Nelson Rodrigues, todos ficarão misturados sobre o mesmo número. Há, mas existe

a letra, a marcação, a marca... como se chama? A marca de trabalho. A marca de trabalho não vai separar os livros, e isso principalmente em bibliotecas que não são informatizadas, onde a estante é um recurso onde se busca a informação correta também, isso é muito trabalhoso, não só pra quem guarda o material, mas também para o usuário que vai procurar a informação na estante. E como nosso trabalho é educar, para o uso, não só do material, mas a localização dessa informação. A partir do momento que não se pensa no Cutter, que parece ser uma coisa boba nós não estamos educando nosso usuário, nós estamos dificultando informação e nosso trabalho é facilitar a informação.

D.T. — Ok! Obrigado! Então a gente vai passar pra quarta e última questão. Tu falou que a biblioteca, ela tem que fazer determinadas adaptações por problemas com conflitos de autores, com a própria marca de trabalho, que seria a separação por título, então a questão é: Como são resolvidos os possíveis conflitos que surgem? Queria que tu me explicasse um pouquinho se vocês chegaram a pesquisar. Quando surgiu os conflitos se vocês pesquisaram na literatura se vocês conseguiram encontrar alguma coisa conclusiva pra vocês fazerem. Porque, tu disse que o que vocês fazem aqui não é nada baseado na literatura. Eu queria que tu me explicasse como vocês procedem? Como vocês estabeleceram o método que vocês usam aqui na biblioteca? E que tu me trouxesses exemplos mais variados possíveis.

L.R.P.S — Primeiramente surgiu o problema, né? Nós tínhamos que recatalogar todo o acervo, e nós tínhamos... já constatávamos o problema no acervo com a catalogação e o sistema antigo. Como iríamos passar por um sistema de recatalogação, caberia organizar antes de se catalogar esses itens. Eu deveria dividir, já que eu iria reiniciar todo o processo, nós poderíamos pensar em algo pra resolver esse problema, que é um problema que existem em muitas bibliotecas, se não todas, pelo menos as que usam o Cutter ou PHA. Nós procuramos as regras do Cutter. Elas são poucas e esparsas, quando não vazias em alguns casos, e não nos ajudou a resolver o problema. Então nós... no caso sentamos pra ver entre nós se tínhamos alguma ideia e não surgia nada. Foi quando eu pensei em utilizar um sistema alfanumérico em que cada letra correspondia a um número. Como eu disse antes: A letra “A” corresponde a 01, a letra “B” a 02, a letra “C” a 03, e assim por diante, assim todas as letras do alfabeto até a letra Z. E então, baseados nisso quando um sobrenome era recorrente e não havia um número de Cutter que fosse diferente, o que nós fazíamos? Nós acrescentávamos mais o dígito que correspondia a primeira letra do nome da pessoa. Se eu tivesse três autores que tem o nome Rodrigues, dentro da literatura brasileira, no caso Ana Rodrigues, Cláudio Rodrigues, e Daniel Rodrigues, seria “R” e o

número de Rodrigues que é 696 se eu não me engano, então: R696.01 para a Ana, Cláudio seria R696.03 para Cláudio, e assim eu faria com qualquer outro nome. Há, mas as vezes é necessário se pensar “não, isso não acontece”. Acontece com muita frequência sobretudo, em nomes de língua portuguesa e na literatura brasileira. O que a gente faz se acontece, por exemplo, de termos Cláudio Rodrigues e Celso Rodrigues, ambos têm a mesma letra. Então essa seria a exceção da exceção, nesse caso nós atribuiríamos um dígito pra cada um, como acontece em Guimarães na nossa biblioteca. Existe várias grafias de Guimarães, existe Guimarães, Guimaraens, então nós temos que pensar muito bem antes de começar isso, e prever futuro nomes que venham a entrar nessa relação. Nesse caso como eu disse lá no exemplo anterior, se eu tenho o Cláudio Rodrigues e o Celso Rodrigues, ambos vão ser R696.03, só que o Cláudio por ser... no caso o Celso por ser “Ce” R696.03-1 e Cláudio “Cl” dígito 2. É o máximo que eu consigo prever, embora, se vier um nome que seja entre Celso e Cláudio eu tenha que rever todo esse sistema de dígitos e talvez reetiquetar meus itens, mas é um retrabalho que é necessário dependendo da demanda que surgir, porque a ordem alfabética e o padrão devem ser respeitados na estante.

D.T. — E no caso de DVDs, vocês tiveram muitos problemas?

L.R.P.S — Nós tivemos bastante problemas para adequar os nomes de DVDs, porque é muito recorrente em algumas palavras específicas, em títulos, sobretudo dos filmes. Nós dividimos eles por gênero mas por vezes mesmo dividindo por gênero alguns nomes são comuns, por exemplo, amor, noite, que dentro da tabela Cutter, noite conflita de várias formas, porque eu posso ter noites, noitada, todos cairão sobre o mesmo Cutter e nós utilizamos, por exemplo, digamos que eu tenho noite e noitada. Noite eu vou colocar o número de noite e a letra “e” que é onde eles se diferenciam 05, se for “noita” de noitada eu vou diferenciar com 01 e ainda sim eles vão manter a ordem alfabética na estante. Claro que muitas vezes a cada vez que chega um novo filme é necessário reavaliar os outros números para que eles estejam adequados com a ordem alfabética, para que a ordem seja mantida na estante.

D.T. — Ok! Obrigado!